



BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPrensa Nacional de Moçambique, E.P.

AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

Governo da Província do Maputo

DESPACHO

Um grupo de cidadãos em representação da Cooperativa Operação de Produção, Limitada requereu ao governo da província o seu reconhecimento como pessoa jurídica, tendo juntado ao pedido os estatutos da sua constituição.

Apreciados os documentos entregues, verifica-se que se trata de uma Cooperativa que prossegue fins lícitos determinados e legalmente permissíveis e que o acto de constituição e os estatutos da mesma cumprem o escopo e os requisitos exigidos por lei, nada obstando ao seu reconhecimento.

Nestes termos, e no uso das competências que me são conferidas pelo n.º 1 do artigo 5 da Lei n.º 8/91, de 18 de Julho, reconheço como pessoa jurídica a Cooperativa Operação de Produção, Limitada.

Matola, 31 de Janeiro de 2014. — A Governadora da Província, *Maria Elias Jonas*. 2.º VIA

Governo da Província de Gaza

DESPACHO

Associação Para Protecção e Desenvolvimento da Criança – APRODEC, representada pela cidadã Rosa António Cumbe, com sede no Distrito de Xai-Xai, Província de Gaza, requer o seu reconhecimento como pessoa jurídica, juntando ao pedido os estatutos de constituição e os demais documentos legalmente exigidos para o efeito.

Analizados os documentos que fazem parte do processo, verifica-se que a associação prossegue fins lícitos determinados e legalmente possíveis e que o acto da constituição e os da mesma cumprem os requisitos fixados na lei, nada obstando ao seu reconhecimento.

Nestes termos, e em observância do disposto no artigo 4 e no n.º 1 do artigo 5 da Lei n.º 8/91, de 18 de Julho, é reconhecida como pessoa jurídica a Associação Para Protecção e Desenvolvimento da Criança – APRODEC.

Governo da Província de Gaza, em Xai-Xai, 27 de Março de 2014. — O Governador da Província, *Raimundo Maico Diomba*.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

Associação para a Protecção e Desenvolvimento da Criança – APRODEC

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação, sede, finalidade e duração

A Associação para a Protecção e Desenvolvimento da Criança também designada pela sigla APRODEC, fundada em vinte de Maio de dois mil e treze, é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, constituída por pessoas singulares e por tempo indeterminado, destinada a orientar e defender os interesses das crianças, sem cunho político ou partidário, com a finalidade de atender a todos que a ela se dirigirem, independente da classe social, sexo, raça, cor ou crença religiosa, com sede em Chongoene, Distrito de Xai-Xai, Província de Gaza.

ARTIGO SEGUNDO

Das delegações

A associação poderá abrir delegações em outros locais da província de Gaza por simples deliberação da Assembleia Geral.

ARTIGO TERCEIRO

Dos princípios

No desenvolvimento de suas actividades, a APRODEC observará os seguintes princípios:

- a) A aceitação da participação e cooperação com todas as pessoas singulares e, ou colectivas interessadas na Protecção e Desenvolvimento da Criança;
- b) A igualdade de direitos e deveres entre os seus membros;
- c) A participação activa das comunidades.

ARTIGO QUARTO

Dos objectivos

Constituem objectivos da APRODEC:

- a) Proteger a Criança informando e educando a comunidade sobre os Direitos da Criança e sobre sua responsabilidade na garantia desses direitos;
- b) Promover a Protecção e Desenvolvimento da Criança;
- c) Promover a defesa dos Direitos da Criança na comunidade e pela comunidade;
- d) Apoiar as crianças e adolescentes na sua educação escolar e formação humana com especial enfoque na rapariga;
- e) Combater a violência contra a criança e adolescente na família e na sociedade;

- f) Apoiar as famílias carentes no desenvolvimento de actividades de rendimento para o sustento das crianças.

ARTIGO QUINTO

Compromissos

No exercício das suas actividades os titulares de cargos e membros da APRODEC adoptarão práticas de gestão administrativas suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou colectiva, de benefícios ou vantagens, lícitas ou ilícitas, de qualquer forma, em decorrência da participação nos processos decisórios, e suas rendas serão integralmente aplicadas em território nacional, na consecução e no desenvolvimento de seus objectivos sociais.

ARTIGO SEXTO

Membros

Os membros da APRODEC serão divididos nas seguintes categorias:

- a) Membros Fundadores – Os que participaram na fundação, assinaram a Acta da Fundação da Associação bem como os que subscreveram o pedido de constituição da associação;
- b) Membros Efectivos – Todas as pessoas singulares ou colectivas, nacionais que se identificam com os propósitos estatutários da APRODEC, ou que voluntariamente a ela adiram, aceitando os seus objectivos e sejam admitidas;
- c) Membros Honorários – Personalidades e/ou entidades às quais, pela sua categoria sejam nacionais ou estrangeiras a Assembleia Geral entenda conferir, espontaneamente ou por proposta do Conselho de Direcção essa prova de consideração, em virtude dos serviços prestados à APRODEC;
- d) Membros Beneméritos – Pessoas singulares ou colectivas, bem como entidades governamentais ou não, que se fizeram credores ou que por relevantes serviços, auxílios prestados a APRODEC, a Assembleia Geral considere dignas dessa qualidade.

ARTIGO SÉTIMO

Admissão dos membros

Um) Podem ser membros da APRODEC as pessoas singulares ou colectivas, privadas ou públicas, nacionais residentes ou não no território nacional, independentemente de classe social, sexo, raça, cor ou crença religiosa desde que aceitem os estatutos, preencham uma ficha de inscrição e sejam admitido.

Dois) A admissão de novos membros é da competência da Assembleia Geral, mediante pedido do candidato; proposta subscrita por um membro fundador, ou por pelo menos dois membros efectivos e assinada pelo candidato.

Três) Os membros beneméritos e honorários são eleitos pela Assembleia Geral por maioria simples, mediante proposta fundamentada pelo Conselho de Direcção ou por um grupo de pelo menos dez membros efectivos.

Quatro) Os membros entram em gozo dos seus direitos logo após a comunicação da aprovação da proposta.

ARTIGO OITAVO

Dos deveres dos membros

São deveres dos membros da APRODEC os seguintes:

- a) Cumprir as disposições estatutárias e regulamentares;
- b) Devulgar e defender os princípios, objectivos e planos da APRODEC
- c) Respeitar e cumprir as decisões da Assembleia Geral;
- d) Zelar pelo bom nome da APRODEC;
- e) Defender o património e os interesses da APRODEC;
- f) Cumprir e fazer cumprir o regulamento interno;
- g) Comparecer por ocasião das eleições para a eleição dos órgãos sociais;
- h) Votar e ser eleito;
- i) Aceitar ocupar cargos sociais dentro da APRODEC salvo motivo especial de escusa reconhecidamente impeditivo;
- j) Denunciar qualquer irregularidade verificada dentro da APRODEC, para que a Assembleia Geral tome providências.

Parágrafo Primeiro. Havendo justa causa, o membro poderá ser demitido ou excluído da associação por decisão do Conselho de Direcção, após o exercício de defesa. Da decisão caberá recurso à Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo. É dever do membro efectivo honrar pontualmente com as contribuições associativas.

Parágrafo Terceiro. Os membros da APRODEC não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da associação.

ARTIGO NONO

Dos direitos dos membros

São direitos dos membros com suas obrigações sociais cumpridas:

- a) Votar e ser votado para assumir cargos dos órgãos sociais e executivos da associação na forma prevista neste estatuto;
- b) Participar nas sessões da Assembleia Geral;

- c) Usufruir dos benefícios oferecidos pela APRODEC na forma prevista neste estatuto;
- d) Eleger e ser eleito bem como subscrever listas de candidatos para a ocupação de cargos sociais na APRODEC;
- e) Frequentar a Sede da APRODEC bem como as suas delegações ou representações;
- f) Ser informado de todas as actividades e programas da APRODEC;
- g) Participar em todas actividades e programas da APRODEC;
- h) Apresentar ao Conselho de Direcção, propostas e sugestões com interesse para a APRODEC;
- i) Dirigir-se, sempre que necessário, aos órgãos de conciliação e arbitragem da APRODEC para resolver assuntos, participar preocupações ou dirimir conflitos de interesses entre os membros;
- j) Recorrer das decisões e iniciativas que sejam contrárias à Lei, aos Estatutos e aos bons costumes;
- k) Ser nomeado para qualquer comissão de representação;
- l) Beneficiar dos diversos fundos que vierem a ser constituídos nos termos e condições dos respectivos regulamentos;
- m) Beneficiar dos serviços sociais;
- n) Propor a admissão de membros;
- o) Beneficiar-se dos demais direitos a serem criados.

Parágrafo Primeiro. O direito a voto é exclusivo dos membros fundadores e efectivos.

Parágrafo Segundo. O atraso no pagamento da contribuição associativa por mais de noventa dias a partir da data de vencimento do mesmo, incorrerá na suspensão dos direitos do membro de usufruir dos benefícios oferecidos pela APRODEC e/ou seus parceiros.

ARTIGO DÉCIMO

Da exclusão do membro

A perda da qualidade de membro será determinada pelo Conselho de Direcção e ratificada pela Assembleia Geral, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, em que fique assegurado o direito da ampla defesa, quando ficar comprovada a ocorrência de:

- a) Violação do estatuto social;
- b) Difamação da APRODEC, de seus membros ou de seus associados;
- c) Actividades contrárias às decisões das assembleias gerais;
- d) Desvio dos bons costumes;
- e) Conduta duvidosa, mediante a prática de actos ilícitos;
- f) Falta de pagamento das contribuições associativas, por parte dos “membros efectivos”, após noventa dias.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Das sanções

Um) Havendo presumíveis motivos de exclusão, o membro deverá ser notificado dos mesmos, por escrito, podendo, antes da deliberação da Assembleia Geral, apresentar-se perante o Conselho de Direcção e o Conselho Fiscal, com vista a tomar uma posição face aos factos que lhe são imputados.

Dois) A violação das disposições legais, estatutárias, regulamentares, deliberações sociais, bem como comportamentos moral, civil e profissional incompatível com a qualidade de membro, exceptuando os membros honorários e beneméritos, faz incorrer sobre o associado as seguintes medidas sancionatórias:

- a) Advertência;
- b) Repreensão verbal ou censura pública sob forma de comunicado em Assembleia Geral;
- c) Repreensão registada;
- d) Suspensão da participação em programas, projectos ou actividades da APRODEC;
- e) Perda temporária dos cargos sociais de responsabilidade se ocupar algum, dependendo da gravidade do caso.

Três) Em casos de reincidência, contra o infractor incorrem as seguintes sanções:

- a) Demissão ou perda do cargo de responsabilidade;
- b) Suspensão da qualidade de membro e de todas as actividades e programas da APRODEC por um período máximo de noventa dias;
- c) Expulsão.

Quatro) A aplicação das sanções referidas no número um alíneas a), b), c), d) e), e no número dois alíneas a), e b) é da competência do Conselho de Direcção, tendo o membro o direito de recorrer à Assembleia Geral.

Cinco) A aplicação das sanções referidas no número dois, alínea c) é da competência da Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Direcção.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

Órgãos sociais

São órgãos sociais da APRODEC:

- a) Assembleia Geral;
- b) Conselho de Direcção;
- c) Conselho Fiscal.

Parágrafo Único. Para além dos órgãos sociais, a APRODEC poderá constituir sectores de apoio e órgãos locais, cujo funcionamento e competências serão definidos pelo Regulamento Interno.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

Assembleia Geral

Um) A Assembleia Geral é o órgão máximo e deliberativo da APRODEC, dirigida por um Presidente e um Vice-Presidente e constituída

por todos membros em pleno gozo dos seus direitos estatutários e as suas deliberações são obrigatórias para os restantes órgãos sociais e a todos os membros.

Dois) Os membros beneméritos e honorários poderão participar na Assembleia Geral mas sem direito a voto.

Três) A Assembleia Geral reúne-se ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente por convocação pelo Presidente do Conselho de Direcção e com parecer favorável do Conselho Fiscal, pelo Conselho Fiscal e por requerimento de um meio dos membros incluindo aqueles com cargos sociais.

Quatro) Todos os membros poderão participar, intervir e exercer o direito de voto na Assembleia Geral.

Cinco) O direito do exercício de voto é exclusivo aos membros fundadores e efectivos.

Seis) As deliberações sobre a alteração dos Estatutos exigem o voto favorável de dois terços do número total dos membros presentes.

Sete) A deliberação sobre a dissolução, cisão ou fusão da APRODEC requer o voto favorável de três quartos de todos os membros.

Parágrafo primeiro. A Assembleia Geral só delibera sobre quaisquer outros assuntos, quando se acharem presentes pelo menos metade dos seus membros.

Parágrafo segundo. Serão tomadas por escrutínio secreto as deliberações que envolvam eleições do Conselho de Direcção e do Conselho Fiscal e o julgamento dos actos do Conselho de Direcção quanto à aplicação das sanções.

Parágrafo terceiro. A Mesa da Assembleia Geral será composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário e um Tesoureiro.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

Competências da Assembleia Geral

Compete à Assembleia Geral:

- a) Apreciar o relatório anual do Conselho de Direcção;
- b) Discutir, Deliberar e Aprovar as despesas, o orçamento e o parecer do Conselho Fiscal;
- c) Eleger e destituir os titulares dos órgãos;
- d) Estabelecer o valor das quotas dos associados;
- e) Deliberar quanto à compra e venda de imóveis da APRODEC;
- f) Aprovar o regulamento interno, que disciplinará os vários sectores de actividades da APRODEC;
- g) Alterar, no todo ou em parte, o presente estatuto;
- h) Deliberar quanto à dissolução da APRODEC;
- i) Decidir, em ultima instância, sobre todo e qualquer assunto de interesse social, bem como sobre os casos omissos no presente estatuto;

j) Deliberar sobre a admissão e expulsão dos associados;

k) Deliberar sobre a abertura de delegações;

l) Estabelecer o valor da jóia e quota anual para os sócios contribuintes.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

Convocatória da Assembleia Geral

Um) A Assembleia Geral é convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral com pelo menos trinta dias de antecedência, em relação à data da sua realização, por meio de convocatória escrita e distribuída a cada membro da associação, mencionando-se a data, a hora, agenda, ordem dos trabalhos e o local da realização da Assembleia.

Dois) Tratando-se da alteração dos estatutos e regulamentos, destituição dos órgãos sociais ou expulsão de membros, bem como a apreciação de recursos disciplinares, as modificações propostas deverão ser enviadas aos membros trinta dias antes da sessão e, nos demais casos, deverão ser depositados na sede e/ou local escolhido para a efectivação da Assembleia Geral.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

Quórum

Um) A Assembleia Geral reúne-se quando presentes mais de metade dos associados em pleno gozo dos seus direitos e as deliberações são por maioria absoluta.

Dois) Não se verificando as presenças referidas no número antecedente a Assembleia Geral realizar-se-á quarenta e cinco minutos depois, em segunda convocatória com qualquer número de membros, acrescida da menção do facto da falta de quórum para se reunir e deliberar na primeira.

Três) A Assembleia Geral convocada a pedido dos membros só funcionará regular e devidamente se estiverem presentes todos os requerentes.

Quatro) A Assembleia Geral extraordinária não tem segunda convocatória.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

Conselho de Direcção

Um) O Conselho de Direcção será constituído por um Presidente, um Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Vogal, um Tesoureiro e um Secretário.

Dois) O mandato do Conselho de Direcção será de três anos com o máximo de duas reeleições consecutivas por iguais períodos.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO

Competências do Conselho de Direcção

Um) Compete ao Conselho de Direcção:

- a) Apreciar e deliberar sobre os planos e programas anuais de actividades da associação que devem ser aprovados ou ratificados pela Assembleia Geral;

- b) Elaborar e apresentar, à Assembleia Geral, o relatório anual;
- c) Interagir com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em actividades e políticas de interesse comum;
- d) Criar, empossar e apoiar a Direcção Executiva da Associação;
- e) Contratar e demitir funcionários;
- f) Fixar a tabela de remunerações e benefícios dos funcionários;
- g) Propor políticas da associação para aprovação pela Assembleia Geral e zelar pela sua implementação.

Parágrafo único. O Conselho de Direcção reunir-se-á uma vez em cada três meses e extraordinariamente sempre que for necessário.

Dois) Compete ao Presidente do Conselho de Direcção:

- a) Representar a Associação activa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- b) Cumprir e fazer cumprir os Estatutos e o Regulamento Interno;
- c) Convocar e presidir às reuniões do Conselho Direcção;
- d) Assinar com o Tesoureiro mais o Director Executivo todos os cheques, ordem de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da associação.

Três) Compete ao Vice-Presidente:

- a) Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- b) Assumir o mandato em caso de vacância, até o seu término;
- c) Prestar, de um modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

Quatro) Compete ao Secretário da Associação:

- a) Secretariar as reuniões do Conselho da Direcção e da Assembleia Geral e redigir as actas;
- b) Publicar todas as notícias das actividades da associação.

Cinco) Compete ao Tesoureiro:

- a) Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;
- b) Pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- c) Apresentar relatórios de receitas e despesas, regularmente e sempre que forem solicitados;
- d) Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral;
- e) Apresentar semestralmente o balanço ao Conselho Fiscal;
- f) Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;

- g) Manter todo o numerário em banco;
- h) Assinar com o Presidente mais o Director Executivo todos os cheques, ordem de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da associação.

ARTIGO DÉCIMO NONO

Do conselho fiscal

Um) O Conselho Fiscal será constituído por três membros associados com seus suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Dois) O mandato do Conselho Fiscal será de três anos e renovável por dois mandatos.

Três) Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até ao seu término.

Quatro) O Conselho Fiscal terá dois membros suplentes.

ARTIGO VIGÉSIMO

Das competências do Conselho Fiscal

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Examinar os livros da escrituração da Associação;
- b) Examinar o balanço semestral apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito;
- c) Apresentar à Assembleia Geral o seu parecer em matérias gerais e específicas da gestão administrativa e programática da Associação;
- d) Opinar sobre a aquisição e alienação de bens.

Parágrafo Único. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez em cada três meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO

Da remuneração

Os membros e titulares dos órgãos sociais não receberão nenhum tipo de remuneração, de qualquer espécie ou natureza, pelas actividades exercidas, não se excluindo despesas de representação no exercício das suas funções.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

Da responsabilidade dos membros

Os membros, mesmo que investidos na condição de membros e titulares dos órgãos sociais, não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos e obrigações sociais da APRODEC.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO

Do património social

O património da APRODEC será constituído e mantido por:

- a) Bens móveis, imóveis, veículos, acções e documentação da associação;

- b) Contribuições e quotizações periódicas dos seus membros;

- c) Doações, legados, bens, direitos e valores adquiridos, e suas possíveis rendas e, ainda, pela arrecadação dos valores obtidos através da realização de eventos, desde de que revertidos e aplicados total e integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objectivos da associação;

- d) Rendas de imóveis, aluguer de móveis, materiais e juros de títulos ou depósitos.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO

Da venda

Os bens móveis e imóveis poderão ser alienados, mediante prévia autorização da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, devendo o valor apurado ser integralmente aplicado no desenvolvimento das actividades sociais ou no aumento do património social da APRODEC.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO

Da revisão estatutária

O presente estatuto social poderá ser revisto, no todo ou em parte, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, especialmente convocada para este fim, composta de membros efectivos com suas obrigações sociais em dia, não podendo ela deliberar sem voto de dois terços dos presentes, em primeira chamada com a maioria absoluta dos membros e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com maioria simples de membros, ou com um terço e entrará em vigor na data do seu registo em Cartório.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO

Da dissolução

Constituem causas da dissolução da APRODEC:

- a) Deliberação da Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito, mediante voto favorável de três quartos dos presentes em primeira chamada, com a totalidade dos membros, e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com a presença de, no mínimo, um terço dos membros;
- b) Falecimento ou desaparecimento de todos os membros;
- c) Nos demais casos previstos na lei;

Parágrafo único. Em caso de dissolução social, liquidado o passivo, os bens remanescentes, serão destinados para outra entidade ou instituição congénere, com personalidade jurídica comprovada, sede e actividade preponderante e devidamente registada no Ministério da Justiça da República de Moçambique.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO

Liquidação

A liquidação resultante da dissolução será feita por uma comissão liquidatária constituída por três membros eleitos pela Assembleia Geral que determinará os seus poderes, modo de liquidação e destino dos seus bens.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO

Disposições gerais

A APRODEC não distribui lucros, bonificações ou vantagens a qualquer título, para membros e ou titulares dos órgãos, sob nenhuma forma ou pretexto, devendo suas rendas ser aplicadas, exclusivamente, no território nacional.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO

Regime supletivo

Um) O presente estatuto e o regulamento interno entram em vigor na data da assinatura da escritura e submetem-se à legislação em vigor em Moçambique e em tudo que não se ache regulado ou se ache omissa no presente estatuto, aplicar-se-ão as normas legais supletivas e o Regulamento Interno, cuja aprovação e alteração são da competência da Assembleia Geral.

Dois) O presente Estatuto foi aprovado pela Assembleia Constitutiva realizada no dia vinte de Maio de dois mil e treze.

Maciene, vinte de Maio de dois mil e treze.

**Actual Segurança, Limitada**

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia quinze de Outubro de dois mil e dez, foi matriculada, na Conservatória dos Registos de Nampula, sob o número cem milhões quatrocentos trinta e quatro setecentos e sessenta e oito, a cargo de Macassute Lenço, conservador superior e mestrado em Ciências Jurídicas, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada Actual Segurança, Limitada, constituída entre os sócios: Francisco Manuel Metupa de Aguiar, solteiro maior, filho de Fernando José Nunes Amado de Aguiar e de Mariamo Metupa, natural de Memba, portador do Bilhete de Identidade número zero dois milhões cem mil oitocentos e dezanove duzentos e setenta e um F, emitido aos vinte e um de Outubro de dois mil e dez, pelo Arquivo de Identificação Civil de Pemba, e residente no Bairro Central, na cidade de Nampula e Jerónimo Afonso Amisse, solteiro, maior, filho de Amisse e de Mwanacha, natural de Nampui - Moma, portador do Bilhete de Identidade número zero trinta milhões cem mil seiscentos e vinte e seis quinhentos e setenta e seis B, emitido aos vinte e seis de Outubro de

dois mil e dez, pelo Arquivo de Identificação Civil de Nampula, e residente no Bairro de Muatala, na cidade de Nampula, que se regem com base nos artigos que se seguem:

ARTIGO PRIMEIRO

A sociedade adopta a denominação comercial Actual Segurança, Limitada.

ARTIGO SEGUNDO

A sociedade é constituída por tempo indeterminado contando para todos efeitos, o seu início a data da celebração do presente contrato.

ARTIGO TERCEIRO

Um) A sede da sociedade é na cidade de Nampula.

Dois) Por simples decisão da gerência, poderá a sociedade transferir a sua sede social para qualquer cidade capital do nosso território nacional, bem como abrir, transferir ou encerrar sucursais, delegações, filiais, agências ou qualquer outra forma de representação social em qualquer parte do território nacional.

ARTIGO QUARTO

Um) A sociedade tem por objectivo o exercício da actividade de segurança privada, compreendendo em particular: a protecção de pessoas e bens, vigilância industrial, comercial, transporte de valores, sub - instalação e assistência de sistemas electrónicos de segurança em estabelecimentos comerciais, bancos, instituições do Estado e privadas, missões diplomáticas, consulares e outros.

Dois) A sociedade poderá ainda exercer quaisquer actividades anexas permitidas por lei, que os sócios acordam explorar, directa ou indirectamente, relacionadas com o seu objecto.

Três) Constituir sociedades bem como adquirir participações sociais em quaisquer outras sociedades, sujeitas ou não a leis especiais, com objecto igual ou diferente do seu, ou ainda associar-se com outras pessoas jurídicas, nomeadamente para formar novas sociedades, agrupamentos complementares de empresas, agrupamento de interesse económico, consórcio e associações em participação.

ARTIGO QUINTO

Um) O capital social é de vinte e cinco mil meticais, encontra-se integralmente subscrito e realizado em dinheiro correspondente a soma de duas quotas iguais de doze mil e quinhentos meticais, pertencente a Francisco Manuel Metupa de Aguiar, e outra de igual valor a Jerónimo Afonso Amisse respectivamente.

Dois) O capital social pode ser aumentado uma ou mais vezes, sendo os quantitativos e modalidades deliberados em assembleia geral.

ARTIGO SEXTO

Um) Haverá prestações suplementares de capital, que deverão ser deliberadas pelo conselho de administração ou assembleia geral.

Dois) Por suplementos entendem-se as importâncias complementares que os sócios possam adiantar no caso do capital social se revelar insuficiente para as despesas de exploração, constituindo tais suplementos verdadeiros empréstimos à sociedade.

ARTIGO SÉTIMO

Um) É livre a cessão de quotas, entre os sócios.

Dois) A cessão a estranhos depende do consentimento da sociedade a qual é atribuído o direito de preferência, em primeiro lugar e dos sócios em segundo lugar.

ARTIGO OITAVO

Um) A sociedade pode, mediante a deliberação da assembleia geral, amortizar as quotas dos sócios nos seguintes casos:

- a) Quando qualquer quota ou parte dela arrestada, penhorada, arrolada ou sujeita a qualquer acto judicial ou administrativo que possa obrigar a sua transferência para terceiros, ou ainda se for dada em garantia de obrigações que o seu titular assumia sem prévia autorização da sociedade;
- b) Por acordo com os respectivos proprietários;
- c) Em caso de falência ou insolvência do sócio titular.

Dois) A amortização será efectuada pelo valor e nas condições e modalidades deliberadas em assembleia geral por maioria simples.

ARTIGO NONO

Um) A assembleia geral é o órgão máximo da sociedade, e é constituída por todos sócios e reunirá ordinariamente uma vez por ano para:

- a) Apreciação, aprovação, alteração e balanço de quotas do exercício;
- b) Deliberar sobre outros assuntos para que tenha sido devidamente convocada.

Dois) Assembleia geral ordinária realizar-se-á nos primeiros três meses de cada ano, e extraordinariamente sempre que for solicitada por qualquer dos sócios ou pela administração.

Três) Sempre que a lei não determine formalidades especiais para o efeito, a assembleia geral ordinária será convocada, pela administração da sociedade, por carta registada, com aviso de recepção, dirigida aos sócios com antecedência mínima de oito a quinze dias.

ARTIGO DÉCIMO

A assembleia geral será presidida por um presidente ou, após a sua nomeação por qualquer representante seu e, em caso da ausência do presidente, um será nomeado *ad hoc* pelos sócios.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Um) As deliberações da assembleia geral serão tomadas por maioria simples, excepto no caso em que a lei comercial ou os presentes estatutos exijam uma maioria qualificada de sessenta e cinco por cento do capital social.

Dois) A assembleia geral reunir-se-á na sede da sociedade ou noutro local desde que tal não prejudique os legítimos direitos e interesses dos sócios.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

Um) A administração, gestão e representação da sociedade em juízo ou fora dela, activa e passivamente serão exercidas pelos dois sócios Francisco Manuel Metupa de Aguiar e Jerónimo Afonso Amisse que ficam desde já nomeados como administradores, bastando a assinatura de ambos para obrigar a sociedade e na ausência de um deles será nomeado um contabilista que fará a segunda assinatura.

Dois) Compete aos administradores nomear gerentes ou mandatários, a quem caberá a representação da sociedade nos actos que expressamente sejam a si designados, dispondo de poderes legalmente consentidos para a prossecução e realização do objecto que a lei e os presentes estatutos não reservem a administração ou a assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

Anualmente será dado um balanço, encerrado com a data de trinta e um de Dezembro, e os lucros líquidos apurados, deduzidos cinco por centos para o fundo de reserva legal, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas e em igual proporção serão suportadas as perdas.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

Um) A sociedade não se dissolve por morte ou interdição de qualquer dos sócios, antes continuará com os herdeiros ou representantes legal do sócio falecido ou interdito.

Dois) Dissolvendo-se por acordo dos sócios, todos eles serão liquidatários e concluída a liquidação e pagos todos encargos o produto líquido será repartido pelos sócios na proporção das suas quotas. Assim, ela se dissolve nos casos e termos previstos na lei:

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

Nos casos omissos regularão as disposições legais aplicáveis, designadamente lei das sociedades por quotas e demais legislação aplicável na República de Moçambique.

Nampula, treze de Maio de dois mil e treze.
— O Conservador, *MA Macassute Lenço*.

Milcon, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de um de Abril de dois mil e catorze, exarada de folhas noventa e seis verso a noventa e sete verso do livro de notas para escrituras diversas número trinta e nove da Conservatória dos Registos e Notariado de Vilankulo, a cargo de Fernando António Ngoca, técnico superior dos registos e notariado N1, em pleno exercício de funções notariais, foi constituída por Alfredo dos Santos Machava, uma sociedade unipessoal, que se regerá nas cláusulas e condições constantes dos artigos seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação, sede e duração

Um) A sociedade adopta a denominação Milcon, Limitada – Sociedade Unipessoal.

Dois) A sociedade tem a sua sede, na vila de Vilankulo, podendo abrir outras sucursais, filiais, delegações, ou outras formas de representação em território nacional ou estrangeiro, sempre que se mostrar necessário.

Três) A sociedade será regida pelos presentes estatutos e pelos demais preceitos legais em vigor na República de Moçambique.

Quatro) A sociedade se constitui por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data da assinatura do presente contrato.

ARTIGO SEGUNDO

Objecto social

A sociedade tem como principal objecto:

- O exercício das actividades de construção civil;
- Desenho de projectos de construção;
- Instalação de circuitos de segurança electrónica;
- Prestação de serviços de consultoria;
- Instalação de vedações e sistemas eléctricos;
- Outras actividades conexas e afins;
- Exportação e importação.

ARTIGO TERCEIRO

Capital social

Um) O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro é de cem mil meticais, correspondente a única quota de cem por cento pertencente ao sócio Alfredo dos Santos Machava, podendo o capital ser elevado a uma ou mais vezes de acordo com a decisão do sócio, que para tal obedecerá os necessários preceitos legais.

Dois) O sócio poderá fazer suprimentos que a sociedade carece, nos termos e condições fixados pela mesma.

ARTIGO QUARTO

Gerência e representação

Um) A sociedade será representada em juízo e fora dele, activa e passivamente, pelo sócio Alfredo dos Santos Machava que desde já fica designado gerente.

Dois) Compete ao sócio gerente exercer os mais amplos poderes, praticar todos os actos tendentes a realização do objecto social e, poderá delegar os seus poderes bem como constituir mandatários nos termos estabelecidos pelo Código Comercial e demais legislação do país.

Três) A sociedade fica obrigada pela assinatura do sócio gerente.

ARTIGO QUINTO

Fusão ou alteração

O único sócio poderá decidir por si a fusão, venda total ou parcial da quota, transformação ou a dissolução da sociedade nas condições que lhe convier e no respeito pelo formalismo em vigor no país.

ARTIGO SEXTO

Dissolução

A sociedade só se dissolve nos termos fixados por lei ou por decisão do único sócio, devendo para este caso, respeitarem-se os preceitos legais estabelecidos.

ARTIGO SÉTIMO

Balanço e resultados

Um) O ano económico da sociedade coincide com o ano civil, anualmente será efectuado um balanço com a data de trinta e um de Dezembro.

Dois) Do lucro líquido apurado em cada exercício, deduzir-se-á em primeiro lugar, a percentagem estabelecida para constituir reserva legal, do remanescente será aplicado nos termos que forem decididos pelo sócio.

ARTIGO OITAVO

Herdeiros

Por inabilitação, interdição ou falecimento do sócio, a sociedade ficará com os herdeiros do falecido ou representantes do inabilitado ou interdito, devendo aqueles indicarem de entre si um que a todos represente na sociedade, enquanto a respectiva quota se mantiver indivisa.

ARTIGO NONO

Disposições finais

Os casos omissos serão regulados pelo Código Comercial e demais disposições legais em vigor na República de Moçambique.

Está conforme.

Vilankulo, quatro de Março de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Abeken Construções, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por deliberação de trinta de Abril de dois mil e catorze, da sociedade Abeken Construções, Limitada, com sede na cidade de Maputo, na Avenida vinte e cinco de Setembro, número mil quinhentos e nove, sexto andar, sala dez, matriculada na Conservatória de Registo das Entidades Legais de Maputo, sob o n.º 100277239, nos termos do artigo cento e vinte e oito ponto dois do Código Comercial, teve lugar a reunião da assembleia geral extraordinária da Abeken Construções, Limitada, encontravam-se presentes todos sócios da sociedade em epígrafe nomeadamente o sócio Lucas João Augusto, portador do Bilhete de Identidade n.º 110302810357S emitido na cidade de Maputo; o sócio Fabião Pedro Manjate, portador do Bilhete de Identidade n.º 110101839578M emitido na cidade de Maputo e o sócio Juvenal Benjamim Jesus Pinheiro, portador da Autorização de residência n.º 11PT00045594A emitido na cidade de Maputo, os sócios deliberaram:

Ponto um. Deliberar sobre o exercício do direito de preferência da Sociedade relativamente à divisão e cessão da quota titulada pelo sócio Fabião Pedro Manjate, com o valor nominal de trezentos mil meticais, representativa de trinta por cento do capital social da sociedade;

Ponto dois. Deliberar sobre o exercício do direito de preferência da Sociedade relativamente à cessão da totalidade da quota pelo sócio Lucas João Augusto, com o valor nominal de seiscentos mil meticais, representativa de sessenta por cento do capital social da sociedade;

Ponto três. Deliberar sobre o exercício do direito de preferência da sociedade relativamente à cessão da totalidade da quota titulada pelo sócio Juvenal Benjamim Jesus Pinheiro, com valor nominal de cem mil meticais, representativa de dez por cento do capital social da sociedade;

Ponto quatro. Deliberar sobre a unificação das quotas cedidas pelos sócios Lucas João Augusto, Fabião Pedro Manjate, e Juvenal Benjamim Pinheiro;

Ponto cinco. Deliberar sobre a alteração parcial dos estatutos da sociedade.

Assim, foi deliberado, pelo voto unânime de todos os sócios presentes, aprovar a cessão integral da quota titulada pelo sócio Lucas João Augusto, com valor nominal de seiscentos mil meticais, representativa de sessenta por cento do capital social da Sociedade, a favor do Senhor César Rodolfo Trigo, pelo seu valor nominal, bem como a renúncia da Sociedade ao direito de preferência que lhe assiste, nos termos legais e estatutários, relativamente à cessão da quota titulada pelo sócio Lucas João Augusto.

Assim, foi deliberado, pelo voto unânime de todos os sócios presentes, aprovar a cessão integral da quota titulada pelo sócio Juvenal Benjamim Jesus Pinheiro, com o valor nominal de cem mil meticais, representativa de dez por cento do capital social da Sociedade, a favor do senhor César Rodolfo Trigo, pelo seu valor nominal, bem como a renúncia da Sociedade ao direito de preferência que lhe assiste, nos termos legais e estatutários, relativamente à cessão da quota titulada pelo sócio Juvenal Benjamim Jesus Pinheiro.

Após a apreciação do Ponto Três da Ordem de Trabalhos, passou-se de seguida, à discussão do Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos, tendo sido deliberado por unanimidade dos sócios unificar as quotas que serão adquiridas pelo Senhor César Rodolfo Trigo, nos termos acima mencionados, passando este a ser titular de uma quota única com valor nominal de oitocentos mil meticais, representativa de oitenta por cento do capital social da sociedade.

Após a apreciação do Ponto Quatro da ordem de trabalhos, deu-se início à discussão do Ponto Quinto, tendo sido referido pelos sócios presentes, que em consequência das deliberações tomadas na presente Assembleia e com a finalidade de as mesmas passarem a reflectir a realidade condizente com as deliberações acima tomadas, deverá proceder-se à alteração do artigo quarto do pacto social da sociedade, para que o mesmo passe a ter a seguinte redacção:

ARTIGO QUARTO

Capital social

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de um milhão de meticais, achando-se distribuída pelas quotas seguidamente identificadas:

a) Uma quota no valor nominal de oitocentos mil meticais, representativa de oitenta por cento do capital social da sociedade, pertencente ao sócio, César Rodolfo Trigo, portador do Bilhete de Identidade n.º 110100316236N, NUIT 102663683.

b) Uma quota com o valor nominal de duzentos mil meticais, representativa de vinte por cento do capital social da sociedade, pertencente ao sócio Ábner César Nhaca Trigo, portador do Bilhete de Identidade n.º 110101203083J, não sabe assinar e será representado e assinado pelo pai César Rodolfo Trigo.

Pedras & Rochas, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de catorze de Maio do ano dois mil e catorze, lavrada de folhas cento e vinte e nove a folhas cento e trinta e duas, do livro de notas para escrituras diversas número I traço dezoito, da Conservatória dos Registos e Notariado de Nacala-Porto, a cargo de Jair Rodrigues Conde de Matos, licenciado em Direito, conservador superior foi constituída uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada Pedras & Rochas, Limitada, pelos senhores Ali Yahfoufi, casado com Nada Fakihi, natural de Nahle-Libano, nacionalidade canadense, residente em Nacala-Porto, portador do Passaporte n.º GB 227038, emitido em vinte e três de Outubro de dois mil e treze, pelos Serviços de Migração de Windsor-Canada; Mono Pri, Limitada, firma com NUEL n.º 100362694; Hamad Naji, casado com Nadia Salaneh, natural de Bar Elias, nacionalidade libanesa, residente em Nacala-Porto, portador do Passaporte n.º RL 1498550, emitido em trinta e um de Março de dois mil e nove, pelos Serviços de Migração do Líbano; Ibrahim Mehdi, solteiro, maior, natural de Ali El Nahri-Libano, nacionalidade belga, residente em Nacala-Porto, portador do Passaporte n.º EI 403849, emitido em vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e onze, pelos Serviços de Anderlecht – Bélgica e El Moussawi Mahmoud, casado com Hiam Mkahal, natural de Massa-Libano, nacionalidade libanesa, residente em Nacala-Porto, portador do Passaporte n.º RL 2581038, emitido em vinte de Julho de dois mil e treze, pelos Serviços de Migração de Líbano, com base no pacto social adiante:

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação e duração

A sociedade é por quotas de responsabilidade limitada adopta a denominação de Pedras & Rochas, Limitada, constituindo-se por tempo indeterminado contando-se o seu início a partir da data da escritura de constituição.

ARTIGO SEGUNDO

Sede

Um) A sociedade tem a sua sede no Posto Administrativo de Namala, zona de Coutinho, Régulo Namanga, sem número, Nacala-a-Velha, província de Nampula.

Dois) A administração fica autorizada a deslocar a sede social para qualquer outro local de Moçambique, pode transferir, abrir ou encerrar qualquer subsidiária, sucursal ou agência, delegações ou outra forma de representação social, onde e quando entender conveniente.

ARTIGO TERCEIRO

Objecto

Um) A sociedade tem por objecto importação, exportação de bens e serviços para sua actividade

principal de transformação de pedra, rocha, área e cimento, com transporte e comércio de qualquer equipamento ou derivados ou produtos acabados do exercício da sua actividade; venda a grosso e retalho de material de construção civil; exploração de pedreiras e comércio de produtos inerentes a sua actividade e seus derivados.

Dois) A sociedade poderá ainda exercer quaisquer actividades conexas, de prestação de serviço, complementares ou subsidiárias às suas actividades principais, desde que tais sejam devidamente autorizadas.

ARTIGO QUARTO

Capital social

Um) O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de trezentos mil meticais, subscrito em cinco quotas sendo uma de cento cinquenta e três mil meticais, correspondente a cinquenta e um por cento do capital social para a sócia Mono Pri, Limitada, e outras quatro quotas iguais de trinta e seis mil setecentos cinquenta meticais, correspondente a doze vírgula vinte e cinco, por cento do capital social para cada um dos sócios Ali Yahfoufi; Hamad Naji; Ibrahim Mehdi e El Moussawi Mahmoud, respectivamente.

Dois) A cessão de quotas e a sua divisão é livre entre os sócios, tendo sempre direito de preferência os sócios, excepto a cessão de quotas a estranhos que depende sempre do consentimento da sociedade.

ARTIGO QUINTO

Administração e representação

Um) A administração e representação da sociedade em juízo e fora dela activa ou passivamente será exercida pelo senhor Hussein Yahfoufi, desde já nomeado administrador, com dispensa de caução sendo suficiente a sua assinatura para obrigar a sociedade em actos e contratos, com excepção a actos que sejam estranhos ao objecto social, dividas, fianças ou avales, que neste caso é obrigada assinatura conjunta dos sócios.

Dois) A administração pode delegar no todo ou em parte seus poderes a outra pessoa, e esta não pode igualmente não pode obrigar a sociedade em actos e documentos estranhos ao mandato.

ARTIGO SEXTO

Assembleia geral

Um) A assembleia geral será convocada por carta registada, com aviso de recepção, email ou outro meio comunicativo e legal, com pelo menos quinze dias de antecedência, salvo quando a lei impuser outra forma de convocação.

Dois) A assembleia geral, pode se reunir sem observância de formalidades prévias de convocação, desde que se representem os sócios e todos manifestem a vontade de que a assembleia se constitua e delibere sobre determinado assunto.

Três) As competências atribuídas por lei à assembleia geral e as decisões de obrigar a sociedade perante terceiros serão sempre expressas em Acta assinada por todos os sócios.

ARTIGO SÉTIMO

Disposições diversas

Um) Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

Dois) Em caso de arrolamento, penhora, arresto ou inclusão de quota em massa falida ou insolvente, a sociedade poderá amortizar a quota do sócio respectivo. A sociedade poderá ainda amortizar a quota, se esta for cedida sem o consentimento daquela.

Três) O ano fiscal coincide com o ano civil.

Quatro) A sociedade dissolver-se-á nos casos expressamente previstos na lei ou quando for deliberado pela assembleia geral.

Cinco) Em todo o omissio aplicar-se-á o Código Comercial em vigor e demais legislação aplicável em Moçambique.

Está conforme.

Nacala-Porto, catorze de Maio de dois mil e catorze. — O Conservador Superior, *dr. Jair Rodrigues Conde de Matos*.

De Lagoa Bay, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia vinte e quatro de Abril de dois mil e treze, foi matriculada na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100383217, uma sociedade denominada De Lagoa Bay, Limitada, entre:

José Paulo Fadário de Carvalho, casado com Virgínia Maria dos Reis Parente de Carvalho, em regime de cumunhão de bens, natural de Bela Vista, de nacionalidade moçambicana, residente em Maputo, portador do Bilhete de Identidade n.º 110100890219B, emitido aos quatro de Fevereiro de dois mil e onze, pela Direcção Nacional de Identificação Civil de Maputo;

António Rodrigues Alves, solteiro, natural de Porto-Portugal, residente em Maputo, de nacionalidade portuguesa, portador do Dire n.º 10PT00040770I, emitido aos dezoito de Junho de dois mil e onze, pela Direcção Nacional de Migração;

Mário Moreira Dias, casado com Anabela Martins Moreira, em regime de cumunhão de bens adquiridos, natural de Massarelos-Porto, acidentalmente nesta cidade de Maputo, de nacionalidade portuguesa, portador do Passaporte n.º M208053, emitido aos dois de Julho de dois mil e um, pelos Serviços Estrangeiros e Fronteiras;

Carlos Roberto Fehlberg Pereira, viúvo, natural de Porto-Alegre, residente em Maputo, de nacionalidade brasileira, portador do DIRE 11BR00003209G, emitido aos nove de Outubro de dois mil e onze, pela Direcção Nacional de Migração.

Que, pelo presente contrato, constitui uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que rege-se pelos seguintes artigos:

ARTIGO PRIMEIRO

A sociedade adopta a denominação de De Lagoa Bay, Limitada, e tem a sua sede em Maputo, Avenida Fernão de Magalhães número novecentos e noventa e nove, podendo por deliberação da assembleia geral abrir ou encerrar sucursais dentro e fora do país quando for conveniente.

ARTIGO SEGUNDO

A sua duração será por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data da celebração do presente contrato.

ARTIGO TERCEIRO

A sociedade tem por objecto:

- Gestão e promoção imobiliária;
- Gestão e administração de hotelaria e turismo;
- Agência de viagem e turismo, prestação de serviços.

Um) A sociedade poderá adquirir participações financeiras em sociedade a constituir ou já constituídas ainda que tenha como objecto social diferente do da sociedade.

Dois) A sociedade poderá exercer quaisquer outras actividades desde que para isso esteja devidamente autorizado nos termos da legislação em vigor.

ARTIGO QUARTO

Um) O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de vinte e cinco mil meticais, correspondente a cem por cento, assim distribuídas:

- Uma quota do valor nominal de seis mil e duzentos e cinquenta meticais, equivalente a vinte e cinco por cento pertencente ao sócio José Paulo Fadário de Carvalho;
- Uma quota do valor nominal de seis mil e duzentos e cinquenta meticais, equivalente à vinte e cinco por cento pertencente ao sócio António Rodrigues Alves;
- Uma quota do valor nominal de seis mil e duzentos e cinquenta meticais, equivalente à vinte e cinco por cento pertencente ao sócio Carlos Roberto Fehlberg Pereira.
- Uma quota do valor nominal de seis mil e duzentos e cinquenta meticais,

equivalente à vinte e cinco por cento pertencente ao sócio Mário Moreira Dias.

Dois) O capital social poderá ser aumentado ou diminuído quantas vezes for necessário desde que a assembleia geral delibere sobre o assunto

ARTIGO QUINTO

Divisão e cessão de quota

Um) Sem prejuízo das disposições legais em vigor a cessação ou alienação de toda a parte de quotas deverá ser de consenso dos sócios gozando estes do direito de preferência.

Dois) Se nem a sociedade, nem os sócios mostrarem interesse pelas quotas do cedente, este decidirá a sua alienação a quem e pelos preços que melhor entender, gozando o novo sócio dos direitos correspondentes a sua participação na sociedade.

ARTIGO SEXTO

Administração e gerência

Um) A administração, gestão da sociedade e sua representação em juízo e fora dela, activa e passivamente, será exercida pelo sócio José Paulo Fadário de Carvalho que desde já fica nomeado gerente, com dispensa de caução, bastando uma assinatura, para obrigar a sociedade.

Dois) Os sócios e o gerente tem plenos poderes para nomear mandatário/s a sociedade, conferindo, os necessários poderes de representação.

ARTIGO SÉTIMO

Um) A assembleia geral reúne-se ordinariamente uma vez por ano para apreciação e aprovação do balanço de contas do exercício findo e repartição de lucros e perdas.

Dois) A assembleia geral poderá reunir-se extraordinariamente quantas vezes for necessária desde que as circunstâncias assim o exijam para deliberar sobre qualquer assunto que diga respeito a sociedade.

ARTIGO OITAVO

A sociedade só se dissolve nos termos fixados pela lei ou por comum acordo dos sócios quando assim o entenderem.

ARTIGO NONO

Os casos omissos, serão regulados pela lei e em demais legislação aplicável na República de Moçambique.

Maputo, vinte e nove de Abril de dois mil e treze. — O Técnico, *Ilegível*.

Centro Infantil Aquarela, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de oito de Novembro de dois mil e doze, exarada de folhas cento trinta e quatro a folhas cento trinta e cinco do livro de notas para escrituras diversas número vinte e três traço E do Terceiro Cartório Notarial de Maputo, perante Fátima Juma Achá Baronet, licenciada em Direito, técnica superior dos registos e notariado N1 e notária em exercício no referido Cartório, foi constituída por: Helena Vicente Ribeiro, Pérsea Michelle de Ribeiro Sendas Simões e Paula Cristina Ribeiro Pimentel Jacinto, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelos termos constantes dos artigos seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação, duração e sede)

Um) A sociedade adopta a denominação Centro Infantil Aquarela, Limitada, e é constituída sob a forma de sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada e que se rege pelos presentes estatutos e pelos preceitos legais em vigor na República de Moçambique.

Dois) A sociedade constitui-se por tempo indeterminado, contando à partir da data da sua constituição.

Três) A sociedade tem sua sede em Maputo, Avenida Kwame Nkrumah número mil cento e vinte e quatro, podendo abrir sucursais, delegações, agências ou qualquer outra forma de representação social onde e quando a administração/gerência o julgar conveniente.

Mediante simples deliberação, pode a administração/gerência transferir a sede para qualquer outro local do território nacional.

ARTIGO SEGUNDO

(Objecto)

Um) A sociedade tem por objecto principal:

- a) A prestação de serviços de ensino pré-escolar, primário, secundário, incluindo actividades de desporto;
- b) Aulas de línguas e ensino profissional.

Dois) A sociedade poderá exercer outras actividades conexas ou complementares.

Três) Prestar serviços de transporte escolar, cantina escolar, aluguer de espaços.

Quatro) Adquirir, construir, locar ou alugar bens imóveis e constituir direitos sobre esses bens em qualquer local.

ARTIGO TERCEIRO

Capital social

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de vinte e cinco mil

meticais, correspondente à soma de três quotas desiguais, assim distribuídas:

- a) Helena Vicente Ribeiro, com uma quota no valor nominal de oito mil e quinhentos meticais, correspondente a trinta e quatro por cento do capital;
- b) Pérsea Michelle de Ribeiro Sendas Simões, com uma quota no valor nominal de oito mil e duzentos e cinquenta meticais, correspondente a trinta e três por cento do capital;
- c) Paula Cristina Ribeiro Pimentel Jacinto, com uma quota no valor nominal de oito mil e duzentos e cinquenta meticais, correspondente a trinta e três por cento do capital.

ARTIGO QUARTO

(Divisão alienação e oneração de quotas)

Um) A divisão e a concessão de quota, bem como a constituição de quaisquer bónus ou encargos sobre a mesma, carecem de autorização previa da sociedade dada por deliberação da respectiva assembleia geral.

Dois) O sócio, quando pretender alienar a sua quota, informará a sociedade, com um mínimo de trinta dias de antecedência, por carta registada, com aviso de recepção, dando a conhecer o projecto de venda e as respectivas condições contratuais.

Três) Goza do direito de preferência, na aquisição da quota a ser cedida, a sociedade.

ARTIGO QUINTO

(Nulabilidade da divisão, alienação ou oneração de quotas)

É nula qualquer divisão, cessão, alienação ou oneração de quotas que não observe o preceito no artigo antecedente.

ARTIGO SEXTO

(Aumento e redução do capital social)

Um) O capital social pode ser aumentado ou reduzido mediante decisão dos sócios alterando-se em qualquer dos casos o pacto social para que se observarão as formalidades estabelecidas por lei.

Dois) Decidida qualquer variação do capital social, o montante do aumento ou diminuição será rateado pelos sócios, competindo aos sócios decidir como e em que prazo deverá ser feito seu pagamento quando o respectivo capital não seja logo inteiramente realizado.

ARTIGO SÉTIMO

(Administração/gerência)

Um) Administração/gerência da sociedade é exercida por um ou mais administradores/gerentes, eleitos pelos sócios.

Dois) Compete a administração/gerência a representação da sociedade em todos os

seus actos, activa e passivamente, em juízo e fora dele, tanto na ordem jurídica interna como internacionalmente, dispondo de mais amplos poderes legalmente consentidos para a prossecução do objecto social, designadamente, quanto ao exercício da gestão corrente dos negócios sociais.

Três) O administrador/gerente tem plenos poderes para nomear mandatários a sociedade, conferindo os necessários poderes de representação.

Quatro) A sociedade obriga-se por duas assinaturas.

ARTIGO OITAVO

(Direcção geral)

Um) A gestão corrente da sociedade poderá ser confiada a um director-geral, assistido por um director adjunto, sendo ambos membros da sociedade ou escolhidos pelos sócios.

Dois) Caberá a administração fixar as respectivas atribuições e competências do director-geral e o director adjunto.

ARTIGO NONO

(Assembleia geral)

Um) A assembleia geral reúne-se ordinariamente, uma vez por ano, para apreciação e aprovação de balanço e contas do exercício findo e repartição de lucros e perdas.

Dois) A assembleia geral poderá reunir-se extraordinariamente, quantas vezes forem necessárias desde que as circunstâncias assim o exijam para deliberar sobre quaisquer assuntos que digam respeito à sociedade.

ARTIGO DÉCIMO

(Balanço e prestação de contas)

Um) O ano social coincide com o ano civil, iniciando a um de Janeiro e terminando a trinta e um de Dezembro.

Dois) O balanço e a conta de resultados fecham a trinta e um de Dezembro de cada ano, devendo a administração da sociedade organizar as contas anuais e elaborar o relatório respeitante ao exercício e uma proposta de aplicação de resultados.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Resultados e aplicação)

Um) Dos lucros apurados em cada exercício deduzir-se-á, em primeiro lugar, a percentagem estabelecida para a constituição de fundo de reserva legal, enquanto se não encontrar realizada nos termos da lei, ou, sempre que for necessário reintegrá-la.

Dois) A parte restante dos lucros será aplicada nos termos que forem decididos pelos sócios.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Dissolução e liquidação da sociedade)

Um) A sociedade somente se dissolve nos termos fixados na lei.

Dois) Declarada a dissolução da sociedade. Proceder-se-á à sua liquidação gozando os liquidatários, nomeados dos mais amplos poderes para o efeito.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

(Herdeiros)

Em caso de morte, interdição ou incapacitação de um dos sócios, a sociedade continuará com os herdeiros, caso estes manifestem intenção de continuar na sociedade. Caso não haja herdeiros, sendo paga a quota do sócio, a quem tem direito, pelo valor que o balanço apresentar a data do óbito ou certificação daqueles estados, caso os herdeiros ou representante legal não se manifeste, no prazo de um ano após a notificação, a intenção de continuar na sociedade.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

(Amortização das quotas)

A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Por acordo;
- b) Se a quota for penhorada, dada em penhor sem consentimento da sociedade, arrastada ou por qualquer forma apreendida judicial ou administrativamente e sujeito a venda judicial.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

(Disposição final)

Os casos omissos serão regulados e resolvidos de acordo com a legislação aplicável na República de Moçambique.

Está conforme.

Maputo, oito de Novembro de dois mil e doze. — A Ajudante, *Ilegível*.

mil meticais, cessão feita pelo mesmo valor nominal com todos os direitos e obrigações, que em consequência destas operações ficam alterados os artigos quarto e sétimo que regem a dita sociedade para uma nova redacção e seguinte:

ARTIGO QUARTO

Capital social

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de sessenta mil meticais, correspondente à soma de cinco quotas desiguais, sendo cinquenta por cento do capital social correspondente a trinta mil meticais, para a empresa sócia Vilanculos Holiday Resort (PTY) LTD, vinte por cento do capital social equivalente a doze mil para o sócio Jacob Johannes Naude, quinze por cento do capital social equivalente a nove mil meticais, para cada um dos sócios Jacob Johannes Naude Jr. e Pieter Jacobus Moolman Naude.

ARTIGO SÉTIMO

Administração e gerência

A administração e gerência da sociedade, em juízo e fora dela, activa e passivamente fica a cargo dos sócios Jörg Bsold e Jacob Johannes Naude, com dispensa de caução bastando as suas assinaturas conjuntamente para obrigar a sociedade em todos os actos e contratos, podendo estes delegar seus poderes a pessoas de sua confiança e escolha, mediante um instrumento legal.

Que em tudo o mais não alterado continuam a vigorar os estatutos do pacto social com as devidas alterações.

Conservatória dos Registos e Notariado de Vilankulo aos vinte e oito de Janeiro de dois mil e catorze. — O Conservador, *Ilegível*.

Naude Construções, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de vinte e oito de Janeiro de dois mil e catorze, exarada de folhas seis versos e seguintes do livro de notas para escrituras diversas número quarenta e dois da Conservatória dos Registos e Notariado de Vilankulo, a cargo de Orlando Fernando Messias, conservador, em pleno exercício de funções notariais, procedeu-se na sociedade em epígrafe a alteração parcial do pacto social, por cessão de quotas e entrada de novo sócio Vilanculos Holiday Resort (PTY) LTD, recebendo este cinquenta por cento do capital social correspondente a trinta

Sonho Lindo, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de vinte e oito de Janeiro de dois mil e catorze, exarada de folhas quatro a seis do livro de notas para escrituras diversas número quarenta e dois da Conservatória dos Registos e Notariado de Vilankulo, a cargo de Orlando Fernando Messias, conservador, em pleno exercício de funções notariais, procedeu-se na sociedade em epígrafe a alteração parcial do pacto social, por cessão de quotas e entrada de novo sócio Vilanculos Holiday Resort (PTY) LTD, recebendo este cinquenta por cento do capital social correspondente a trinta mil meticais, cessão feita pelo mesmo valor nominal com todos os direitos e obrigações, que em

consequência destas operações ficam alterados os artigos quarto e sétimo que regem a dita sociedade para uma nova redacção e seguinte:

ARTIGO QUARTO

Capital social

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de sessenta mil meticais, correspondente à soma de cinco quotas desiguais, sendo cinquenta por cento do capital social correspondente a trinta mil meticais, para a empresa sócia Vilanculos Holiday Resort (PTY) LTD, dezanove por cento do capital social equivalente a onze mil e quatrocentos para o sócio Jacob Johannes Naude, quinze por cento do capital social equivalente a nove mil meticais para cada um dos sócios Jacob Johannes Naude JR. e Pieter Jacobus Moolman Naude e um por cento do capital social equivalente a seiscentos meticais para a Empresa sócia Bom View Trading cento e nove.

ARTIGO SÉTIMO

Administração e gerência

A administração e gerência da sociedade, em juízo e fora dela, activa e passivamente fica a cargo dos sócios Jörg Bsold e Jacob Johannes Naude, com dispensa de caução bastando as suas assinaturas conjuntamente para obrigar a sociedade em todos os actos e contratos, podendo estes delegar seus poderes a pessoas de sua confiança e escolha, mediante um instrumento legal.

Que em tudo o mais não alterado continuam a vigorar os estatutos do pacto social com as devidas alterações.

Conservatória dos Registos e Notariado de Vilankulo aos vinte e oito de Janeiro de dois mil e catorze. — O Conservador, *Ilegível*.

Zircom Soluções Tecnológicas, Limitada

Certifico, para efeito de publicação, que por deliberações da assembleia geral extraordinária da Zircom Soluções Tecnológicas, Limitada, matriculada nos livros de Registo Comercial, sob o n.º 100209446, realizadas na sua sede social sita na Avenida Vinte e quatro de Julho, número trezentos e dezasseis, quinto Andar – Flat onze, em Maputo, aos vinte e um de Abril de dois mil e catorze, se deliberou sobre a alteração do objecto social e a alteração parcial dos estatutos da sociedade em epígrafe, e actualização da identificação do sócio Benvindo João dos Muchangos Cabral. Que em consequência da reformulação e supressão dos artigos do pacto

social anterior, e actualização da identificação de um dos sócios, os Estatutos da sociedade passam a ter a seguinte redacção:

Outorgantes:

Benvindo João dos Muchangos Cabral, casado com Miriam Mzuri Anjos Pires dos Santos, sob o regime de bens de comunhão de adquiridos, natural de Caia, Moçambique, residente em Maputo, de nacionalidade moçambicana, portador do Bilhete de Identidade n.º 110104059509C, emitido em dezassete de Maio de dois mil e catorze, pela Direcção de Identificação Civil de Maputo; Aurélio dos Santos Malalane, solteiro, maior, de nacionalidade moçambicana, portador do Passaporte n.º AC008094, emitido pela Embaixada de Moçambique em Portugal aos vinte e três de Outubro de dois mil e sete, neste acto representado pelo senhor Marcelino dos Muchangos Cabral, residente nesta cidade de Maputo.

E por eles foi dito:

Nos termos da legislação em vigor na República de Moçambique declaram que pelo presente instrumento materializam o contrato de sociedade que se regerá pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO

Tipo societário

É constituída entre os outorgantes uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada.

ARTIGO SEGUNDO

Denominação social

A sociedade adopta a denominação social Zircom Soluções Tecnológicas, Limitada.

ARTIGO TERCEIRO

Sede social

Um) A sociedade terá a sua sede social na cidade de Maputo, Avenida Vinte e Quatro de Julho, número trezentos e dezasseis, quinto andar, Flat onze, podendo abrir sucursais, delegações, agências ou qualquer outra forma de representação social dentro do território nacional ou no estrangeiro.

Dois) Mediante simples deliberação, pode a gerência transferir a sede para qualquer outro local no território nacional ou fora dele.

ARTIGO QUARTO

Objecto social

Um) A sociedade tem por objecto principal a prestação de serviços nas áreas de:

- Consultoria e prestação de serviços na área de tecnologias de informação e comunicações;
- Desenvolvimento empresarial, formação, consultoria, assessoria técnica e jurídica;

- Aluguer de viaturas, de transporte de passageiros e mercadorias;
- Aluguer de materiais, ferramentas e acessórios de construção civil;
- Comercialização de bens associados às tecnologias de informação e comunicação, equipamentos, ferramentas, acessórios e materiais, eléctricos, electrónicos e de telecomunicações;
- Comercialização de produtos de limpeza doméstica e industrial, incluindo os respectivos materiais, ferramentas e acessórios;
- Comercialização de materiais de construção, respectivos equipamentos, ferramentas e acessórios;
- O exercício do comércio geral compreendendo importação, exportação, comissões, consignações, representação e agenciamento.

Dois) A sociedade poderá, mediante deliberação da assembleia geral, exercer outras actividades subsidiárias ou complementares ao seu objecto principal, desde que se encontre devidamente autorizada para tal.

Três) Mediante deliberação da assembleia geral a sociedade poderá participar, directa ou indirectamente, no desenvolvimento de projectos que de alguma forma concorram para o preenchimento do seu objecto social, bem como adquirir participações no capital de quaisquer sociedades, independentemente do respectivo objecto social, ou ainda participar em empresas, associações empresariais, agrupamentos de empresas ou outras formas de associação.

ARTIGO QUINTO

Duração

A sociedade é constituída por um período indeterminado, tendo o seu início a contar da data da sua constituição.

ARTIGO SEXTO

Capital social

Um) O capital social é de doze mil meticais, integralmente realizado em dinheiro, correspondente à soma de duas quotas subscritas pelos sócios da seguinte forma:

- Uma quota de seis mil meticais, pertencente a Benvindo João dos Muchangos Cabral, representando cinquenta por cento do capital social;
- Uma quota de seis mil meticais, pertencente a Aurélio dos Santos Malalane, correspondendo a cinquenta por cento do capital social.

Dois) A assembleia geral poderá decidir sobre o aumento do capital social, definindo as modalidades, termos e condições da sua realização.

ARTIGO SÉTIMO

Prestações suplementares e suprimentos

Um) Não serão exigíveis prestações suplementares de capital, podendo os sócios, porém, conceder à sociedade os suprimentos de que necessite, nos termos e condições a determinar pela assembleia geral.

Dois) Entendem-se por suprimentos, o dinheiro ou outra coisa fungível que os sócios possam adiantar, no caso de o capital se revelar insuficiente, constituindo tais suprimentos verdadeiros empréstimos à sociedade.

ARTIGO OITAVO

Transmissão de quotas

Um) A divisão e a transmissão de quotas, bem como a constituição de quaisquer ónus ou encargos sobre as mesmas, carecem de consentimento prévio da sociedade, dado por deliberação da respectiva assembleia geral.

Dois) O sócio que pretenda alienar a sua quota informará por escrito a sociedade, com um mínimo de trinta dias de antecedência, por carta registada ou outro meio de comunicação que deixe prova escrita, dando a conhecer o projecto de venda e as respectivas condições contratuais, nomeadamente, o preço e a forma de pagamento.

Três) Gozam do direito de preferência na aquisição da quota a ser transmitida, a sociedade em primeiro lugar e os restantes sócios em segundo lugar, na proporção das respectivas quotas. No caso de nem a sociedade nem os restantes sócios pretenderem usar do mencionado direito de preferência, o sócio que desejar vender a sua quota poderá fazê-lo livremente.

Quatro) É nula qualquer divisão, transmissão, oneração ou alienação de quotas que não observe o preceituado no presente artigo.

ARTIGO NONO

Amortização de quotas

A sociedade tem a faculdade de amortizar quotas, nos casos de exclusão ou exoneração de sócio.

ARTIGO DÉCIMO

Morte ou incapacidade dos sócios

Em caso de morte ou incapacidade de qualquer um dos sócios, os herdeiros legalmente constituídos do falecido ou representantes do incapacitado, exercerão os referidos direitos e deveres sociais, devendo mandar um de entre eles que a todos represente na sociedade enquanto a respectiva quota se mantiver indivisa.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Órgãos sociais

A sociedade tem os seguintes órgãos sociais:

- a) A assembleia geral dos sócios.
- b) A gerência.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

Assembleia Geral

Um) A assembleia geral reunir-se-á ordinariamente na sede social ou em qualquer outro local, ou por meio de conferência telefónica ou video-conferência ou por forma similar, a ser definido pela mesma na sua primeira reunião, uma vez por ano, nos três meses imediatos ao termo de cada exercício, para a deliberação do balanço anual de contas e do exercício, e, extraordinariamente, sempre que for necessário, sobre quaisquer outros assuntos para a qual tenha sido convocada.

Dois) É dispensada a reunião da assembleia geral quando todos os sócios declarem por escrito o sentido do seu voto no documento que inclua a proposta de deliberação dirigido à sociedade.

Três) A assembleia geral pode reunir-se sem observância de quaisquer formalidades prévias desde que todos os sócios estejam presentes ou representados e todos expressem a vontade de constituição da assembleia e de que esta delibere sobre determinado assunto, considerando-se válidas, nessas condições, as deliberações tomadas, ainda que realizadas fora da sede social em qualquer ocasião e qualquer que seja o seu objecto.

Quatro) Exceptuam-se as deliberações que importem modificações dos estatutos e dissolução da sociedade.

Cinco) A assembleia geral será convocada por um dos sócios gerentes, por meio de carta registada com aviso de recepção, correio electrónico ou outro meio de comunicação que deixe prova escrita, dirigida aos sócios, com antecedência mínima de quinze dias, que poderá ser reduzida para sete dias, para as extraordinárias, dando-se a conhecer a ordem de trabalhos e a informação necessária à tomada de deliberação, quando seja esse o caso.

Seis) Por acordo expresso dos sócios, pode ser dispensado o prazo previsto no número anterior.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

Representação em assembleia geral

Um) Qualquer dos sócios poderá fazer-se representar na assembleia geral por outro sócio, mediante simples carta ou procuração por escrito para esse fim dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia e por este recebida até às dezassete horas do último dia útil anterior à data da sessão.

Dois) O sócio que for pessoa colectiva far-se-á representar na assembleia geral pela pessoa física para esse efeito designada, mediante simples carta ou procuração dirigida pela forma e com a antecedência indicadas no número anterior.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

Votação

Um) A assembleia geral considera-se regularmente constituída para deliberar qualquer que seja o número de sócios presentes ou representados, salvo o disposto no número três abaixo.

Dois) As deliberações da assembleia geral serão tomadas por maioria simples de cinquenta e um por cento dos votos presentes ou representados, sendo permitida a votação por telefone, por vídeo-conferência ou por forma similar.

Três) As deliberações da assembleia geral que importem a modificação dos estatutos ou a dissolução da sociedade, serão tomadas por maioria qualificada de setenta e cinco por cento dos votos do capital social.

Quatro) Os sócios podem votar com procuração dos outros sócios ausentes, e não será válida, quanto às deliberações que importem modificação do pacto social ou dissolução da sociedade, a procuração que não contenha poderes especiais quanto ao objecto da mesma deliberação.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

Administração e representação

Um) A sociedade é administrada e representada pela gerência composta por um ou mais membros a serem eleitos pela assembleia geral.

Dois) Os membros da gerência podem ser sócios da sociedade ou pessoas estranhas à sociedade, e podem ou não ser reeleitos, sendo dispensada a prestação de qualquer caução para o exercício do cargo.

Três) Compete à gerência exercer os mais amplos poderes de gestão, representando a sociedade activa e passivamente, em juízo e fora dele, bem assim praticar todos os actos relativos ao objecto social da sociedade, desde que o presente contrato de sociedade ou a lei não reservem para a assembleia geral.

Quatro) A gestão corrente da sociedade é confiada a dois directores executivos, sendo desde já nomeados os sócios Aurélio dos Santos e Malalane Benvindo João dos Muchangos Cabral para o cargo, até deliberação em contrário da assembleia geral.

Cinco) A sociedade obriga-se:

- a) Pela assinatura de qualquer um dos membros da gerência; ou
- b) Pela assinatura do mandatário a quem o gerente ou gerentes ou a assembleia geral tenham confiado poderes necessários e bastantes por meio de procuração.

Seis) Nos actos de mero expediente é suficiente a assinatura de qualquer um dos funcionários.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

Balanço e prestação de contas

Um) O ano fiscal coincide com o ano civil.

Dois) O balanço e a conta de resultados fecham a trinta e um de Dezembro de cada ano, e carecem de aprovação da assembleia geral, a realizar-se até ao dia trinta e um de Março do ano seguinte.

Três) A gerência apresentará à aprovação da assembleia geral o balanço de contas de ganhos e perdas, acompanhados de um relatório da situação comercial, financeira e económica da sociedade, bem como a proposta quanto à repartição de lucros e perdas.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

Resultados

Um) Dos lucros apurados em cada exercício deduzir-se-á, em primeiro lugar, a percentagem legal estabelecida para a constituição do fundo de reserva legal, enquanto não se encontrar realizada nos termos da lei, ou sempre que for necessário reintegrá-la.

Dois) A parte restante dos lucros será aplicada nos termos que forem aprovados pela assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO

Dissolução da sociedade

A sociedade dissolve-se nos casos fixados por lei e a sua liquidação será efectuada pelos liquidatários nomeados pela assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO NONO

Disposições finais

As omissões aos presentes estatutos serão reguladas e resolvidas de acordo com o Código Comercial, aprovado pelo Decreto-Lei número dois barra dois mil e cinco, de vinte e sete de Dezembro, e demais legislação aplicável.

Maputo, catorze de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

VC– Construtora do Save, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por acta de quinze de Maio de dois mil e catorze, da sociedade VC– Construtora do Save, Limitada, matriculada na Conservatória de Registo de Entidades Legais de Maputo sob o n.º 100423774 deliberam o aumento do capital social em mais nove milhões e oitocentos mil, passando a ser de dez milhões:

Em consequência do aumento verificado alterada a redacção do artigo quarto dos estatutos que passa a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

Um) O capital social realizado, será de dez milhões de meticais, correspondentes a duas quotas assim distribuídas:

Uma quota no valor de cinco milhões de meticais, correspondentes a cinquenta por cento do capital social, subscritos e realizados pelo sócio Tomé Filipe Félix Correia, e a outra quota no valor de cinco milhões de meticais, correspondentes a cinquenta por cento do capital social, subscritos e realizados pelo sócio Nelson de Nascimento Vieira Sacataria.

Dois) O capital social poderá ser aumentado por deliberação expressa da assembleia geral alterando-se, subsequentemente, o pacto social para o que se observarão as formalidades legalmente estabelecidas na lei comercial.

Maputo, dezanove de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Sabor Intenso – Sociedade Unipessoal, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de vinte e oito de Março de dois mil e catorze, exarada a folhas sessenta á sessenta e um do livro de notas para escrituras diversas número Trezentos e vinte e cinco traço D do Segundo Cartório Notarial de Maputo, perante mim, Ricardo Moresse, licenciado em Direito, técnico superior dos registos e notariado N1 e notário em exercício no referido cartório, foi constituída uma sociedade, que regerá a seguinte redacção:

CAPÍTULO I

Da denominação, sede e objecto

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação e sede)

Um) A sociedade adopta a denominação de Sabor Intenso – Sociedade Unipessoal, Limitada, é uma sociedade de responsabilidade limitada e tem a sua sede na cidade de Maputo, na Avenida Vinte e Quatro de Julho número trezentos e dezasseis, nono andar, flat dezanove, Distrito Urbano Número Um, Bairro da Polana Cimento A, em Maputo, sendo regulada por este contrato de sociedade e pela respectiva legislação aplicável.

Dois) A sociedade poderá abrir filiais, sucursais, delegações e outras formas de representação em território nacional ou no estrangeiro, mediante deliberação da assembleia-geral.

ARTIGO SEGUNDO

(Duração)

A sociedade é criada por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data de celebração de escritura pública de constituição.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto social)

Um) A sociedade tem como objecto prestação de serviços, na área de confecção, venda e distribuição de refeições por encomenda, a singulares, empresas privadas, instituições públicas, fundações, associações e promoção de catering para todo tido de evento social.

Dois) A sociedade poderá ainda exercer outras actividades conexas, complementares ou subsidiárias do objecto principal ou qualquer outro ramo de indústria ou comércio permitido por lei que a gerência delibere explorar.

Três) Mediante deliberação em assembleia geral aprovada por uma maioria de sócios, a sociedade poderá também adquirir participações noutras sociedades, constituídas ou a constituir, em Moçambique ou no estrangeiro.

CAPÍTULO II

Do capital social, administração representação e vinculação da sociedade

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de cinquenta mil meticais correspondente a uma única quota pertencente a Chiluva Iveth Augusto Anselmo Vilanculos.

ARTIGO QUINTO

(Aumento do capital social)

O capital social poderá ser aumentado uma ou mais vezes, através de novas entradas, em dinheiro ou em espécie, ou através da conversão de reservas, resultados ou passivo em capital, mediante deliberação da gerência da sociedade.

ARTIGO SEXTO

(Administração e representação da sociedade)

Um) A sociedade será gerida e administrada pela sócia única Chiluva Iveth Augusto Anselmo Vilanculos que fica desde já nomeada administrador.

Dois) O administrador pode nomear gestores que poderão participar nas reuniões do conselho de gerência e usar da palavra, mas não poderão votar.

Três) O sócio único (administrador) têm poderes absolutos de gestão e representação da sociedade, conforme a lei e os presentes estatutos.

Quatro) Compete ao sócio único (administrador):

- a) Representar a sociedade, activa ou passivamente, em juízo ou fora dele, propor e levar a cabo actos, dar conta deles e também exercer funções de árbitro;
- b) Adquirir, vender e trocar ou atribuir como fiança, o activo da sociedade;
- c) Adquirir ou subscrever participação em sociedades estabelecidas ou a estabelecer, assim como em qualquer associação ou grupo económico;
- d) Transferir ou adquirir propriedades, sublocar, conceder, arrendar ou alugar qualquer parte da propriedade da sociedade;
- e) Abrir e gerir contas bancárias da sociedade;
- f) Pedir empréstimo de dinheiro ou fundos, amortizar as contas bancárias da sociedade ou dar qualquer garantia em termos legalmente permitidos;
- g) Negociar e assinar contratos visando a materialização dos objectivos da sociedade.

ARTIGO OITAVO

(Vinculação da sociedade)

A sociedade obriga-se com a assinatura:

- a) Do administrador ou gerente da sociedade para assuntos de natureza corrente;
- b) Conjunta do gerente da sociedade e do único sócio para qualquer acto que vincule a sociedade em qualquer importância acima de cem mil meticais;
- c) De qualquer mandatário com poderes especiais para o acto, nos termos da respectiva procuração; ou
- d) No caso dos processos judiciais, por um advogado constituído para o efeito.

CAPÍTULO III

Do exercício social

ARTIGO NONO

(Exercício social)

O exercício social corresponde ao ano civil e o balanço de contas de resultado será fechado com a referência a trinta e um de Dezembro de cada ano e será submetido a aprovação.

CAPÍTULO IV

Da dissolução e liquidação

ARTIGO DÉCIMO

(Dissolução e liquidação)

Um) A sociedade dissolve-se nos casos previstos na lei e após decisão da assembleia-geral, sendo os liquidatários os administradores em exercício à data em que ocorrer a dissolução, salvo se a assembleia geral decidir de outro modo.

Dois) A liquidação será extra-judicial ou judicial, conforme seja deliberado por assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Direito aplicável)

Em tudo quanto fica omissa valerão as disposições legais vigentes na República de Moçambique.

Está conforme.

Maputo, vinte e oito de Março de dois mil e catorze. — A Técnica, *Ilegível*.

Rios de Sena, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura pública de vinte e três de Abril de dois mil e catorze, lavrada de folha noventa e oito a folha cento e uma, do livro de notas para escrituras diversas número quatrocentos e dez traço A do Quarto Cartório Notarial de Maputo, perante Batça Banu Amade Mussa, licenciada em Direito, técnica superior dos registos e notariado N1 e notária em exercício no referido cartório, procedeu-se na sociedade em epígrafe divisão, cessão de quotas, unificação das quotas alteração parcial do pacto social, em que sócio Nelson Daniel da Costa Xavier. Este, por sua vez unifica a quota cedida de seis mil meticais a quota primitiva que detinha na sociedade de catorze mil meticais, perfazendo uma quota única no valor de vinte mil meticais.

Que, a sócia Lúcia Maria Isabel Teodósio António Ferrão Tiemroth aparta-se da sociedade e nada tendo haver dela.

Que, em consequência da cessão de quota, são alterados o artigo terceiro, artigo quinto, artigo sexto, artigo sétimo, artigo oitavo e artigo nono dos estatutos, que passam a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro é de vinte mil meticais, correspondente à quota única com valor nominal de vinte mil meticais, pertencente ao senhor Nelson Daniel da Costa Xavier.

ARTIGO QUINTO

(Prestações suplementares)

Não haverá prestações suplementares, porém, o sócio poderá prestar a sociedade os suprimentos de que a mesma carecer nos termos previstos por lei.

ARTIGO SEXTO

(Cessão de quotas)

A cessão de quotas é livre, devendo o sócio informar a sociedade, por meio de carta registada ou por protocolo, dirigido à administração, com um mínimo de sessenta dias de antecedência face a data a partir da qual se realizará a cessão, dando a conhecer nessa data, o preço e as condições de pagamento.

ARTIGO SÉTIMO

(Assembleia geral)

Um) O sócio único exerce pessoalmente as competências das assembleias gerais podendo, designadamente:

- a) Apreciar, aprovar, corrigir ou rejeitar o balanço e contas do exercício;
- b) Determinar o destino dos resultados apurados em cada exercício que puderem nos termos da lei ser disponibilizados;
- c) Nomear o administrador e determinar a sua remuneração, bem como destituí-lo.

Dois) As deliberações do sócio de natureza igual às deliberações da assembleia geral deverão ser registadas em acta por ela assinada nos termos previstos por lei.

Três) É da exclusiva competência da assembleia geral deliberar sobre a alienação dos principais activos da sociedade.

ARTIGO OITAVO

(Administração da sociedade)

Um) A sociedade é administrada e representada pelo sócio único ou pelo administrador nomeado pelo sócio único.

Dois) O Administrador pode constituir mandatários, fixando os termos da respectiva delegação.

Três) A administração será composta por um administrador.

Quatro) Ao administrador compete exercer os mais amplos poderes de administração e representação da sociedade, sem reservas, em juízo ou fora dele, activa ou passivamente, podendo praticar todos os actos atinentes a realização do objecto social, excepto aqueles que a lei e estes estatutos reservem à assembleia geral.

Cinco) A sociedade vincula-se:

- a) Com a assinatura do sócio único;
- b) Com a assinatura do administrador nomeado pelo sócio único;
- c) Pela assinatura dos mandatários eventualmente constituídos, nos precisos termos dos poderes que lhes forem conferidos.

Seis) Fica desde já nomeado como administrador, o sócio único Nelson Daniel da Costa Xavier.

ARTIGO NONO

(Exercício, contas e resultados)

Um) O ano social coincide com o ano civil.

Dois) O balanço e as contas de resultados fechar-se-ão com referência a trinta e um de Dezembro de cada ano, e serão submetidos à apreciação da assembleia geral.

Três) Deduzidos os encargos gerais, amortizações e outros encargos dos resultados líquidos apurados em cada exercício, serão retirados os montantes necessários para a criação dos seguintes fundos:

- a) Vinte por cento para a reserva legal, até vinte por cento do valor do capital social, ou sempre que seja necessário reintegrá-lo; e
- b) Outras reservas necessárias para garantir o equilíbrio económico e financeiro da sociedade.

Quatro) O remanescente terá a aplicação que for deliberada pela assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO

(Disposições finais)

Um) A sociedade dissolve-se nos casos e nos termos estabelecidos na lei.

Dois) A liquidação será efectuada pelo administrador em exercício à data da sua dissolução.

Três) Os casos omissos serão regulados pelas disposições do Código Comercial aprovado pelo Decreto-Lei dois barra dois mil e cinco, de vinte e sete de Dezembro e demais legislação aplicável na República de Moçambique.

Está conforme.

Maputo, vinte e dois de Abril de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

Cantinho da Preta & Catering – Sociedade Unipessoal, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia dezanove de Março de dois mil e catorze foi matriculada na Conservatória do Registo

de Entidades legais sob o n.º 100475154, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada que se regerá pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes:

É constituído o presente contrato de sociedade, nos termos do artigo noventa do Código Comercial.

Raicha Rui Santos, solteira, maior, natural de Maputo, de nacionalidade moçambicana residente na cidade de Tete, titular de Bilhete de Identidade n.º 0501000672701, emitido, aos cinco de Fevereiro de dois mil e dez na cidade de Tete.

Por ele foi dito:

Que pelo presente contrato de sociedade que outorga, constitui uma sociedade por quotas unipessoal de responsabilidade limitada que se regerá pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes:

ARTIGO SEGUNDO

(Denominação e sede)

Um) A sociedade adopta a denominação de Cantinho da Preta & Catering – Sociedade Unipessoal, Limitada uma sociedade por quotas unipessoal de responsabilidade limitada, com sede no Bairro Chingodzi, Unidade Vinte e Cinco de Setembro, na cidade de Tete.

Dois) A sociedade poderá por deliberação do sócio, abrir, agência ou outras formas de representação social no país ou no estrangeiro, transferir a sua sede para qualquer outro local dentro do território nacional de acordo com a legislação vigente.

ARTIGO SEGUNDO

(Duração)

A sociedade constitui-se por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data da sua constituição.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto)

Um) A sociedade tem por objecto social o exercício da seguinte actividade: a) Boutique, floricultura, restaurante bar, organização de eventos, e ornamentação, prestação de serviços e salão de cabeleireiro.

Dois) A sociedade poderá por deliberação do sócio, exercer outras actividades conexas ao seu objecto principal, ou ainda associar – se ou participar no capital social de outras sociedades, desde que para tal obtenha a necessária autorização para o efeito.

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de cento e cinquenta mil meticais, é correspondente a uma quota no valor nominal de igual valor, equivalente a cem por cento do capital social pertencente a única sócia, Raicha Rui Santos.

ARTIGO QUINTO

(Suprimento)

Não são exigíveis prestações suplementares de capital, mas o sócio poderá fazer suprimento de que a sociedade carecer de acordo com as condições que por ela forem estipuladas.

ARTIGO SEXTO

(Divisão e cessão de quotas)

A divisão e cessão total de quota é livre, não carecendo de consentimento da sociedade ou da sócia.

A cessão de quotas a favor de terceiros depende do consentimento da sociedade mediante deliberação da sócia, reservando – se o direito de preferência à sociedade em primeiro lugar e ao sócio em segundo lugar, sendo o valor da mesma apurado em auditoria processada para o efeito.

ARTIGO SÉTIMO

(Amortização de quota)

A sociedade, mediante prévia deliberação da sócia, fica reservado o direito de amortizar a quota do sócio no prazo de noventa dias a contra da data do conhecimento dos seguintes factos: se a quota for penhorada, empenhada arrestada, apreendida ou sujeita a qualquer acto judicial ou administrativo que possa obrigar a sua transferência para terceiros.

ARTIGO OITAVO

(Administração, representação, competências e vinculação)

A sociedade será administrada e representada pela sua única sócia Raicha Rui Santos, que desde já nomeada administradora com dispensa de caução, competindo a administradora exercer os mais amplos poderes, representar a sociedade em juízo e fora dele, activa ou passivamente, na ordem jurídica interna ou internacional, e praticando todos os actos tendentes à realização do seu objecto social.

- a) A administradora poderá fazer-se representar no exercício das suas funções podendo para tal constituir procuradores da sociedade delegando neles no todo ou em parte os seus poderes para a prática de determinados actos e negócios jurídicos;
- b) A sociedade fica obrigada nos seus actos e contratos pela assinatura da administradora, ou pela assinatura da pessoa ou pessoas a quem serão delegados poderes para o efeito;
- c) Em caso algum a sociedade poderá ser obrigada em actos ou documentos que não digam respeito ao seu objecto social, designadamente em letras de favor, fianças e abonações;

- d) Compete a administradora;
- e) Propor a criação de representações da empresa;
- f) Admitir e contratar o pessoal necessário para o bom funcionamento dos serviços e actividades promovidas;
- g) Administrar os meios financeiros e humanos da empresa;
- h) Elaborar e submeter à aprovação sócio o relatório de contas da sua gerência bem como o plano orçamental para o ano seguinte;
- i) Apreciar, aprovar, corrigir e rejeitar o balanço e contas do exercício;
- j) Alterar os estatutos;
- k) Deliberar a fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade;
- l) Para obrigar validamente a sociedade é bastante a assinatura do seu único, sócio em todos os seus actos, documentos e contratos.

ARTIGO NONO

(Fiscalização)

A fiscalização da sociedade será exercida por um auditor de contas ou por uma sociedade de auditoria de contas, a quem compete:

- a) Examinar a escritura contabilística sempre que julgue conveniente e se necessário solicitar auditorias;
- b) Controlar a utilização e conservação do património da sociedade;
- c) Emitir parecer sobre o balanço do relatório anual de prestação de contas;
- d) Cumprir com as demais obrigações constantes da lei e dos estatutos que regem a sociedade.

ARTIGO DÉCIMO

(Direito obrigações do sócio)

Constitue direito da sócia:

- a) Quinhor nos lucros;
- b) Informar-se sobre a vida da sociedade;
- c) São obrigações da sócia;
- d) Participar em todas as actividade em que a sociedade esteja envolvida sempre que seja necessário;
- e) Contribuir para a realização dos fins e progresso da sociedade;
- f) Definir e valorizar o património da sociedade.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Balanço e prestação de contas)

O exercício social coincide com o ano civil, o balanço será apresentado e as contas serão encerradas com referência até trinta e um dias de Dezembro de cada ano, e serão submetidos à apreciação da sócia.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Resultados e sua aplicação)

Os lucros líquidos apurados em cada exercício, deduzidos da parte destinada a reserva legal estabelecida e a outras reservas que a sócia constituir serão distribuídas pela sócia na proporção da sua quota.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

(Morte ou incapacidade)

Em caso de morte, inabilitação ou interdição do sócio a sua parte social continuará com os seus herdeiros ou representantes legais, nomeando de entre eles um representante comum enquanto a quota permanecer indivisa.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

(Dissolução e liquidação)

A sociedade dissolve-se nos seguintes casos:

- a) Por deliberação da sócia ou seus representantes;
- b) Nos demais casos previstos na lei vigente;
- c) Declarada a dissolução da sociedade proceder-se-á a sua liquidação gozando o liquidatário dos mais amplos poderes para o efeito;
- d) Dissolvendo-se a sociedade por deliberação do sócio será ele o liquidatário.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

(Disposições finais)

Em tudo o que estiver omissos nos presentes estatutos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes na República de Moçambique.

Está conforme.

Tete, oito de Maio de dois mil e catorze.
— O Conservador, *Ilegível*.

**Beira-Part Sales, Limitada**

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de oito de Abril de dois mil e catorze, exarada de folhas vinte e três a folhas vinte e quatro do livro de notas para escrituras diversas número doze traço B da Conservatória dos Registos de Boane, a cargo de Lourdes David Machavela, conservadora e notária técnica superior, foi constituída uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada Beira-Part Sales, Limitada, pelos

sócios Élio Ibrahim Ismael Lalgy e Anton Le Roux, que se regerá pelas cláusulas dos artigos seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação social

A sociedade adopta a denominação de Beira-Part Sales Limitada, constitui-se sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

ARTIGO SEGUNDO

Sede social

A sociedade tem a sua sede na cidade da Matola, Avenida União Africana, província de Maputo, podendo por deliberação dos sócios, abrir/ fechar sucursais, delegações, representações ao nível de todo o território nacional.

ARTIGO TERCEIRO

Duração

A sociedade constitui-se por tempo indeterminado e rege-se pelos presentes estatutos e pela legislação em vigor na República de Moçambique.

ARTIGO QUARTO

Objecto social

A sociedade tem por objecto:

- a) Desenvolvimento organizacional;
- b) Equipamentos motorizados e não motorizados e seus acessórios;
- c) Outras actividades que tem haver com a área específica de meios circulantes;
- d) Planificação estratégica e estudos de projectos;
- e) Formação, treinamento e reciclagem de pessoal;
- f) Prestação de serviços afim e;
- g) Comercialização no seu geral.

ARTIGO QUINTO

Capital social e aumento de capitais

O capital social, integralmente subscrito e realizado em bens e dinheiro, é de cem milhões de meticais, que corresponde a soma de duas quotas iguais de cinquenta milhões de meticais cada uma, ou seja, cinquenta por cento do capital social cada uma, pertencente aos sócios Élio Ibrahim Ismael Lalgy e Anton Le Roux, respectivamente.

ARTIGO SEXTO

Aumento de capital

O capital social pode ser aumentado uma ou mais vezes, mediante a entrada em numerário ou espécie, pela incorporação dos suprimentos feitos a caixa pelos sócios ou por capitalização de toda ou parte de lucros ou de reservas.

ARTIGO SÉTIMO

Suprimento

Não haverá prestações de capital, mas os sócios poderão fazer a caixa social dos suprimentos de que ela carecer, ao juro e demais condições a estabelecer em assembleias gerais.

ARTIGO OITAVO

Cessão e divisão de quotas

Um) A cessão ou divisão de quotas entre os sócios é livre, preferindo a sociedade em primeiro lugar e os sócios em segundo lugar, quando a cessão ou divisão seja feita a favor de entidades estranhas na sociedade.

Dois) Quando mais de um sócio se candidate a cessão ou divisão de uma quota, proceder-se-á a rateio na proporção das participações da sociedade.

Três) No caso de nem a sociedade e nem os sócios desejarem fazer o uso do mencionado direito de preferência, então o sócio que deseje alienar a sua quota, poderá fazê-lo livremente a quem quiser, mas com direito de preferência aos sócios.

ARTIGO NONO

Amortização de quotas

A sociedade tem a faculdade de amortizar quotas, para o que deve liberar nos termos do artigo trinta e nove, parágrafo segundo e terceiros de lei das sociedades por quotas, nos seguintes casos:

- Por acordo entre os sócios;
- Por morte ou interdição de qualquer um dos sócios; e
- Quando qualquer quota que seja penhora, arresto ou haja de ser vendida judicialmente.

ARTIGO DÉCIMO

Administração e gestão da sociedade

Um) A administração e gerência da sociedade e sua representação, em juízo e fora dele, activa e passivamente, dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme vier e ser deliberado em assembleia geral, será exercida por um administrador ou gerente de entre os sócios ou neutro da sociedade, bastando a assinatura deste para obrigar a sociedade em todos os actos e contratos.

Dois) O sócio gerente, ou seus mandatários, não poderão obrigar a sociedade em actos e contratos que não digam respeito aos negócios sociais, nomeadamente, em letras de favor, fianças, abonações, sob pena de se tornarem pessoalmente responsáveis pelo que assinarem e responderem pelos prejuízos causados, salvo se provarem que procederam sem culpa.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Periodicidade das reuniões

A assembleia geral reunirá ordinariamente uma vez por ano, e extraordinariamente sempre que for necessário, de preferência na sede da sociedade e no mês de fecho de contas, para apreciação, aprovação ou notificação de balanço e quaisquer outros assuntos para que tenha sido convocada.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

Contas e resultados

Anualmente será dado um balanço com a data de trinta e um de Dezembro.

Os lucros que o balanço registar, líquido de todas as despesas e encargos, terão a seguinte aplicação:

- A percentagem indicada para constituir o fundo da reserva legal, enquanto não estiver realizado nos termos da lei, ou sempre que seja necessário reintegrá-lo;
- Para outras reservas que sejam resolvidos criar, as quantias que se determinarem por acordo unânime dos sócios;
- Para dividendos aos sócios na proporção das duas quotas, o remanescente.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

Dissolução da sociedade

A sociedade dissolve-se em caso e nos termos da lei e pela resolução dos sócios tomada em assembleia geral. Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários e na liquidação e partilha, procederão como acordarem.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

Exercícios de direitos sociais por morte ou incapacidade de sócios

Por morte ou incapacidade/interdição de qualquer um dos sócios, os herdeiros ou representantes do falecido incapacitado ou interdito, exercerão conjuntamente os respectivos direitos devendo no entanto nomear entre eles (família) uma pessoa que possa representar a todos na sociedade.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

Omissões

Qualquer matéria que não tenha sido tratada nestes estatutos, reger-se-á pelo disposto no código comercial e outra legislação em vigor na República de Moçambique.

Está conforme.

Boane, dez de Abril de dois mil e catorze.
— O Ajudante, *Pedro Marques dos Santos*.

Associação Câmara de Comércio de Moçambique

Certifico, para efeitos de publicação, que por acta de vinte e dois de Maio de dois mil e treze da Associação Câmara de Comércio de Moçambique matriculada na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUIT 100199394 deliberaram a alteração integral dos estatutos os quais passam a ter a seguinte nova redacção:

CAPÍTULO I

Da denominação, personalidade e capacidade disposições gerais

ARTIGO UM

Um) A Câmara de Comércio de Moçambique abreviadamente designada por CCM, é uma associação de empresas, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial com fins não lucrativos.

Dois) A capacidade jurídica da CCM abrange todos os direitos e obrigações necessários e convenientes à prossecução do seu objecto social, definido nestes estatutos.

Três) A CCM tem a sua sede em Maputo, podendo estabelecer qualquer outra forma de representação no país ou no estrangeiro sempre que as circunstâncias o justifiquem.

Quatro) A sua duração é por tempo indeterminado, regendo-se pelos presentes estatutos, contando-se o início das suas actividades, a partir de dezasseis de Julho de mil novecentos e oitenta.

CAPÍTULO II

Do objecto social

ARTIGO DOIS

A CCM tem os seguintes objectivos e funções:

- Promover o desenvolvimento harmonioso das actividades dos seus membros no país e no estrangeiro;
- Estabelecer e desenvolver relações de cooperação com organismos e instituições do comércio internacional, câmaras de comércio e quaisquer outras entidades relevantes para o seu objectivo, no país e no estrangeiro;
- Subscrever acordos, convénios e contratos de cooperação com outros organismos similares, bem como, inscrever-se em associações, federações, organismos nacionais e estrangeiros, em função das necessidades de realização dos fins associativos e prossecução dos objectivos comuns dos seus membros;
- Apoiar técnica e juridicamente no país ou no estrangeiro os interesses gerais dos seus membros, bem como, as operações do comércio externo que estes realizem;

- e) Organizar e coordenar delegações comerciais de visita ao estrangeiro, convidar e receber delegações de outros países em visita à República de Moçambique;
- f) Apresentar e defender junto dos órgãos do Estado e das autoridades administrativas competentes os pontos de vista e os interesses gerais dos seus membros;
- g) Participar, sempre que possível, no estudo e discussão de acordos comerciais com outros países, podendo representar os interesses dos seus membros nas respectivas negociações;
- h) Organizar no país e no estrangeiro, conferências sobre a economia nacional;
- i) Promover e divulgar no estrangeiro os produtos de origem nacional;
- j) Estudar e divulgar pelos seus membros as formas de organização e funcionamento do comércio de outros países;
- k) Editar periodicamente um boletim informativo e publicitário sobre questões da sua competências;
- l) Promover, através de adequados programas de formação, o desenvolvimento profissional dos membros e pessoal da CCM;
- m) À semelhança das outras Câmaras a nível internacional, promover e certificar a originalidade dos produtos nacionais;
- n) Proteger no país e no estrangeiro a propriedade industrial das empresas e organismos nacionais de carácter comercial, agrícola, técnico-científico e económico e servir de agente para intermediar o registo dos direitos da propriedade industrial na entidade competente.

CAPÍTULO III

Da categoria de membros

ARTIGO TRÊS

A CCM é composta por membros efectivos, correspondentes e honorários.

ARTIGO QUATRO

Membros efectivos

Podem ser membros efectivos da CCM, as empresas, associações, organizações, instituições e personalidades, nacionais ou estrangeiras genuinamente interessadas na prossecução e realização do respectivo objecto da CCM.

ARTIGO CINCO

Membros correspondentes

Podem ser nomeados membros correspondentes da CCM as empresas,

organizações, instituições e personalidades tanto nacionais como estrangeiras, que se encontrem dispostos a colaborar na CCM no âmbito da sua actividade.

ARTIGO SEIS

Membros honorários

Um) Poderão ser membros honorários da CCM as empresas, as instituições e as personalidades nacionais ou estrangeiras, que tenham prestado serviço de relevante utilidade para o cumprimento das funções da CCM, devendo ser propostos e admitidos como tal.

Dois) A iniciativa de propostas para a atribuição do estatuto de membro honorário cabe à presidência da CCM.

ARTIGO SETE

Candidaturas

As candidaturas de adesão como membros efectivos serão apresentadas pelos interessados em carta dirigida à Presidência acompanhada dos seus estatutos, certidão de registo e relação dos seus dirigentes, a qual comunicará por escrito a sua decisão.

ARTIGO OITO

Direitos dos membros efectivos

Um) Os membros efectivos da CCM têm direito a:

- a) Eleger e ser eleitos em votação para preenchimento de qualquer dos cargos sociais;
- b) Elaborar propostas sobre assuntos de competência da CCM;
- c) Receber da CCM todo o apoio na solução de questões compreendidas no âmbito da sua competência;
- d) Usufruir prioritariamente dos serviços da CCM em relação a outros utilizadores;
- e) Solicitar as informações que julgarem convenientes sobre as actividades da CCM;
- f) Examinar os livros e registos da CCM dentro dos prazos para isso determinados.

Dois) Com a excepção do disposto nas alíneas a) e f) os membros correspondentes e os membros honorários gozam dos mesmos direitos que os membros efectivos.

ARTIGO NOVE

Deveres dos membros

Um) São deveres dos membros:

- a) Cumprir e fazer cumprir os estatutos, regulamentos, resoluções da assembleia geral e as deliberações de outros órgãos da CCM;
- b) Cooperar activamente na execução das tarefas da CCM;
- c) Participar nas reuniões da assembleia geral;

d) Fornecer toda a informação requerida pela Presidência que seja necessária à prossecução das funções e objectivos da CCM, quando estas não colidam com os seus próprios deveres legais ou regulamentares;

e) Pagar a jóia de ingresso e as quotas;

f) Aceitar os cargos para que forem eleitos, excepto nos casos em que circunstâncias devidamente justificadas não o permitam.

Dois) Os membros correspondentes têm os mesmos deveres dos membros efectivos, salvo no que se refere às alíneas c) e f).

Três) Os membros honorários estão dispensados das obrigações previstas nas alíneas c), e) e f).

ARTIGO DEZ

Sanções

Um) As violações aos estatutos e regulamentos da CCM e dos deveres dos membros, poderão ser punidas pela Presidência com as seguintes sanções:

- a) Censura registada;
- b) Multa até ao montante de seis meses de quotização;
- c) Suspensão;
- d) Expulsão.

Dois) Incorre na sanção prevista na alínea a) o membro que não cooperar activamente na execução das tarefas que lhe forem atribuídas ela CCM.

Três) Incorre na sanção prevista na alínea b) o membro que, tendo sido eleito para os órgãos da CCM, falte sem motivo justificado a três ou mais sessões desse órgão.

Quatro) Incorre na sanção prevista na alínea c) o membro que esteja em dívida das quotizações para com a CCM por um período superior a doze meses sem motivo justificado.

Cinco) Incorre na sanção prevista na alínea d) o membro que se encontre envolvido na prática de actos, dentro ou fora da CCM, que ofendam gravemente o brio e a honrosa reputação da CCM e que a presidência considere desprestigiantes para os interesses da CCM.

Seis) Incorre igualmente na sanção da alínea d):

- a) O membro que tendo aplicado a sanção prevista na alínea c) do número um deste artigo não tenha regularizado a situação por mais de um ano;
- b) O membro que, tendo sofrido por três vezes a sanção de censura registada, seja reincidente ou cometa qualquer outra falta grave;
- c) O membro que for declarado em estado de falência ou insolvência por sentença com trânsito em julgado;
- d) O membro que viole intencionalmente os estatutos e regulamentos da CCM e não cumpra com as obrigações sociais que eles impõem.

Sete) O processo para aplicação das sanções previstas no presente artigo é independente e não prejudica a instauração do necessário procedimento judicial, civil ou criminal, sempre que a natureza do acto ou violação praticados assim o recomende, nomeadamente para a reparação dos eventuais prejuízos que para a CCM hajam resultado.

ARTIGO ONZE

Audição e recurso

Um) As sanções previstas nas alíneas *a)*, *b)*, *c)* e *d)* do número um do artigo anterior não poderão ser aplicadas sem prévia audição do membro em causa.

Dois) Da decisão de expulsão caberá recurso para a assembleia geral, a interpor no prazo de quarenta e cinco dias, a contar da data da respectiva notificação.

CAPÍTULO IV

ARTIGO DOZE

Órgãos da Câmara

Um) São órgãos da CCM:

- a)* Assembleia Geral;
- b)* Presidência;
- c)* Conselho Consultivo;
- d)* Conselho Fiscal.

Dois) Só poderão ser eleitos para os órgãos directivos da CCM os membros em pleno gozo dos seus direitos.

SECÇÃO I

Da Assembleia Geral

ARTIGO TREZE

Composição

A assembleia geral é o órgão supremo da CCM e é composta pelos seus membros efectivos ou pelos seus representantes legais e pelos membros correspondentes e honorários.

ARTIGO CATORZE

Atribuições

A assembleia geral tem as seguintes atribuições:

- a)* Eleger a Presidência da CCM;
- b)* Eleger o Conselho Consultivo;
- c)* Eleger o Conselho Fiscal;
- d)* Empossar os órgãos recém-eleitos;
- e)* Apreciar o relatório anual das actividades e aprovar as contas do mesmo período;
- f)* Deliberar sobre o plano anual de actividades e o correspondente orçamento de receitas e despesas;
- g)* Fixar as quotas dos membros da CCM;
- h)* Decidir sobre propostas de alterações dos estatutos, apresentadas por membros da CCM ou pela presidência;

i) Tomar decisões sobre outras questões que lhe sejam submetidas pela Presidência ou qualquer membro;

j) Atribuir o título de presidente honorário ou de membro honorário da CCM, a empresas, instituições e personalidades propostas pela presidência da Câmara;

k) Decidir em última instância sobre os recursos de membros sancionados pela presidência por violações dos estatutos e regulamentos da CCM, bem como, sobre eventuais recusas a pedidos de admissão de candidaturas de membros efectivos.

ARTIGO QUINZE

Reuniões da Assembleia Geral

Um) A assembleia geral reunirá em sessão ordinária no primeiro trimestre de cada ano para apreciação do relatório anual das actividades da CCM e aprovação das contas do respectivo exercício, bem como para deliberar sobre quaisquer outros assuntos constantes da respectiva convocatória e extraordinariamente sempre que seja convocada nos termos do artigo seguinte.

Dois) As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, por sua iniciativa ou a pedido da presidência, ou ainda quando o requeira, por escrito, o mínimo de um quinto dos membros da CCM.

ARTIGO DEZASSEIS

Convocação das reuniões

As reuniões são convocadas através de anúncio num jornal de grande circulação no país e aviso postal endereçado a cada um dos associados, com a antecedência mínima de trinta dias, que poderão ser reduzidos para quinze dias no caso das reuniões extraordinárias.

ARTIGO DEZASSETE

Composição da Mesa da Assembleia Geral

Um) A Mesa da Assembleia Geral será composta por um presidente, um vice-presidente e um secretário-geral, eleitos entre os membros efectivos da Câmara de Comércio, por um período de três anos, podendo ser reeleitos.

Dois) A presidência e o Conselho Consultivo não poderão fazer parte da Mesa da Assembleia Geral.

ARTIGO DEZOITO

Quórum

Um) O quórum necessário para que as reuniões da Assembleia Geral possam validamente realizar-se é de metade mais um do total dos membros efectivos da CCM.

Dois) Se à hora marcada para o início da Assembleia Geral não estiver presente ou representado legalmente o número de

membros necessários para constituir o quórum estabelecido no número um deste artigo, a Assembleia Geral dará início aos seus trabalhos meia hora mais tarde, podendo deliberar validamente seja qual for o número de membros então presentes ou representados.

ARTIGO DEZANOVE

Tomada de deliberação

Um) As decisões da Assembleia Geral serão adoptadas por maioria simples de votos de membros presentes ou legalmente representados, salvo tratando-se das matérias a que se refere a alínea *g)* do artigo catorze para as quais será exigido o voto favorável de um mínimo de três quartos de votos dos membros presentes.

Dois) As votações efectuar-se-ão em princípio por escrutínio secreto, salvo quando a própria assembleia decidir adoptar outra forma de votação.

SECÇÃO II

Da Presidência

ARTIGO VINTE

Composição

Um) A presidência é composta por um presidente e quatro vice-presidentes, sendo um central e três regionais.

Dois) O vice-presidente central é eleito da lista do presidente, em assembleia geral.

Três) Os vice-presidentes regionais serão propostos pelos respectivos conselhos consultivos regionais e eleitos em assembleia geral.

Quatro) Para além de coadjuvarem o presidente os vice-presidentes regionais representam cada região e desempenham as suas funções nas respectivas delegações regionais.

Cinco) A presidência será eleita pela Assembleia Geral por um período de três anos, podendo ser reeleita para mais dois mandatos.

ARTIGO VINTE E UM

Funções do presidente

O Presidente da CCM tem as seguintes funções:

- a)* Cumprir e fazer cumprir a lei, os estatutos e as decisões da Assembleia Geral;
- b)* Representar legalmente a CCM, em juízo e fora dele;
- c)* Subscrever acordos, convénios e contratos;
- d)* Presidir às sessões do Conselho Consultivo;
- e)* Responder pela elaboração do plano de actividades, bem como o orçamento, devendo submetê-los à aprovação da Assembleia Geral;
- f)* Conhecer e decidir sobre os pedidos de admissão de novos membros efectivos;

- g) Exercer a supervisão dos distintos serviços que integram a CCM;
- h) Decidir sobre a celebração, rescisão do contrato do Secretário geral, bem como atribuir-lhe funções de gestão do dia-a-dia da CCM;
- i) Estabelecer e dissolver serviços especiais anexos à CCM;
- j) Estabelecer as representações ou delegações da CCM no país e no estrangeiro;
- k) Criar pelouros que se ocuparão de áreas específicas se as circunstâncias e dinâmica do seu funcionamento assim o exigir, ouvido o Conselho Consultivo;
- l) Os membros dos pelouros subordinados a presidência, serão órgãos executivos de pleno direito da Câmara;
- m) Decidir sobre a expulsão de um membro, mediante aprovação do Conselho Consultivo.

ARTIGO VINTE E DOIS

Funções do vice-presidente

O vice-presidente tem as seguintes funções:

- a) Coadjuvar o presidente na realização de tarefas da CCM;
- b) Cumprir e fazer cumprir a lei, os estatutos e as decisões da Assembleia Geral;
- c) Realizar todas as funções atribuídas ao presidente mediante mandato ou procuração específica para cada caso;
- d) Representar os interesses da CCM e dos seus membros na região que superintende.

ARTIGO VINTE E TRÊS

Substituição do presidente

O presidente da CCM pode nomear um ou mais vice-presidentes para o representar em qualquer acto caso este se encontre ausente ou impedido de realizar as suas funções.

ARTIGO VINTE E QUATRO

Substituição da presidência

Nos casos de ausência ou impedimento do presidente e dos vice-presidentes a presidência da CCM será assumida por um membro do Conselho Consultivo, nomeado por este órgão nos termos da alínea d) do artigo vinte e sete.

ARTIGO VINTE E CINCO

Delegações Regionais

Um) As delegações serão presididas pelo Vice-Presidente que representa a respectiva região nos termos do número três do artigo vinte.

Dois) A actuação das delegações está coordenada e subordinada ao presidente da CCM.

Três) As Delegações Regionais deverão contribuir com uma quota percentual dos seus rendimentos ou valores que provenham da sua actividade, ou que por lei ou contrato lhes sejam atribuídos, a ser deliberada em Assembleia Geral.

SECÇÃO III

Do Conselho Consultivo

ARTIGO VINTE E SEIS

Composição

O Conselho Consultivo é formado pela Presidência e mais oito membros representando os diversos sectores da vida económica nacional, eleitos pela Assembleia Geral por um período de três anos, podendo ser reeleitos.

ARTIGO VINTE E SETE

Funções do Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo tem as seguintes funções:

- a) Conhecer e dar parecer sobre a execução do plano de trabalho da Presidência na tomada de medidas adequadas para melhor cumprimento do mesmo;
- b) Apresentar e estudar questões da vida sócio-económica nacional em vista ao seu melhoramento;
- c) Dar parecer sobre a admissão e expulsão dos membros efectivos;
- d) Nomear o presidente interino na situação prevista no artigo vinte e quatro.
- e) Dar parecer sobre questões a serem presentes aos órgãos do estado.

ARTIGO VINTE E OITO

Reuniões do Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo realiza reuniões ordinárias de dois em dois meses e, extraordinariamente, quando o Presidente da CCM assim o achar necessário.

SECÇÃO IV

Do Conselho Fiscal

ARTIGO VINTE E NOVE

Composição

Um) O Conselho Fiscal é um órgão da CCM independente da presidência e do Conselho Consultivo.

Dois) O Conselho Fiscal é composto por três membros efectivos da CCM, eleitos pela Assembleia Geral por um mandato de três anos.

Três) Os membros do Conselho Fiscal escolherão entre si o Presidente, o qual convocará e presidirá às suas sessões.

Quatro) A qualidade de membro do Conselho Fiscal é incompatível com o exercício na CCM de qualquer outro cargo ou função.

ARTIGO TRINTA

Funções do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem as seguintes funções:

- a) Verificar o cumprimento dos estatutos, do regulamento e demais legislação.
- b) Controlar e inspeccionar as contas financeiras, bem como a sua demonstração.
- c) Emitir parecer sobre o relatório de contas da gestão da CCM.

CAPÍTULO V

ARTIGO TRINTA E UM

Receitas da Câmara

Um) As receitas próprias da CCM têm carácter ordinário ou extraordinário e provêm de:

- a) Jóia, participações das regiões, e quotas dos membros;
- b) Juros dos depósitos bancários e do fundo social capitalizado;
- c) Remuneração pela prestação de serviços técnicos, cedência de instalações, equipamento, etc;
- d) Rendimentos ou valores que provenham da sua actividade ou que por lei ou contrato lhe sejam atribuídos;
- e) Receitas extraordinárias por donativos, legados ou quaisquer outros que a CCM venha a receber.

Dois) O montante da participação referido na alínea a) do número anterior será definido pela presidência, ouvido o Conselho Consultivo.

ARTIGO TRINTA E DOIS

Gestão administrativa da Câmara

A gestão administrativa da Câmara está a cargo do secretário geral na sua condição de técnico que tem as seguintes funções:

- a) Assistir a presidência no exercício das suas funções;
- b) Organizar os serviços da Câmara, estabelecendo os processos e métodos de trabalho adequados às necessidades;
- c) Estudar e propor providências convenientes a expansão e eficiência dos serviços da Câmara;
- d) Fixar as retribuições a pagar pelos serviços prestados a terceiros com a aprovação da presidência;
- e) Propor a administração do pessoal técnico e administrativo e gerir os recursos humanos e o património da Câmara, de forma a assegurar o seu normal funcionamento.

ARTIGO TRINTA E TRÊS

Exercício da Câmara

O período do exercício económico-financeiro decorre de um de Janeiro a trinta e um de Dezembro de cada ano.

ARTIGO TRINTA E QUATRO

Alteração dos estatutos

Um) Os presentes estatutos só poderão ser alterados ou substituídos quando a Assembleia Geral, expressamente convocada para o efeito, assim o achar.

Dois) A Assembleia Geral para a alteração dos estatutos deverá ser convocada com antecedência mínima de quarenta e cinco dias sobre a data marcada.

ARTIGO TRINTA E CINCO

Extinção

Um) A CCM extinguir-se-á quando a Assembleia Geral, expressamente convocada para esse efeito, assim o deliberar.

Dois) As deliberações sobre a extinção da CCM requerem voto favorável de três quartos de todos os membros da CCM.

ARTIGO TRINTA E SEIS

Destino do património

O património existente no momento da extinção que não esteja subordinado a finalidades especiais, depois de cumpridas todas as obrigações existentes ser-lhe-á dado o destino que mais se achar conveniente.

CAPÍTULO VI

Da disposição final

ARTIGO TRINTA E SETE

Regulamento interno

A presidência fica encarregada de proceder às alterações que se tornem necessárias do Regulamento Interno, no prazo de noventa dias após a aprovação em Assembleia Geral dos presentes estatutos.

ARTIGO TRINTA E OITO

Os presentes estatutos entram em vigor a partir da data da sua aprovação pela entidade competente.

Maputo, doze de Maio de dois mil e catorze.
— O Técnico, *Ilegível*.

Tecnocontrol, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por acta de vinte de Março do ano dois mil e catorze, a sociedade Tecnocontrol, Limitada, com a sua sede sita na Avenida das FPLM número trezentos sessenta e dois, cidade de Maputo, matriculada pelo NUEL cem milhões e duzentos e oitenta mil duzentos e cinco, deliberaram o seguinte:

A mudança da sede social, a qual passa a ser a Avenida das FPLM número trezentos e sessenta e dois, bairro das Mahotas, cidade de Maputo e, consequentemente, a alteração do artigo primeiro dos estatutos da sociedade, o qual passa a ter a seguinte redacção:

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação e sede)

A presente sociedade adopta a denominação Tecnocontrol, Limitada, e tem a sua sede na Avenida das FPLM número trezentos e sessenta e dois, bairro das Mahotas, cidade de Maputo, podendo abrir representações onde julgar conveniente.

Maputo, dezasseis de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

**Three Cities Investments
Mozambique, S.A.**

Certifico, para efeitos de publicação, que por deliberação de dezanove de Março de dois mil e catorze, tomada na sede da sociedade comercial Three Cities Investments Mozambique, S.A., sociedade anónima, registada na Conservatória do Registo das Entidades Legais sob o número um zero zero três zero um quatro nove zero, os sócios da sociedade, deliberaram por unanimidade, proceder à nomeação de órgãos sociais, designadamente conselho de administração, presidente da mesa da Assembleia Geral e Secretário, assim como a empresa de auditoria, foi na sequência deliberado a alteração da sede social e domicílio fiscal da sociedade passando da Avenida Julius Nyerere, número dois mil trezentos e noventa e nove, cidade de Maputo para Bairro Chingodzi, unidade vinte e cinco de Setembro, quarteirão número quatro, cidade de Tete e o aumento do capital social de dezasseis milhões oitocentos e oitenta mil meticais para quarenta e cinco milhões seiscentos e vinte cinco mil meticais.

Como resultado da alteração da sede social, aumento do capital social, deliberou-se proceder à alteração integral do pacto social, passando a ter a seguinte nova redacção:

CAPÍTULO I

Da denominação, duração, sede e objecto

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação e sede

Um) A sociedade adopta a denominação Three Cities Investments Mozambique, S.A. e constitui-se sob a forma de sociedade anónima.

Dois) A sociedade tem a sua sede no Bairro Chingodzi, Unidade vinte e cinco de Setembro, quarteirão número quatro, cidade de Tete, podendo abrir sucursais, delegações, agências ou qualquer outra forma de representação social, no território nacional ou no estrangeiro.

Três) Mediante deliberação da Assembleia Geral, a sede poderá ser transferida para qualquer outro local no território nacional.

ARTIGO SEGUNDO

Duração

A sociedade é constituída por tempo indeterminado.

ARTIGO TERCEIRO

Objecto

Um) A sociedade tem por objecto principal o comércio, o desenvolvimento, construção e exploração de unidades hoteleiras, assim como actividades de consultoria relacionadas com a actividade hoteleira e turismo em geral.

Dois) Desde que observadas as disposições dos presentes estatutos, em particular as dispostas no artigo doze abaixo, a sociedade poderá:

- a) A sociedade poderá exercer a importação e exportação de bens, produtos e equipamentos relacionados com a sua actividade;
- b) A sociedade poderá exercer outras actividades distintas, subsidiárias ou complementares do seu objecto principal, desde que devidamente autorizadas;
- c) Mediante deliberação do Conselho de Administração, a sociedade poderá participar, directa ou indirectamente, em projectos de desenvolvimento que de alguma forma concorram para o preenchimento do seu objecto social, bem como aceitar concessões, adquirir e gerir participações sociais no capital de quaisquer sociedades, independentemente do respectivo objecto social, ou ainda participar em empresas, associações

empresariais, agrupamentos de empresas ou outras formas de associação, sob quaisquer formas permitidas por lei, bem como exercer cargos sociais que decorram dessas mesmas associações ou participações.

CAPÍTULO II

Capital social

ARTIGO QUARTO

Capital social

Um) O capital social, é de quarenta e cinco milhões seiscientos e vinte cinco mil meticais, encontrando-se dividido em quatro milhões quinhentos e sessenta e dois mil e quinhentas acções de valor nominal de dez meticais, valor este integralmente subscrito e realizado.

Dois) As acções são tituladas ou escriturais, quanto à forma, e nominativas, quanto à espécie, podendo, mediante deliberação da Assembleia Geral, as acções tituladas serem convertidas em acções escriturais e vice-versa. Quando assumam a forma de acções tituladas, as acções serão representadas por títulos de uma, cinco, dez, cinquenta, cem, quinhentas, mil ou múltiplos de mil acções.

Três) Compete à Assembleia Geral decidir sobre a emissão de novas acções, classe de acções, preferenciais ou ordinárias, bem como os direitos e obrigações de cada classe de acções.

Quatro) Mediante deliberação de Assembleia Geral, poderão, no âmbito de quaisquer aumentos de capital social, ser emitidas acções preferenciais sem direito a voto, remíveis ou não, que confiram aos seus titulares dividendos prioritários de, pelo menos, dez por cento do respectivo valor de emissão, retirado dos lucros que possam ser distribuídos aos accionistas, bem como o reembolso prioritário do seu valor de emissão na liquidação da sociedade.

ARTIGO QUINTO

(Aumento do capital social)

Um) O capital social poderá ser aumentado, uma ou mais vezes, mediante novas entradas, por incorporação de reservas ou por qualquer outra modalidade ou forma legalmente permitida, até ao limite fixado pela Assembleia Geral, observadas as formalidades legais e estatutárias.

Dois) O aumento do capital social pode ser deliberado mediante proposta do Conselho de Administração e, em qualquer caso, a assembleia deverá ouvir o Conselho de Administração ou o Conselho Fiscal, antes de tomar qualquer deliberação relativa ao aumento do capital social.

Três) O aumento do capital social será efectuado nos termos e condições deliberados em Assembleia Geral e, supletivamente, nos termos gerais.

Quatro) Em qualquer aumento do capital social, os accionistas gozam do direito de preferência, na proporção das participações sociais de que sejam titulares, a exercer nos termos gerais.

Cinco) A Assembleia Geral poderá decidir sobre o aumento do capital social, definindo as modalidades, termos e condições da sua realização.

ARTIGO SEXTO

Suprimentos

Um) Nos termos e condições previamente estabelecidos em Assembleia Geral, os accionistas poderão, por meio de acordo escrito, prestar suprimentos à sociedade.

Dois) Entendem-se por suprimentos o dinheiro ou outra coisa fungível, que os accionistas possam emprestar à sociedade.

Três) Salvo deliberação em contrário pela Assembleia Geral que delibere sobre os suprimentos, e sem prejuízo do previsto na lei, todos os contratos de suprimentos:

- a) Não serão sujeitos a prestação de garantias;
- b) Serão isentos de juros, salvo se o contrário for acordado pelos accionistas que tenham prestado cumprimentos, tendo em conta quaisquer considerações financeiras e fiscais que sejam pertinentes;
- c) Serão reembolsados em simultâneo a favor da sociedade;
- d) Serão sujeitos aos mesmos termos e condições;
- e) Serão reembolsados aos accionistas em simultâneo e proporcionalmente;
- f) Serão reembolsados antes da declaração de quaisquer dividendos e outras distribuições para os accionistas.

Quatro) Todos os contratos de suprimentos a favor da sociedade, sem prejuízo da legislação aplicável, tornar-se-ão imediatamente exigíveis e serão reembolsados:

- a) Se o Conselho de Administração assim o decidir;
- b) Se o reembolso do mesmo for de acordo com os termos do contrato de suprimentos a favor da sociedade e aprovado pelo Conselho de Administração;
- c) Se a sociedade cessar as suas actividades comerciais;
- d) Na venda ou alienação do negócio da sociedade;
- e) Em caso de resolução, sentença judicial ou decisão semelhante, provisória ou final:
 - i) que coloque a sociedade em gestão judicial ou recuperação; ou
 - ii) que coloque a sociedade em estado de insolvência.
- f) Se a sociedade propuser uma concordata ou oferta semelhante aos seus credores gerais;

- g) Se a sociedade receber rendimentos em numerário provenientes de qualquer alienação do seu capital em circunstâncias em que a sociedade não pretenda usar os rendimentos para adquirir qualquer outro activo, caso em que a sociedade amortizará o contrato de suprimentos até ao montante líquido recebido; ou
- h) Se o accionista em causa entrar em processo de insolvência ou recuperação judicial;
- i) Como acordado no acordo escrito referido no número um acima.

ARTIGO SÉTIMO

Transmissão, oneração e alienação de acções

Um) Não é permitido aos accionistas alienar, onerar ou constituir encargos ou interesses sobre as acções ou entrar em qualquer opção derivada ou transacção que resulte ou venha a resultar na alienação ou oneração, ou na obrigação de alienar ou onerar as suas acções ou seus direitos e interesses sobre as mesmas sem o prévio consentimento dos demais accionistas, observando-se o disposto nos números seguintes.

Dois) Sem prejuízo do disposto no número anterior, salvo quando seja o adquirente uma afiliada do transmitente, a transmissão de acções encontra-se sujeita ao exercício de preferência dos demais accionistas.

Três) Para os efeitos do disposto no número dois do presente artigo, o accionista que pretenda transmitir a totalidade ou parte das suas acções a entidade que não seja sua afiliada, deverá enviar, por carta dirigida aos demais accionistas com cópia para o Conselho de Administração da sociedade, o respectivo projecto de venda, o qual deverá conter a identidade do adquirente, o preço e as condições ajustadas para a transmissão pretendida, nomeadamente as condições de pagamento, as garantias a serem oferecidas ou recebidas, assim como a data da transmissão.

Quatro) Uma vez recebida a notificação a que se refere o número três do presente artigo, os accionistas deverão, no prazo máximo de trinta dias úteis, pronunciar-se sobre a intenção de exercerem o respectivo direito de preferência, mediante carta dirigida ao transmitente com conhecimento do Conselho de Administração.

Cinco) Se, tendo sido cumprido o disposto nos números anteriores e, bem assim, outras condições que possam ter sido estabelecidas por todos os accionistas, nenhum accionista pretender exercer o respectivo direito de preferência, o accionista que deseja vender as suas acções poderá fazê-lo livremente.

Seis) A transmissão de acções em contravenção com o disposto nos números anteriores será considerada inválida e inexistente.

CAPÍTULO III

Órgãos sociais, administração e representação da sociedade

ARTIGO OITAVO

Órgãos sociais

Os órgãos sociais da sociedade são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

ARTIGO NONO

Assembleia geral

Um) A Assembleia Geral reúne-se ordinariamente na sede social da sociedade ou em qualquer outro local a ser definido pela mesma na sua primeira reunião, uma vez por ano, nos três meses imediatos ao termo de cada exercício, para apreciação do balanço e aprovação das contas referentes ao exercício anterior, bem como para deliberar sobre quaisquer outros assuntos de interesse para a sociedade e para a qual haja sido convocada e, extraordinariamente sempre que devidamente convocada, por iniciativa do Presidente da Mesa ou a requerimento do Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal ou dos accionistas que representem pelo menos dez por cento do capital social, sempre que for necessário, para deliberar sobre quaisquer outros assuntos para a qual tenha sido convocada.

Dois) As reuniões da Assembleia Geral deverão ser convocadas por meio de carta registada endereçada aos accionistas com uma antecedência mínima de trinta dias em relação à data da reunião.

Três) O aviso convocatório poderá, desde logo, fixar uma segunda data da reunião para o caso de a Assembleia Geral não poder funcionar em primeira data, por insuficiência de representação do capital social, dispensando-se, neste caso, a publicação do segundo aviso convocatório.

Quatro) Todas as convocatórias deverão especificar a firma, a sede e número de registo da Sociedade, o local, data e hora da reunião, a espécie de reunião, assim como, um sumário das matérias propostas para a discussão que será a ordem dos trabalhos.

Cinco) Serão válidas as deliberações dos accionistas tomadas sem observância de quaisquer formalidades convocatórias, desde que todos os accionistas estejam presentes ou representados na reunião e todos manifestem vontade de que a assembleia se constitua e delibere sobre determinado assunto.

Seis) Os accionistas podem deliberar sem recurso à Assembleia Geral, desde que todos declarem por escrito o sentido dos seus votos, em documento que inclua a proposta de deliberação, devidamente datado, assinado e endereçado à sociedade. Para os devidos efeitos, qualquer deliberação por escrito:

- a) Considerar-se-á tomada e aprovada quando:

- i) Reunir o número de votos necessários para a aprovação de tal deliberação, expressos por aqueles que tenham direito de voto na matéria em questão, tal como sucederia se os accionistas tivessem reunido em Assembleia Geral formal; e

- ii) Na data em que o último documento de deliberação por escrito, referido acima, seja recebido na sociedade.

- b) Poderá consistir em um ou mais documentos, cada um devidamente assinado por um ou mais accionistas.

Sete) Os accionistas terão o direito de consultar todos os documentos da Sociedade, antes das reuniões das Assembleias Gerais, nos termos e para os efeitos do que a esse respeito se encontra estabelecido no Código Comercial. No caso, porém, de ser requerida pelos accionistas informação escrita sobre a gestão da sociedade e/ou sobre qualquer operação social em particular, poderá a sociedade, no caso de o Conselho de Administração entender que a revelação de tal informação poderá influenciar o sucesso da operação, recusar a consulta e/ou a revelação da informação, até ao momento em que a operação em questão se mostre concluída.

ARTIGO DÉCIMO

(Quórum constitutivo)

Um) A Assembleia Geral poderá constituir-se e funcionar validamente em primeira convocação, quando estiverem presentes ou representados os accionistas titulares de, pelo menos, setenta e cinco por cento do capital social.

Dois) Se numa reunião da Assembleia Geral, em primeira convocação, não estiver reunido o quórum necessário decorridos trinta minutos após a hora marcada para o seu início, essa reunião deverá ser adiada para, no mesmo local e hora, uma outra data, desde que superior a quinze dias da data inicialmente prevista.

Três) Se dentro de trinta minutos após a hora marcada para a referida segunda reunião o quórum não estiver reunido, a reunião da Assembleia Geral realizar-se-á independentemente do número de accionistas presentes ou representados, podendo estes decidir somente quanto as matérias da ordem de trabalhos da reunião anteriormente adiada.

Quatro) A reunião de Assembleia Geral que se realizar em segunda data nos termos do número anterior, será considerada, para todos os efeitos, como reunião de Assembleia Geral em segunda convocação.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Interrupção e suspensão da reunião)

Um) Se, por qualquer motivo, uma reunião de Assembleia Geral, devidamente constituída, tenha de ser suspensa, os accionistas poderão deliberar a suspensão da mesma e marcar uma nova sessão para uma data que não diste em mais de trinta dias.

Dois) Imediatamente após a suspensão da reunião, a sociedade deverá endereçar uma notificação, por escrito, aos accionistas sobre a deliberação de suspensão da reunião e informando da data, hora e local da nova sessão. Na nova sessão da reunião de Assembleia Geral, apenas poderão ser discutidos e deliberadas as matérias constantes da ordem de trabalhos da reunião suspensas e que nessa não tenham sido abordados ou finalizados.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Competências)

Um) Sem prejuízo das competências previstas na lei e nos presentes estatutos, as seguintes matérias competem à Assembleia Geral e as deliberações sobre as mesmas dependem de uma maioria qualificada correspondente a, pelo menos, setenta e cinco por cento dos votos representativos da totalidade do capital social da sociedade:

- i) Aprovar o relatório da administração e as contas do exercício, incluindo o balanço e a demonstração de resultados, bem como o parecer do Conselho Fiscal sobre as mesmas e deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- ii) Eleger e destituir os membros da Mesa da Assembleia Geral, os Administradores e os membros do Conselho Fiscal e, bem assim, dos auditores externos da sociedade;
- iii) Deliberar sobre quaisquer alterações aos presentes estatutos;
- iv) Deliberar sobre o aumento, redução ou reintegração do capital social, bem como sobre a cessação, suspensão ou abandono da actividade desenvolvida pela sociedade que não esteja contemplada no Plano de Negócios da Sociedade que esteja em vigor;
- v) Qualquer transacção material ou projecto que não se encontre previsto no Plano de Negócios da Sociedade;
- vi) Qualquer aprovação, variação, correcção ou alteração do plano de negócios da sociedade; desde que, no caso de tal aprovação, variação, modificação ou alteração que resulte em uma mudança de mais de quinze por cento da taxa interna de retorno refletido no plano

- de negócios então em vigor da sociedade, nenhuma medida possa ser tomada sem a aprovação prévia de votos de, pelo menos, setenta e cinco por cento dos accionistas e sem o voto expresso da accionista Ketiwe Holdings Limitada,
- vii) Qualquer alteração do ano fiscal da sociedade ou das políticas financeiras da sociedade;
- viii) Qualquer resgate, reacquirição e/ou aquisição, pela sociedade, de quaisquer acções na Sociedade ou outros valores mobiliários;
- ix) A criação, atribuição ou emissão de qualquer acção ou outra garantia ou obrigações na sociedade que sejam convertíveis em acções ou noutras obrigações e/ou garantias na sociedade ou qualquer opção ou outro direito de subscrever ou adquirir quaisquer acções ou títulos na sociedade;
- x) A aquisição ou alienação, pela sociedade, de quaisquer acções, títulos ou juros em qualquer outra empresa, entidade ou sociedade, seja qual for a sua natureza;
- xi) A alteração, de forma expressa ou implícita, dos direitos inerentes a qualquer classe de acções ou outros valores mobiliários da sociedade ou a criação de qualquer nova classe de acções ou outros valores mobiliários da sociedade;
- xii) A aquisição ou alienação, pela sociedade de quaisquer acções, títulos ou juros em qualquer outra sociedade, entidade, empresa, ou outra empresa de qualquer natureza;
- xiii) A aquisição ou o estabelecimento de subsidiárias da sociedade;
- xiv) A declaração ou o pagamento de distribuíveis;
- xv) A alteração da política da sociedade sobre os distribuíveis;
- xvi) Qualquer pagamento de distribuíveis efectuado pela sociedade aos accionistas que não tenha sido feito ou pago nos termos da política da sociedade sobre os Distribuíveis e/ou na proporção das acções detidas pelos accionistas;
- xvii) A expansão ou o desenvolvimento da sociedade e do seu negócio que não seja efectuado directamente através da sociedade ou de uma sua subsidiária;
- xviii) Qualquer celebração, alteração, variação ou emenda de um contrato de gestão, sendo que a deliberação que aprovar a celebração, variação ou emenda do contrato de gestão não deverá ser tomada, sem o voto favorável da Ketiwe Holdings Limited.
- xix) Qualquer celebração, alteração, variação ou emenda de qualquer acordo ou contrato entre a Sociedade e qualquer um dos seus administradores e, bem assim, as modalidades de vendas e fornecimentos da sociedade;
- xx) A tomada de quaisquer medidas, por parte da sociedade, relativas a ofertas públicas das suas acções ou outros valores mobiliários da sociedade, incluindo, sem limitação, a aprovação de qualquer resolução autorizando tais medidas;
- xxi) A tomada de decisão em relação à nomeação de quaisquer consultores em conexão com uma potencial venda dos negócios da sociedade ou de uma oferta pública de acções ou valores mobiliários da sociedade;
- xxii) Deliberar sobre a fusão, cisão ou transformação da sociedade;
- xxiii) Deliberar sobre a dissolução e liquidação da sociedade;
- xxiv) Aprovação de suprimentos, bem como os seus termos e condições;
- xxv) Aprovação de remuneração dos membros do Conselho de Administração (e suplentes), do Conselho Fiscal e de um Auditor Externo, bem como da remuneração de qualquer empregado da sociedade, quando o custo anual total para a sociedade do empregado em causa (incluindo todos os benefícios pagos ou concedidos a favor deste) exceder o montante previsto no plano de negócios, que estiver em vigor, da Sociedade;
- xxvi) Qualquer contrato, plano ou acordo que estabeleça ou preveja qualquer participação no lucro e/ou dividendos da sociedade;
- xxvii) Qualquer acordo de participação nos lucros, de participação no capital social ou qualquer outro sistema de incentivos aos empregados da sociedade;
- xxviii) A introdução, pela sociedade, de qualquer plano de poupança fiscal, excepto no decurso normal da actividade da sociedade;
- xxix) A alienação da totalidade, ou de parte substancial do negócio ou empreendimento da sociedade;
- xxx) A concessão de garantias ou realização de empréstimos pela Sociedade que não seja no decurso normal do negócio da sociedade;
- xxxi) A alteração do nome ou da sede da sociedade;
- xxxii) Incorrer em qualquer despesa material de capital ou endividamento não contemplados no Plano de Negócios da sociedade vigente;
- xxxiii) A obtenção de qualquer crédito ou financiamento de qualquer pessoa, incluindo de uma terceira parte financiadora, que não esteja contemplado no Plano de Negócios da Sociedade;
- xxxiv) A celebração, pela sociedade, de qualquer Joint Venture, parceria ou acordo similar com outra entidade;
- xxxv) A instituição ou defesa de processos judiciais pela sociedade de qualquer natureza ou qualquer acordo de resolução de conflito da sociedade superior a USD dez mil que não decorra do decurso normal da actividade da sociedade;
- xxxvi) A celebração, rescisão ou alteração, pela sociedade, de qualquer contrato em que a sociedade tenha a obrigação de fazer ou de prestar ou de receber pagamentos e/ou desempenhos que tenham um valor agregado superior a dez por cento do valor líquido patrimonial da sociedade apurado no exercício social anterior;
- xxxvii) A alienação, cessão, arrendamento ou qualquer forma de alienação de quaisquer activos intangíveis da sociedade, incluindo o good will, logotipos, nomes, marcas, direitos autorais, patentes ou licenças, salvo se no decurso normal dos negócios da Sociedade;
- xxxviii) A criação e/ou modificação de qualquer ónus sobre qualquer activo da sociedade, salvo se no decurso normal dos negócios da sociedade;
- xxxix) A celebração de qualquer contrato pela sociedade que não se insira no decurso normal dos negócios da sociedade;
- xl) O estabelecimento e a abertura, pela sociedade, de conta bancária em instituição bancária que não seja nenhuma das instituições bancárias actuais ou a remoção de uma conta bancária de um banco para outro;
- xli) A celebração de qualquer acordo, contrato ou entendimento entre a sociedade e qualquer accionista;
- xlii) A constituição, pela sociedade, de quaisquer ónus sobre qualquer activo ou de quaisquer garantias, avais, compromissos, indemnizações e outras formas de intercessão por obrigações de terceiros, salvo se no decurso normal de negócios da sociedade;

xliv) A delegação, pela sociedade, de poderes dos administradores, a qualquer pessoa, excepto se no decurso normal de negócios

xliv) Aprovação do plano estratégico e plano de negócios;

xlvi) A realização de qualquer reembolso antecipado pela sociedade;

xlvi) Aprovação das contas finais dos liquidatários;

xlvi) Outros assuntos que estejam referidos na lei e nos presentes estatutos.

Um) Para efeitos do número um *xiv*), *xv*), e *xvi*)) acima, considera-se distribuíveis, directa ou indirectamente:

- a*) A transmissão pela sociedade de dinheiro ou outros bens da sociedade que não as acções próprias, para ou em benefício de um ou mais accionistas, ou ao titular de qualquer direito sobre as acções, quer seja:
 - i*) Na forma de dividendo;
 - ii*) Como pagamento por capitalização;
 - iii*) Como contrapartida pela aquisição, pela sociedade, de qualquer acção de um accionista; ou
 - iv*) Constituição de uma dívida ou outra obrigação pela sociedade, em benefício de um ou mais accionistas; ou
 - v*) O perdão ou renúncia por parte da sociedade, de uma dívida ou obrigação devida à sociedade por um ou mais accionistas; e
 - vi*) Qualquer outra forma de distribuição de benefícios, permitida por lei, realizada pela sociedade aos seus accionistas.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

Representação em Assembleia Geral

Um) Os accionistas poderão fazer-se representar nas Assembleia Gerais por advogado em exercício, outro accionista ou por Administrador, nos termos legalmente permitidos, mediante simples carta dirigida ao Conselho de Administração e por este recebida até às dezassete horas do último dia útil anterior à data da sessão.

Dois) O accionista que for pessoa colectiva far-se-á representar na Assembleia Geral pela pessoa física para esse efeito designada, mediante comunicação escrita dirigida pela forma e com a antecedência indicadas no número anterior.

Três) As decisões da Assembleia Geral deverão ser reduzidas a escrito e lavradas em livro de actas e assinadas por todos os

accionistas ou seus representantes que nela tenham participado ou as deliberações poderão constar de acta lavrada em documento avulso, devendo neste caso as assinaturas do accionistas serem reconhecidas notarialmente.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

Votação

Um) Os accionistas podem votar por intermédio de representante constituído por procuração escrita. Contudo, caso a procuração escrita não confira especiais poderes de votação relativamente a deliberações que importem a modificação de estatutos ou dissolução da sociedade, o voto assim emitido não será considerado válido.

Dois) Para efeitos do disposto neste artigo, a cada acção corresponde um voto.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

Administração e representação

Um) A administração e representação da sociedade são exercidas por um Conselho de Administração composto por um número ímpar de membros, de pelo menos cinco e máximo de sete administradores, e três suplentes, eleitos em Assembleia Geral, conforme o que nesta for fixado.

Dois) Os administradores são eleitos por um período de três anos renováveis, por deliberação da Assembleia Geral.

Três) Aos administradores é dispensada a prestação de qualquer caução para o exercício do cargo.

Quatro) Os administradores da sociedade designarão, entre si, aquele que exercerá as funções de Presidente do Conselho de Administração.

Cinco) O Administrador da sociedade que tenha um qualquer interesse directo ou indirecto no contrato ou acordo a celebrar pelo ou em nome da sociedade deverá informar numa reunião do Conselho de Administração a natureza e tal potencial conflito de interesses.

Seis) Os administradores não terão direito à remuneração, a não ser que os accionistas decidam de outra forma nos termos do artigo doze, acima.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

Competências do Conselho de Administração

Compete o Conselho de Administração exercer os mais amplos poderes de gestão da sociedade e realizar todos os actos necessários a boa prossecução do seu objecto social de acordo com o previsto nestes estatutos e na lei compreendendo esses poderes nomeadamente os de:

- a*) Submeter à Assembleia Geral quaisquer recomendações sobre matérias que devam ser deliberadas pela mesma;

b) Celebrar quaisquer contratos de gestão corrente da sociedade, incluindo os necessários para contrair empréstimos dos bancos que normalmente lidam com a Sociedade, bem como oferecer garantias por quaisquer garantias mutuadas nos limites estabelecidos pela Assembleia Geral;

c) Submeter à aprovação da Assembleia Geral quaisquer propostas de planos estratégicos incluindo o plano de negócios da sociedade, planos de aumento de capital social, de transferência, cessão, venda ou outra forma de alienação de bens e/ou negócio da sociedade;

d) Submeter à aprovação da Assembleia Geral os relatórios anuais e as demonstrações financeiras da Sociedade bem como os planos anuais de operações e de orçamentos;

e) Se aplicável, designar o director-geral e conferir-lhe os poderes para actuar em nome da sociedade nos limites que lhe forem permitidos pelo Conselho de Administração;

f) Submeter para aprovação da Assembleia Geral a forma de distribuição de dividendos, nomeadamente no que diz respeito, à criação, investimento, contratação e capitalização de reservas que não a reserva legal, bem como o montante dos dividendos a distribuir aos accionistas;

g) Celebrar contratos de empréstimo bem como onerar a sociedade em valores a serem previamente aprovados pela Assembleia Geral;

h) Definir os planos de desenvolvimento da sociedade;

i) Gerir quaisquer outros negócios nos termos determinados nestes Estatutos e na lei aplicável;

j) Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente;

k) O Conselho de Administração poderá, por acta da reunião do órgão, sem prejuízo da lei ou dos presentes estatutos, delegar num ou demais dos seus membros a totalidade ou parte dos seus poderes.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

(Competências do Presidente do Conselho de Administração)

O Presidente do Conselho de Administração tem as seguintes competências:

- a*) Convocar e presidir a reuniões do Conselho de Administração, não lhe cabendo, contudo, segundo

voto ou voto de qualidade como Presidente além de seu voto como administrador;

- b) Assegurar o cumprimento e execução das deliberações do Conselho de Administração bem como de quaisquer outras responsabilidades que lhe sejam atribuídas nos presentes estatutos.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO

(Convocação de Reuniões do Conselho de Administração)

Um) O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que seja necessário para os interesses da sociedade, quando devidamente convocado pelo Presidente do Conselho de Administração ou por quaisquer outros dois administradores.

Dois) As convocações deverão ser feitas por escrito, por forma a serem recebidas por todos os administradores, incluindo os administradores suplentes, com um mínimo de dez dias de antecedência relativamente à data das reuniões, a não ser que prazo mais curto seja decidido entre administradores.

Três) A convocatória deverá incluir a data, local e ordem dos trabalhos, bem como ser acompanhada de todos os elementos necessários para a tomada de deliberações quando seja esse o caso.

Quatro) Exceptuam-se dos números anteriores as reuniões em que se encontrem presentes ou devidamente representados todos os administradores, caso em que serão dispensadas quaisquer formalidades de convocação.

ARTIGO DÉCIMO NONO

Quórum Constitutivo

Um) As reuniões do Conselho de Administração serão consideradas validamente constituídas se nelas tiverem presentes ou representados não menos que setenta e cinco por cento dos seus membros.

Dois) Qualquer administrador, estando temporariamente impedido de participar nas reuniões do Conselho de Administração poderá fazer-se representar por qualquer outro administrador ou administrador suplente, mediante procuração escrita

Três) No caso do quórum previsto no número um anterior, não estar constituído decorridos trinta minutos após a hora marcada para o seu início, essa reunião deverá ser adiada para, no mesmo local e hora, para o sétimo dia útil contado da data em que a primeira reunião deveria ter tido lugar.

Quatro) A sociedade deverá notificar, por escrito, todos os administradores, incluindo os Administradores suplentes, sobre o adiamento da reunião e sobre a ordem de trabalhos da reunião adiada. Na segunda data marcada para a reunião, apenas os assuntos constantes da ordem

de trabalhos da reunião que, por falta de quórum, não pode constituir-se na primeira data, poderão ser objeto de discussão e decisão.

Se dentro de trinta minutos após a hora marcada para a referida segunda reunião o quórum não estiver reunido, a reunião do Conselho de Administração realizar-se-á independentemente do número de administradores.

ARTIGO VIGÉSIMO

Quórum deliberativo

Um) As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria dos votos dos administradores presentes ou devidamente representados.

Dois) Cada membro do Conselho de Administração tem direito a um voto.

Três) As deliberações do Conselho de Administração constarão de acta lavrada em livro próprio, devendo identificar os administradores presentes e representados, as deliberações que forem tomadas, assim como serem assinadas por todos os administradores presentes ou representados, ou em folha solta ou em documento avulso devendo, neste último caso, a assinatura dos administradores presentes ser reconhecida notarialmente.

Quatro) Os administradores podem deliberar sem recurso à reunião do Conselho de Administração, desde que todos declarem por escrito o sentido dos seus votos, em documento que inclua a proposta de deliberação, devidamente datado, assinado e endereçado à sociedade. Para os devidos efeitos, qualquer deliberação por escrito:

- a) Considerar-se-á tomada e aprovada quando:
 - iii) Reunir o número de votos necessários para a aprovação de tal deliberação pelos Administradores; e
 - iv) Na data em que o último documento de deliberação por escrito, referido acima, seja recebido na sociedade.
- b) Poderá consistir em um ou mais documentos, cada um devidamente assinado por um ou mais accionistas.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO

(Vinculação da sociedade)

A sociedade obriga-se pela:

- a) Assinatura do Presidente do Conselho de Administração nos termos do seu mandato conferido pelo Conselho de Administração;
- b) Assinatura conjunta do Presidente do Conselho de Administração e de um administrador;
- c) Assinatura conjunta de dois Administradores;

- d) Se aplicável, pela assinatura do director-geral nos termos e limites das competências que lhe tenham sido atribuídas pelo Conselho de Administração e pelos presentes estatutos;

- e) Assinatura de um mandatário dentro dos limites e termos dos poderes que lhe hajam sido conferidos.

CAPÍTULO IV

Do Conselho Fiscal

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

(Composição)

Um) O Conselho Fiscal será composto, por três membros efectivos e um suplente, eleitos pela Assembleia Geral, que também designará de entre eles o respectivo presidente.

Dois) Um dos membros efectivos e o membro suplente do Conselho Fiscal deverão ser auditores de contas ou sociedades de auditoria devidamente habilitada.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO

(Funcionamento)

Um) O Conselho Fiscal reúne-se anualmente e sempre que convocado pelo seu presidente, pela maioria dos seus membros ou pelo Conselho de Administração mediante convocação verbal ou por escrito e sem quaisquer formalidades no que respeita a pré-aviso.

Dois) Para que o Conselho Fiscal possa reunir e deliberar validamente é necessária a presença da maioria dos seus membros efectivos.

Três) As deliberações são tomadas por maioria dos votos presentes, cabendo ao presidente, em caso de empate, voto de qualidade.

Quatro) As reuniões do Conselho Fiscal poderão realizar-se na sede social ou em qualquer outro local indicado no respectivo aviso convocatório.

Cinco) O Conselho Fiscal e o Conselho de Administração sempre que o interesse social assim o exija poderão ter reuniões conjuntas para discussão das actividades da sociedade mantendo cada órgão a sua autonomia.

Seis) O exercício das funções de membro não será caucionado.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO

(Actas do Conselho Fiscal)

As actas das reuniões do Conselho Fiscal serão registadas no respectivo livro de actas, devendo mencionar os membros presentes, as deliberações tomadas, os votos de vencido e as respectivas razões, bem como os factos mais relevantes verificados pelo Conselho Fiscal no exercício das suas funções e ser assinadas pelos membros presentes.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO

(Auditoria externa)

Salvo se o contrário for deliberado em Assembleia Geral, a sociedade PKF Moçambique, Limitada será a auditora da sociedade e deverá efectuar auditoria externa das demonstrações financeiras da sociedade, devendo apresentar o seu relatório e opiniões ao Conselho de Administração ao Conselho Fiscal e Assembleia Geral.

CAPÍTULO V

Do exercício e aplicação de resultados

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO

(Balanço e prestação de contas)

Um) O exercício social coincide com o ano civil.

Dois) O balanço e a conta de resultados fecham a trinta e um de Dezembro de cada ano, e carecem de aprovação da Assembleia Geral, a realizar-se até ao dia trinta e um de Março do ano seguinte.

Três) O Conselho de Administração apresentará à aprovação da Assembleia Geral o balanço de contas de ganhos e perdas, acompanhados de um relatório da situação comercial, financeira e económica da sociedade, bem como a proposta quanto à repartição de lucros e perdas.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO

Resultados

Um) Os lucros líquidos apurados em cada exercício terão a aplicação que resultar da deliberação da assembleia geral e que esteja em conformidade com a lei em vigor.

Dois) Sujeito ao disposto no artigo doze acima, e a deliberação em Assembleia Geral, a Sociedade deverá, logo que possível e após a finalização e aprovação das demonstrações financeiras do exercício social findo, e em conformidade com todas as leis aplicáveis e com uma prudente gestão financeira, declarar e pagar a distribuição aos accionistas de cem por cento dos lucros distribuíveis da sociedade, após dedução dos impostos, desde que, no entanto, a sociedade tenha em conta as necessidades presentes e futuras que sejam razoavelmente previsíveis (quer sejam de trabalho ou de expansão do capital, de requisitos de fluxo de caixa e de impostos sobre a distribuição) e desde que a sociedade não contraia empréstimos em excesso na sua política de financiamento ao longo do tempo.

Três) Sem prejuízo do número um anterior, não serão pagos dividendos aos accionistas sem antes terem sido pagos suprimentos e respectivos juros e quaisquer dividas que a sociedade detenha e, consequentemente, o montante que teria sido usado para pagar qualquer distribuição referido no artigo vinte

e nove ponto um, e qualquer imposto sobre a mesma, será usado para pagar tais suprimentos até que todos os suprimentos tenham sido reembolsados.

CAPÍTULO VI

Da dissolução e liquidação da sociedade

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO

(Dissolução e liquidação da sociedade)

Um) A sociedade dissolve-se nos casos expressamente previstos na lei ou por deliberação dos accionistas que representem mais de setenta e cinco por cento do capital social da sociedade.

Dois) Declarada a dissolução da sociedade, proceder-se-á à sua liquidação gozando os liquidatários, nomeados pela Assembleia Geral, dos mais amplos poderes para o efeito.

Três) Em caso de dissolução por acordo dos accionistas, todos eles serão os seus liquidatários e a partilha dos bens sociais e valores apurados proceder-se-á conforme deliberação da Assembleia Geral.

CAPÍTULO VII

Das disposições finais

ARTIGO VIGÉSIMO NONO

(Disposições finais)

As omissões aos presentes estatutos serão reguladas e resolvidas de acordo com o Código Comercial, aprovado pelo Decreto Lei número dois barra dois mil e cinco, de vinte e sete de Dezembro, e demais legislação aplicável.

Sainath International Private, Limited

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura do dia oito de Maio de dois mil e catorze, lavrada de folhas cinquenta e seis a folhas cinquenta e oito do livro de escrituras avulsas número quarenta e seis, do Primeiro Cartório Notarial da Beira, a cargo do Mestre João Jaime Ndaipa, Notário superior do respectivo cartório, as socias Sainath International Private, Limited e Export Marketing Company, Limited cederam as suas quotas de cento e cinquenta mil meticais e setenta e cinco mil meticais respectivamente, que possuíam na sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada ETC Adubos, Limitada, com sede na cidade da Beira, a ETC Group.

Que, outrossim, a sócia Agro Industries, Limitada dividiu a sua quota de setenta e cinco

mil meticais, em duas, sendo uma de três mil meticais e outra de setenta e dois mil meticais que cedeu a ETC GROUP e, por conseguinte, o artigo três do pacto social passou a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO TRÊS

O capital social integralmente realizado em dinheiro é de trezentos mil meticais e corresponde a soma de duas quotas assim distribuídas:

- a) Uma quota do valor nominal de duzentos noventa e sete mil meticais, correspondente a noventa e nove por cento do capital social, pertencente a ETC GROUP;
- b) Uma quota do valor nominal de três mil meticais, correspondente a um por cento do capital social, pertencente a Agro Industries, Limitada.

Maputo, quinze de Maio de dois mil e catorze. — O Técnico, *Ilegível*.

FAM Ebenezer – Sociedade Unipessoal, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de vinte e três de Abril de dois mil e catorze, lavrada a folhas cinquenta e cinco a cinquenta e seis do livro de notas para escrituras diversas número oitocentos e oitenta e quatro traço B, do Primeiro Cartório Notarial de Maputo, perante mim Lubélia Ester Muiane, licenciada em Direito, técnica superior dos registos e notariado N1 e notária do referido cartório, foi constituída uma sociedade por quotas de responsabilidade, limitada, que passará a reger-se pelas disposições constantes dos artigos seguintes:

CAPÍTULO

Da denominação, duração, sede e objecto

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação e duração)

Um) A FAM Ebenezer – Sociedade Unipessoal, Limitada, é uma sociedade por quotas, que se regerá pelas disposições dos presentes estatutos e pelos preceitos legais vigentes na República de Moçambique.

Dois) A duração da sociedade é por tempo indeterminado, iniciando a sua actividade na data da presente escritura.

ARTIGO SEGUNDO

(Sede e objecto)

Um) A sede da sociedade será em Maputo, podendo a gerência transferir o lugar da sede

para qualquer outro ponto do território nacional, ou no estrangeiro: agências, delegações ou outras formas legais de representação.

Dois) A sociedade tem por objecto:

- a) Produção;
- b) Comercialização a grosso e a retalho de produtos alimentares;
- c) Importação e exportação.

Três) A sociedade poderá exercer quaisquer outras actividades, desde que devidamente autorizada pela assembleia geral, e para que se obtenham as necessárias autorizações legais.

Quatro) A sociedade poderá adquirir participações financeiras em sociedades a constituir ou constituídas, ainda que tenham um objecto diferente do da sociedade, assim como associarem-se as outras sociedades, para prossecução de objectivos comerciais no âmbito ou não do seu objecto, bem como exercer as funções de gerente ou administrador noutras sociedades em que detenha participações.

ARTIGO TERCEIRO

Um) O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro é de quinze mil meticais, correspondentes a cem por cento do capital social, pertencentes ao único sócio Fernando Agostinho Mandlate.

Dois) O capital social poderá ser aumentado uma ou mais vezes.

ARTIGO QUARTO

O administrador poderá efectuar prestações suplementares de capital ou suprimentos a sociedade, nas condições a estabelecer.

ARTIGO QUINTO

Um) A administração da sociedade será exercida pelo sócio único ou quem for eleito pelo mesmo.

Dois) Compete ao administrador, exercer ou os mais amplos poderes de gestão, representando a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo praticar todos os actos relativos á prossecução do seu objecto social desde que a lei ou os presentes estatutos não os reservem para a assembleia geral.

Três) O administrador poderá constituir mandatários, nos termos e para os efeitos do artigo duzentos e cinquenta e seis, do Código Comercial.

ARTIGO SEXTO

A sociedade obriga-se pela assinatura do gerente, ou do seu mandatário, nos termos e limites do respectivo mandato.

ARTIGO SÉTIMO

Um) O ano social corresponde ao ano civil.

Dois) O balanço fechado com a data de trinta e um de Dezembro.

ARTIGO OITAVO

Findo o balanço e verificados lucros, estes serão aplicados conforme o determinar o proprietário gerente, depois de deduzidos os fundos para constituição ou reintegração da reserva legal.

ARTIGO NONO

Um) A sociedade só se dissolve nos casos previstos na lei.

Dois) Dissolvendo-se pela decisão do proprietário gerente, este procederá à liquidação conforme lhe prover.

ARTIGO DÉCIMO

Em tudo quanto for omissso nos presentes estatutos, aplicar-se-ão as disposições do Código Comercial e demais legislação em vigor na República de Moçambique.

Está conforme.

Maputo, sete de Maio de dois mil e catorze.
— A Ajudante, *Ilegível*.

Soprel – Sociedade Promotora de Ensino e Serviços, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de dezanove de Outubro de dois mil e doze, lavrada de folhas quarenta e cinco a folhas cinquenta e três do livro L número cento e trinta e cinco traço A do Cartório Notarial da Matola, a cargo de Batça Banu Amade Mussá, notária do referido cartório, procedeu-se na sociedade em epígrafe a prática dos seguintes actos: *i*) cessão de quotas e *ii*) alteração do artigo quarto dos estatutos da sociedade passando o mesmo a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO QUARTO

Capital social

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro é de oito milhões, oitocentos e nove mil, trezentos e trinta e oito meticais e correspondente à soma de quatro quotas desiguais e assim distribuídas:

- a) Uma quota com o valor nominal de seis milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, noventa e seis meticais e oitenta e oito centavos, representativa de setenta e seis por cento do capital social pertencente à sócia Sterling, S.A.;
- b) Uma quota com o valor nominal de setecentos e noventa e dois mil, oitocentos e quarenta meticais e quarenta e dois centavos, representativa de

nove por cento do capital social pertencente à sócia Soprel – Sociedade Promotora de Ensino e Serviços, Limitada;

- c) Uma quota com o valor nominal de novecentos e sessenta e nove mil, vinte e sete meticais e dezoito centavos, representativa de onze por cento do capital social pertencente ao sócio Sérgio Manuel Morgado de Castro Neves;
- d) Uma quota com o valor nominal de trezentos e cinquenta e dois mil, trezentos e setenta e três meticais e cinquenta e dois centavos representativa de quatro por cento do capital social, pertencente à sócia Rumina Fateally.

Está conforme.

Maputo, dois de Janeiro de dois mil e treze.
— A Notária, *Ilegível*.

Bush Shak – Sociedade Unipessoal, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura pública de treze de Maio de dois mil e treze, lavrada de folhas sessenta e sete a folhas setenta e um do livro de notas para escrituras diversas número quatrocentos e doze, traço A, do Cartório Notarial de Maputo perante Batça Banu Amade Mussa, licenciada em Direito técnica superior dos registos e notariado N1 e notária em exercício no referido cartório, constituiu William Budd, uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada Bush Shak–Sociedade Unipessoal, Limitada com sua sede na Avenida Vladimir Lenine, número mil trezentos trinta e sete, rés-do-chão, que se regerá pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes.

CAPÍTULO I

Da denominação, sede, duração e objecto

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação e sede)

Um) A sociedade adopta a denominação de Bush Shak – Sociedade Unipessoal, Limitada é uma sociedade de responsabilidade Limitada, e tem a sua sede na Avenida Vladimir Lenine, número trezentos e trinta e sete, rés-do-chão.

Dois) A sociedade poderá estabelecer filiais, sucursais, ou quaisquer outras formas de representações sociais em qualquer ponto do país, conforme deliberação da assembleia geral e a obtenção de autorizações repartições públicas responsáveis.

ARTIGO SEGUNDO

(Duração)

A sociedade é constituída por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data da escritura pública da sua constituição.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto)

Um) A sociedade tem como objecto restaurante, bar, *take away*, *catering*, prestação de serviços nas áreas de intervenção, representação de marcas e patentes nacionais ou internacionais.

Dois) Por deliberação da assembleia geral, a sociedade poderá exercer outras actividades comerciais directa ou indirectamente relacionadas com o seu objecto principal ou participar no capital social de outras empresas, desde que legalmente permitidas pela legislação em vigor.

CAPÍTULO II

Do capital social

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

Um) O capital social subscrito e integralmente realizado em dinheiro é de vinte mil meticais, correspondente a uma quota pertencente ao sócio único William Budd.

Dois) O capital social poderá ser aumentado por uma ou mais vezes, com ou sem entrada de nova sócia.

Três) Sempre que represente vantagens para o objecto da sociedade poderão ser admitidos novos sócios, mediante deliberação da assembleia geral seguida de autorização dos respectivos sócios e formalização pública da entrada de nova sócia.

ARTIGO QUINTO

(Divisão e cessão de quotas)

Um) A divisão e cessão de quotas, bem como a constituição de qualquer ónus ou encargos sobre a mesma carecem de uma autorização prévia da sociedade, dada por deliberação da assembleia geral.

Dois) O sócio que pretenda alienar a sua própria quota informará a sociedade e à outra parte, com um mínimo de quinze dias, por carta registada com aviso de recepção, dando a conhecer o projecto de alienação ou cedência da quota, indicando o valor, o cessionário e a forma de pagamento da quota, gozando a sociedade, em primeiro lugar, do direito de preferência de aquisição da quota em alienação.

Três) É nula qualquer divisão, cessão ou alienação de quota que não observe o preceituado nos números anteriores.

CAPÍTULO III

Da assembleia geral e administração

ARTIGO SEXTO

(Gerência)

Um) A gerência da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa ou passivamente, compete ao conselho de gerência que é composto pelo sócio William Budd.

Dois) Ficando desde já investidos de poderes de gestão com dispensa de caução que disporão dos mais amplos poderes consentidos para execução e realização do objecto social.

Três) Os gerentes poderão delegar, entre si, os poderes de gerenciar mas em relação a estranhos, depende do consentimento da assembleia geral e em tal caso deve conferir os respectivos mandatos.

Quatro) Para que a sociedade fique validamente obrigada nos seus actos e contratos, é necessária:

- a) Apenas a assinatura de um gerente;
- b) Os actos de mero expediente poderão ser assinados por qualquer dos gerentes devidamente autorizado, excepto documentos estranhos aos negócios da sociedade, designadamente letras a favor, fianças, avales que são proibidos.

ARTIGO SÉTIMO

(Fiscalização)

A fiscalização dos negócios será exercida pelo sócio, podendo mandar um ou mais auditores para o efeito.

ARTIGO OITAVO

Assembleia geral

A assembleia geral, constituída pela sócia, deverá reunir-se pelo menos uma vez por ano, no primeiro trimestre para discussão e apreciação do balanço, mediante convocatória previa de oito dias e agenda específica.

CAPÍTULO IV

Da disposições gerais

ARTIGO NONO

(Morte ou Interdição)

No caso de morte ou interdição de alguma sócia e quando sejam vários os respectivos sucessores, estes designarão entre si um que a todos represente perante a sociedade, enquanto a divisão da respectiva quota não for autorizada ou se a autorização for denegada.

ARTIGO DÉCIMO

(Balanço)

Um) O exercício social coincide com o ano civil.

Dois) O balanço e as contas de resultado fechar-se-ão com referência a trinta e um de

Dezembro do ano correspondente e serão submetidas a apreciação da assembleia geral ordinária dentro dos limites impostos pela lei.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Omissões)

Em tudo quanto esteja omissa nesse estatuto, regular-se-á pelas disposições aplicáveis em vigor na República de Moçambique.

Está conforme.

Maputo, dezasseis de Maio dois mil e treze.
— O Técnico, *Ilegível*.

Recanto dos Lazeres, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por acta da assembleia geral extraordinária datada de dois de Novembro do ano dois mil e treze, procedeu-se na Sociedade Pérola do Indico Limitada, matriculada sob o NUEL 100078686, deliberaram os sócios, à mudança de denominação social, alteração total do estatuto da sociedade, admissão de novo sócio e aumento do capital social em mais dezoito milhões, setecentos e cinquenta mil meticais, passando a ser de dezoito milhões setecentos e setenta mil meticais.

Em consequência, fica alterado integralmente o estatuto da sociedade, que passa a ter a seguinte redacção:

CAPÍTULO I

Do tipo, firma, duração, sede e objecto

ARTIGO PRIMEIRO

(Tipo, firma e duração)

Um) A sociedade adopta a denominação de Recanto dos Lazeres, Limitada.

Dois) A sua duração é por tempo indeterminado, contando a partir da data do registo do presente contrato de constituição.

ARTIGO SEGUNDO

(Sede)

Um) A sociedade tem a sua sede em Maputo, na Avenida Francisco Orlando Magumbwé, número cento e oitenta e seis, podendo abrir sucursais, delegações, agências ou qualquer outra forma de representação social onde e quando os sócios o julgarem conveniente.

Dois) Mediante simples deliberação do conselho de administração, poderão os sócios transferir à sede para qualquer outro local do território nacional.

ARTIGO TERCEIRO

(Objecto social)

Um) A sociedade tem por objecto principal, a gestão ou exploração de empreendimentos

turísticos e de lazer, serviços comerciais, entretenimento e eventos, como restaurantes, jardins, ginásio, centros de relaxamento, conferências, esteticistas e outros.

Dois) Na prossecução do seu objecto social, a sociedade poderá participar em outras sociedades nacionais ou estrangeiras.

Três) A participação da sociedade em uma outra sociedade poderá ser financeira e ou operativamente, sob forma de *joint ventures*, sociedade mista, consórcio, associação ou reagrupamento temporário de sociedades.

Quatro) A sociedade poderá ainda exercer actividades complementares a actividade principal que os sócios resolvam explorar e estejam devidamente autorizados.

CAPÍTULO II

Do capital social, prestações suplementares e suprimentos

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

O capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro é de dezoito milhões setecentos e setenta mil meticais e corresponde à soma de três quotas desiguais, assim distribuídas: uma quota no valor nominal de onze milhões duzentos e sessenta mil meticais, correspondente à sócia Pakay Imobiliária S.A., outra quota no valor nominal de sete milhões e quinhentos mil meticais, correspondente à trinta e nove vírgula noventa e cinco por cento do capital social, pertencente ao sócio Santos Albino Domingos Gonzaga Jeque, e a última quota no valor nominal de nove mil e oitocentos meticais, correspondente à zero vírgula zero cinco por cento do capital social, pertencente à sócia 2FS-Filomena de Jesus Pereira Ferrinho.

ARTIGO QUINTO

(Prestações suplementares de capital e suprimentos)

Não haverá prestações suplementares de capital, mas os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos ou prestações acessórias ao capital de que ela carecer, nos termos da legislação Comercial em vigor em Moçambique.

ARTIGO SEXTO

(Divisão, cessão e oneração de quotas)

Um) Os sócios preferem em primeiro lugar, na cessão ou divisão de quotas entre si, preferindo a sociedade, em qualquer daquelas circunstâncias em segundo lugar, quando todos os sócios tenham prescindido de fazer uso do respectivo direito de preferência.

Dois) Verificando-se que nem os sócios, nem a sociedade pretendam exercer o seu direito de preferência conforme o previsto no

número anterior, será este direito transmitido a favor de entidades estranhas à sociedade, que deverá ser concretizada no prazo máximo de sessenta dias, contados da data em que se torna comprovadamente conhecida pelo sócio cedente, a intenção de nem os demais sócios nem a sociedade fazerem uso do respectivo direito de preferência. A falta de cumprimento deste prazo originará a anulação de todo o processo de divisão ou cessão de quota a favor de entidades estranhas à sociedade, devendo o mesmo ser reiniciado nos termos estatutariamente estabelecidos.

Três) É livre a cessão, total ou parcial, de quotas a favor de uma sociedade na qual o sócio transmitente detenha, de forma comprovada, directa ou indirectamente, uma participação maioritária no respectivo capital social, disponha de mais de metade dos direitos de voto ou do poder de fazer eleger a maioria dos membros da administração.

CAPÍTULO III

Dos órgãos sociais, da administração e representação da sociedade

SECÇÃO I

Da assembleia geral

ARTIGO SÉTIMO

(Convocação da assembleia geral)

Um) A assembleia geral reunirá em sessão ordinária uma vez em cada ano, para apreciação, aprovação ou modificação do balanço e contas do exercício, bem como para deliberar sobre quaisquer outros assuntos constantes da respectiva convocatória, e, em sessão extraordinária, sempre que se mostrar necessário.

Dois) O aviso convocatório deve ser publicado com, pelo menos trinta dias de antecedência relativamente a data da realização da assembleia geral.

Três) Os sócios podem reunir-se em assembleia geral, sem observância de quaisquer formalidades prévias, desde que todos os sócios estejam presentes ou representados e todos manifestem vontade para que a assembleia se constitua e delibere sobre determinado assunto.

ARTIGO OITAVO

(Reuniões da assembleia geral)

Um) Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, os sócios reunir-se-ão em assembleia geral na sede da sociedade.

Dois) Mediante o voto unânime dos sócios, as reuniões da assembleia geral poderão realizar-se em qualquer outro local.

ARTIGO NONO

(Representação nas assembleias gerais)

Qualquer dos sócios poderá fazer-se

representar na assembleia geral por outro sócio ou por terceiro, mediante comunicação escrita dirigida ao presidente da mesa da assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO

(Quórum)

Um) A assembleia geral poderá deliberar, validamente, desde que, estejam presentes ou devidamente representada a maioria do capital social.

Dois) Se não houver quórum na primeira convocação, a assembleia geral será realizada quinze dias depois, em segunda convocação, deliberando, validamente, com qualquer que seja o número de sócios presentes ou representados e independentemente do capital que representem.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Deliberações)

As deliberações da assembleia geral são sempre tomadas por maioria de votos correspondentes à cinquenta e um por cento do capital social, excepto nos casos em que, por lei se exija maioria diferente.

SECÇÃO II

Do conselho de administração e representação da sociedade

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Administração, representação da sociedade)

Um) A administração da sociedade, será exercida por três administradores conforme deliberação da assembleia geral.

Dois) O Conselho de administração da sociedade, será nomeado em assembleia geral de sócios.

Três) O conselho de administração, terá todos os poderes necessários à administração dos negócios da sociedade, podendo designadamente abrir e movimentar contas bancárias, aceitar, sacar, endossar letras e livranças e outros efeitos comerciais, assinar contratos comerciais, de financiamentos, contratar e despedir pessoal, adquirir, alienar ou onerar, bem como tomar de aluguer ou arrendamento bens móveis e imóveis.

Quatro) Para obrigar a sociedade nos seus actos e contratos é necessário duas assinaturas de dois administradores.

Cinco) É vedado aos sócios ou administradores, obrigar a sociedade em fianças, abonações, letras, depósitos e outros actos e contratos estranhos ao objecto social.

Seis) Os administradores são designados por períodos de quatro anos.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

(Convocação e reuniões do conselho de administração)

O conselho de administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez ao mês, mediante

convocação do respectivo presidente ou por quem o substitua em situação de falta ou impedimento e, extraordinariamente, sempre que necessário para os interesses da sociedade, por convocação do respectivo presidente ou de um administrador. A convocação das reuniões será feita com aviso mínimo de dez dias, por escrito, salvo se for possível reunir todos os administradores sem outras formalidades.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

(Deliberações)

As deliberações do conselho de administração serão tomadas por maioria dos administradores presentes ou representados na reunião.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

(Gestão)

A gestão diária da sociedade, poderá ser confiada a um director-geral, nomeado pelo conselho de administração, que especificará os limites do seu mandato.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

(Vinculação da sociedade)

Um) A sociedade ficará obrigada, pela assinatura conjunta de dois administradores, ou Procurador nomeado para o efeito.

Dois) Em caso algum poderão, os empregados ou qualquer outra pessoa comprometer a sociedade em actos ou contratos estranhos ao seu objecto, designadamente em letras e livranças de favor, fianças e abonações.

CAPÍTULO IV

Do exercício, contas e resultados

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

(Exercício, contas e resultados)

Um) O ano social coincide com o ano civil ou com qualquer outro que venha a ser aprovado pelos sócios e permitido nos termos da lei.

Dois) A administração deverá manter registos e os livros de contas exigidos por lei por forma:

- a) Demonstrar e justificar as transacções da sociedade;
- b) Demonstrar com precisão razoável a situação financeira da sociedade a qualquer momento.

Três) O balanço, as contas anuais e o relatório da administração fechar-se-ão com referência ao respectivo exercício social e serão submetidos, juntamente com o parecer prévio do fiscal único e dos auditores da sociedade, à apreciação e aprovação dos sócios.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO

(Lucros da sociedade)

Dos lucros apurados em cada exercício deduzir-se-á, em primeiro lugar, a percentagem legalmente estabelecida para a constituição ou

reintegração do fundo de reserva legal, sendo que os dividendos obrigatórios serão efectuados de acordo com o previsto nos artigos cento e oito, cento e nove e cento e dez do Código Comercial.

CAPÍTULO V

Da disposições diversas

ARTIGO DÉCIMO NONO

(Dissolução da sociedade)

A sociedade dissolve-se nos casos e nos termos estabelecidos por lei.

ARTIGO VIGÉSIMO

(Omissões)

Em todo o omissio regularão as disposições legais aplicáveis em vigor na República de Moçambique.

Maputo, quatro de Março de dois mil e



PDS – Paulo dos Santos Construções, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação que, por escritura de dezoito de Abril de dois mil e catorze, lavrada de folhas cento e trinta e oito a folhas cento e cinquenta e um do livro de notas para escrituras diversas número quatrocentos e onze traço A do Quarto Cartório Notarial da Cidade de Maputo, a cargo de Batçá Banu Amade Mussá, licenciada em Direito, técnica superior dos registos e notariado N1 e notária do referido cartório, os senhores Michelle Claire Velloza Del Ré Couto e Luís Paulo dos Santos constituíram entre si uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada com a firma PDS – Paulo Dos Santos Construções, Limitada, que será regida pelas disposições constantes dos artigos seguintes:

CAPÍTULO I

Da firma, sede, duração e objecto social

ARTIGO PRIMEIRO

(Firma)

A sociedade é constituída sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, adopta a firma PDS – Paulo dos Santos Construções, Limitada e será regida pelos presentes estatutos e pela legislação aplicável.

ARTIGO SEGUNDO

(Sede)

Um) A sociedade tem a sua sede na Rua do Sidano, número sessenta e um, primeiro andar, na cidade de Maputo, em Moçambique.

Dois) Mediante deliberação dos sócios tomada em assembleia geral, a sede social

poderá ser transferida para qualquer outro local dentro do território nacional, bem como poder-se-á criar e encerrar sucursais, filiais, agências, ou outras formas de representação comercial em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO TERCEIRO

(Duração)

A sociedade é constituída por tempo indeterminado, contando-se o seu início, para todos os efeitos legais, a partir da data da sua constituição.

ARTIGO QUARTO

(Objecto)

Um) A sociedade tem por principal objecto social a actividade de empreiteiro de construção civil e obras públicas, com a maior amplitude consentida pela lei.

Dois) Mediante deliberação dos sócios, a sociedade poderá exercer quaisquer outras actividades relacionadas, directa ou indirectamente, com o seu objecto principal, praticar todos os actos complementares da sua actividade e outras actividades com fins lucrativos não proibidas por lei, desde que devidamente licenciada e autorizada.

Três) A sociedade poderá participar em outras empresas ou sociedades já existentes ou a constituir ou associar-se com elas sob qualquer forma permitida por lei.

CAPÍTULO II

Do capital social, quotas e meios de financiamento

ARTIGO QUINTO

(Capital social)

O capital social, integralmente subscrito e realizado, em dinheiro, é de um milhão e quinhentos mil metcais, e acha-se dividido nas seguintes quotas:

- a) uma quota no valor nominal de setecentos e sessenta e cinco mil metcais, representativa de cinquenta e um por cento do capital social, pertencente à sócia Michelle Claire Velloza Del Ré Couto; e
- b) uma quota no valor nominal de setecentos e trinta e cinco mil metcais, representativa de quarenta e nove por cento do capital social, pertencente ao sócio Luís Paulo dos Santos.

ARTIGO SEXTO

(Aumentos de capital)

Um) O capital social poderá ser aumentado uma ou mais vezes, por qualquer forma legalmente permitida, mediante deliberação dos sócios tomada em assembleia geral.

Dois) Não pode ser deliberado o aumento de capital social enquanto não se mostrar integralmente realizado o capital social inicial ou proveniente de aumento anterior.

Três) A deliberação da assembleia geral de aumento do capital social deve mencionar, pelo menos, as seguintes condições:

- a) A modalidade e o montante do aumento do capital;
- b) O valor nominal das novas participações sociais;
- c) As reservas a incorporar, se o aumento do capital for por incorporação de reservas;
- d) Os termos e condições em que os sócios ou terceiros participam no aumento;
- e) Se são criadas novas partes sociais ou se é aumentado o valor nominal das existentes;
- f) Os prazos dentro dos quais as entradas devem ser realizadas.

Quatro) Os aumentos do capital social serão efectuados nos termos e condições deliberados em assembleia geral e, supletivamente, nos termos gerais.

Cinco) Em qualquer aumento do capital social, os sócios gozam de direito de preferência, na proporção das suas participações sociais, a exercer nos termos gerais, podendo, porém, o direito de preferência ser limitado ou suprimido por deliberação da assembleia geral tomada por maioria necessária à alteração dos estatutos.

ARTIGO SÉTIMO

(Prestações suplementares)

Podem ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital, até ao dobro do capital social à data do aumento, ficando os sócios obrigados na proporção das respectivas quotas.

ARTIGO OITAVO

(Suprimentos)

Os sócios podem prestar suprimentos à sociedade, nos termos e condições a serem fixados pela assembleia geral.

ARTIGO NONO

(Transmissão de quotas)

Um) A cessão de quotas entre os sócios é livre.

Dois) A transmissão, total ou parcial, de quotas a terceiros, fica condicionada ao exercício do direito de preferência da sociedade, mediante deliberação dos sócios tomada em assembleia geral, e, caso a sociedade não o exerça, dos sócios na proporção das respectivas quotas.

Três) Para efeitos do disposto no número anterior, o sócio que pretenda transmitir a sua quota, ou parte desta, deverá notificar à

sociedade, por escrito, indicando a identidade do adquirente, o preço e as condições ajustadas para a referida cessão, nomeadamente as condições de pagamento, as garantias oferecidas e recebidas e a data da realização da cessão.

Quatro) A sociedade deverá pronunciar-se sobre o direito de preferência, no prazo máximo de trinta dias a contar da recepção do mesmo, entendendo-se que a sociedade não pretende adquirir as quotas caso não se pronuncie dentro do referido prazo.

Cinco) Caso a sociedade não exerça o direito de preferência que lhe assiste, nos termos do disposto no número um do presente artigo, a administração da sociedade deverá, no prazo de cinco dias, notificar, por escrito, os demais sócios para exercerem o seu direito de preferência, no prazo máximo de quinze dias.

Seis) No caso da sociedade e os sócios renunciarem ao exercício do direito de preferência que lhes assiste, a quota poderá ser transmitida nos termos legais.

Sete) Serão inoponíveis à sociedade, aos demais sócios e a terceiros as transmissões efectuadas sem observância do disposto no presente artigo.

ARTIGO DÉCIMO

(Oneração de quotas)

A oneração, total ou parcial, de quotas depende da prévia autorização da sociedade, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo anterior.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Amortização de quotas)

Um) A amortização de quotas só poderá ter lugar nos casos de exclusão de sócio, mediante deliberação da assembleia geral, ou nos casos de exoneração de sócio, nos termos legais.

Dois) A sociedade poderá deliberar a exclusão dos sócios nos seguintes casos:

- a) Quando, por decisão transitada em julgado, o sócio for declarado falido ou for condenado pela prática de qualquer crime económico;
- b) Quando a quota do sócio for arrestada, penhorada, arrolada ou, em geral, apreendida judicial ou administrativamente;
- c) Quando o sócio transmita a sua quota, sem observância do disposto no artigo novo dos presentes estatutos, ou a dê em garantia ou caução de qualquer obrigação, sem o consentimento da sociedade;
- d) Se o sócio envolver a sociedade em actos e contratos estranhos ao objecto social; e
- e) Se o sócio se encontrar em mora, por mais de seis meses, na realização da sua quota, das entradas em

aumentos de capital ou em efectuar as prestações suplementares a que foi chamado.

Três) Se a amortização de quotas não for acompanhada da correspondente redução de capital, as quotas dos restantes sócios serão proporcionalmente aumentadas, fixando a assembleia geral o novo valor nominal das mesmas.

Quatro) A amortização será feita pelo valor nominal da quota amortizada, acrescido da correspondente parte nos fundos de reserva, depois de deduzidos os débitos ou responsabilidades do respectivo sócio para com a sociedade, devendo o seu pagamento ser efectuado nas condições a determinar pela assembleia geral.

Cinco) Se a sociedade tiver o direito de amortizar a quota pode, em vez disso, adquiri-la ou fazê-la adquirir por sócio ou terceiro.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Quotas próprias)

Um) Mediante deliberação dos sócios, a sociedade poderá adquirir quotas próprias e realizar sobre elas as operações que se mostrem convenientes ao interesse social.

Dois) Enquanto pertençam à sociedade, as quotas não conferem direito a voto nem à percepção de dividendos.

CAPÍTULO III

Dos órgãos sociais

SECÇÃO I

Da Assembleia Geral

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

(Órgãos sociais)

São órgãos da sociedade:

- a) A assembleia geral;
- b) A administração; e
- c) O conselho fiscal ou o fiscal único, caso a sociedade entenda necessário.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

(Eleição e mandato dos órgãos sociais)

Um) Os membros dos órgãos sociais são eleitos pela assembleia geral da sociedade, podendo ser reeleitos uma ou mais vezes.

Dois) O mandato dos membros dos órgãos sociais é de quatro anos, contando-se como um ano completo o ano da data da eleição, com excepção do órgão fiscalização, caso exista, cujo mandato é de um ano.

Três) Os membros dos órgãos sociais permanecem em funções até a eleição de quem deva substituir, salvo se renunciarem expressamente ao exercício do seu cargo ou forem destituídos.

Quatro) Salvo disposição legal expressa em sentido contrário, os membros dos órgãos sociais podem ser sócios ou não.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

(Assembleia geral)

Um) A assembleia geral é formada pelos sócios e competem-lhe todos os poderes que lhe são conferidos por lei e por estes estatutos.

Dois) As assembleias gerais serão convocadas, pela administração da sociedade ou por outras entidades legalmente competentes para o efeito, por meio de carta dirigida aos sócios, com quinze dias de antecedência, salvo se for legalmente exigida antecedência maior, devendo a convocação mencionar o local, o dia e a hora em que se realizará a reunião, bem como a ordem de trabalhos.

Três) A administração da sociedade é obrigada a convocar a assembleia geral sempre que a reunião seja requerida, com a indicação do objecto, por sócios que representem, pelo menos, a décima parte do capital social, sob pena de estes a poderem convocar directamente.

Quatro) A assembleia geral ordinária reúne no primeiro trimestre de cada ano, para deliberar sobre o balanço, relatório da administração, aprovação das contas referente ao exercício do ano anterior e sobre a aplicação dos resultados, bem como para deliberar sobre quaisquer outros assuntos de interesse para a sociedade.

Cinco) Serão válidas as deliberações tomadas em assembleias gerais irregularmente convocadas, desde que todos os sócios estejam presentes ou representados na reunião e todos manifestam a vontade de que a assembleia se constitua e delibere sobre determinado assunto.

Seis) Os sócios poderão fazer-se representar nas assembleias gerais nos termos legalmente permitidos.

Sete) Os sócios indicarão por carta dirigida à sociedade quem os representará na assembleia geral.

Oito) A assembleia geral pode deliberar, em primeira convocação, sempre que se encontrem presente ou representados os sócios titulares de, pelo menos, sessenta por cento do capital social, e, em segunda convocação, seja qual for o número de sócios presentes ou representados e o capital por eles representado.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

(Competência da assembleia geral)

Um) Dependem de deliberação dos sócios, para além de outros que a lei ou os estatutos indiquem, as seguintes deliberações:

- a) A chamada e a restituição das prestações suplementares;
- b) A prestação de suprimentos, bem como os termos e condições em que os mesmos devem ser prestados;
- c) A exclusão de sócios e amortização de quotas;
- d) A aquisição, divisão, alienação ou oneração de quotas próprias;

e) O exercício do direito de preferência da sociedade para alienação de quotas a terceiros e o consentimento para a oneração das quotas dos sócios;

f) A eleição, remuneração e destituição de administradores;

g) A fixação ou dispensa da caução a prestar pelos administradores;

h) A aprovação do relatório da administração, do balanço e das contas do exercício da sociedade;

i) A atribuição dos lucros e o tratamento dos prejuízos;

j) A propositura e a desistência de quaisquer acções contra os sócios ou os administradores;

k) A alteração dos estatutos da sociedade;

l) O aumento e a redução do capital;

m) A fusão, cisão, transformação, dissolução e liquidação da sociedade;

n) A aquisição de participações em sociedades com o objecto diferente do da sociedade, em sociedade de capital e indústria ou de sociedades reguladas por lei especial.

Dois) As deliberações da assembleia geral são tomadas por votos correspondentes a cinquenta e um por cento do capital social, salvo quando a lei ou os presentes estatutos exijam maioria qualificada.

Três) Na contagem dos votos, não serão tidas em consideração as abstenções.

SECÇÃO II

A administração

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

(Administração)

Um) A sociedade é administrada por um ou mais administradores, conforme for deliberado pela assembleia geral.

Dois) Faltando temporária ou definitivamente todos os administradores, qualquer sócio pode praticar os actos de carácter urgente que não podem esperar pela eleição de novos administradores ou pela cessação da falta.

Três) A administração poderá delegar parte das suas competências, incluindo a gestão corrente da sociedade, em um ou alguns dos seus membros.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO

(Competências da administração)

Um) A gestão e representação da sociedade competem à administração.

Dois) Cabe aos administradores representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, assim como praticar todos os actos tendentes à realização do objecto social e, em especial:

- a) Orientar e gerir todos negócios sociais, praticando todos os actos tendentes

à realização do objecto social, que por lei ou pelos presentes estatutos não estejam reservados à assembleia geral;

b) Propor, prosseguir, confessar, desistir ou transigir em quaisquer acções em que a sociedade esteja envolvida;

c) Executar e fazer cumprir as deliberações da assembleia geral;

d) Constituir mandatários da sociedade, bem como definir os termos e limites dos respectivos mandatos.

Três) Aos administradores é vedado responsabilizar a sociedade em quaisquer contratos, actos, documentos ou obrigações estranhas ao objecto da mesma, designadamente em letras de favor, fianças, abonações e actos semelhantes.

Quatro) Os actos praticados contra o estabelecido no número anterior importam para o administrador em causa a sua destituição, constituindo-se na obrigação de indemnizar a sociedade pelos prejuízos que esta venha a sofrer em virtude de tais actos.

ARTIGO DÉCIMO NONO

(Vinculação da sociedade)

Um) A sociedade obriga-se:

a) pela assinatura de um administrador, caso a sociedade seja administrada apenas por um administrador;

b) pela assinatura conjunto de dois administradores;

c) pela assinatura de um administrador, nos termos e limites dos poderes que lhe forem conferidos pela assembleia geral ou pelo conselho de administração;

d) pela assinatura de um ou mais mandatários, nos termos e nos limites do respectivo mandato.

Dois) Nos actos de mero expediente é suficiente a assinatura de qualquer administrador ou de mandatários com poderes bastantes, podendo a assinatura ser aposta por chancela ou meios tipográficos de impressão.

SECÇÃO III

Do órgão de fiscalização

ARTIGO VIGÉSIMO

(Fiscalização)

Um) A assembleia geral, caso entenda necessário, pode deliberar confiar a fiscalização dos negócios sociais a um conselho fiscal ou a um fiscal único, que deverá ser auditor de contas ou sociedade de auditores de contas.

Dois) Caso a assembleia geral delibere confiar a um auditor de contas ou uma sociedade de auditores de contas o exercício das funções de fiscalização, não procederá à eleição do conselho fiscal.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO

(Composição)

Um) O conselho fiscal, quando exista, será composto por três membros efectivos e um membro suplente.

Dois) A assembleia geral que proceder à eleição do conselho fiscal indicará o respectivo presidente.

Três) Um dos membros efectivos do conselho fiscal terá de ser auditor de contas ou sociedade de auditores de contas devidamente habilitada.

Quatro) Os membros do conselho fiscal e o fiscal único são eleitos na assembleia geral ordinária, mantendo-se em funções até à assembleia geral ordinária seguinte.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

(Funcionamento)

Um) O conselho fiscal, quando exista, reúne-se trimestralmente e sempre que for convocado pelo Presidente, pela maioria dos seus membros ou pelo conselho de administração.

Dois) Para que o conselho fiscal possa reunir validamente é necessária a presença da maioria dos seus membros efectivos.

Três) As deliberações são tomadas por maioria dos votos presentes, cabendo ao presidente, em caso de empate, voto de qualidade.

Quatro) As reuniões do conselho fiscal poderão realizar-se na sede social ou em qualquer outro local previamente indicado no respectivo aviso convocatório.

Cinco) As actas das reuniões do conselho fiscal serão registadas no respectivo livro de actas, devendo mencionar os membros presentes, as deliberações tomadas, os votos de vencido e respectivas razões, bem como os factos mais relevantes verificados pelo conselho fiscal no exercício das suas funções e ser assinadas pelos membros presentes.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO

(Auditorias externas)

A administração pode contratar uma sociedade externa de auditoria a quem encarregue de auditar e verificar as contas da sociedade.

CAPÍTULO IV

Das disposições finais

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO

(Ano social)

Um) O ano social coincide com o ano civil.

Dois) O balanço, o relatório de gestão, a demonstração de resultados e demais contas do exercício fecham-se com referência a trinta e um de Dezembro de cada ano e serão submetidos à apreciação da assembleia geral, durante o primeiro trimestre do ano seguinte.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO

(Aplicação de resultados)

Os lucros líquidos apurados terão a seguinte aplicação:

- a) vinte por cento serão destinados à constituição ou reintegração da reserva legal, até que esta represente, pelo menos, a quinta parte do montante do capital social;
- b) O remanescente terá a aplicação que for deliberada em assembleia geral.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO

(Dissolução e liquidação)

A dissolução e liquidação da sociedade rege-se pelas disposições da lei aplicável que estejam sucessivamente em vigor e, no que estas forem omissas, pelo que for deliberado em assembleia geral.

CAPÍTULO V

Das disposições transitórias

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO

(Administração)

Até à primeira reunião da assembleia geral, a administração da sociedade será constituída pelos senhores Michelle Claire Velloza Del Ré Couto e Luís Paulo dos Santos.

Está conforme.

Maputo, dezasseis de Maio de dois mil e catorze. — A Ajudante da Notária, *Ilegível*.

Zeupetnom, S.A.

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia vinte e nove de abril de dois mil e catorze, foi matriculada na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100488329, uma Sociedade anónima denominada Zeupetnom, S.A. que irá reger-se pelos artigos seguintes:

CAPÍTULO I

Da denominação, duração, sede e objecto

ARTIGO PRIMEIRO

(Denominação)

Zeupetnom, S.A., adiante designada simplesmente por sociedade, é uma sociedade que é constituída sob forma de sociedade anónima, e se rege pelos presentes estatutos e pela legislação aplicável.

ARTIGO SEGUNDO

(Objecto)

Um) A sociedade tem por objecto, o desenvolvimento de actividades no sector de

energia e água (contadores de consumo de energia, material de média e baixa tensão, cabos e respectivos acessórios, linha de montagem de contadores pré-pagos com branding local); sector de oil gás (prestação de serviços); turismo; prestação de serviços nas áreas de recursos humanos, *catering*, tecnologias de informação, telecomunicações, electricidade, segurança de instalações, incluindo montagem de sistemas electrónicos de segurança, montagem e comercialização de equipamentos informáticos, incluindo assistência técnica, comercialização de mobiliário e material de escritório, construção civil, exploração mineira, estudos de viabilidade, representação de firmas nacionais ou estrangeiras, participação de forma directa ou indirecta em projectos de desenvolvimento e de investimento em quaisquer firmas, bem como a prestação de serviços de consultoria nas áreas de especialidade.

Dois) A sociedade exercerá ainda, desenvolvimento de projectos turísticos, como seja operação e exploração de complexos turísticos e hoteleiros, incluindo a construção de hotéis, *lodges*, restaurantes, campos de golfe, casas de hóspedes, agricultura e pecuária, agenciamento, consignações, prestação de serviços e comissões em quaisquer actividades decorrentes do seu objecto social, no âmbito do exercício das actividades definidas no presente artigo.

Três) A sociedade no âmbito do seu objecto social exercerá a importação e exportação dos produtos e equipamentos relacionados com as actividades acima mencionados, fazendo ainda o planeamento, implementação e execução de todas as actividades de distribuição e logística associadas, dentro e fora do país.

ARTIGO TERCEIRO

(Sede)

Um) A sociedade tem a sua sede na cidade de Maputo, podendo abrir sucursais, delegações, agências ou qualquer outra forma de representação social dentro e fora do país, quando o conselho de gerência o julgar conveniente.

Dois) Por deliberação da assembleia geral a sede da sociedade pode ser transferida para qualquer outro local do território nacional.

ARTIGO QUARTO

(Duração)

A sociedade é criada por tempo indeterminado, contando-se o seu começo, para todos os efeitos legais a partir da data da celebração do contrato de sociedade.

CAPÍTULO II

Do capital social, acções e obrigações

ARTIGO QUINTO

(Capital social)

Um) O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de trezentos mil meticais, representado por três mil acções no valor nominal de cem meticais cada uma.

Dois) As acções poderão ser nominativas ou ao portador, nos termos a estabelecer pelo Conselho de Administração.

Três) As acções nominativas ou ao portador são reciprocamente convertíveis nos termos da lei.

ARTIGO SEXTO

(Aumento do capital social)

Um) O capital social pode ser aumentado uma ou mais vezes, mediante novas entradas, por incorporação de reservas, através da emissão de novas acções, aumento do respectivo valor nominal ou conversão de obrigações em acções, bem como por qualquer outra modalidade ou forma legalmente permitida, mediante deliberação da Assembleia Geral.

Dois) O aumento do capital social pode ser deliberado pela Assembleia Geral mediante proposta do Conselho de Administração e, em quaisquer dos casos, antes da tomada de qualquer deliberação a Assembleia Geral deverá ouvir o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

Três) O capital social pode ser aumentado uma ou mais vezes, por deliberação do Conselho de Administração até ao limite fixado pela Assembleia Geral, observadas as formalidades legais e estatutárias.

Quatro) Da deliberação do aumento do capital social devem pelo menos constar as seguintes condições:

- a) A modalidade do aumento do capital;
- b) O montante do aumento do capital;
- c) O valor nominal das novas participações;
- d) As reservas a incorporar, se o aumento do capital for por incorporação de reservas;
- e) Os termos e condições em que os sócios ou terceiros participam no aumento;
- f) O tipo de acções a emitir;
- g) A natureza das novas entradas, se as houver;
- h) Os prazos dentro dos quais as entradas devem ser realizadas;
- i) O prazo e demais condições do exercício do direito de subscrição e preferência; e
- j) O regime que será aplicado em caso de subscrição incompleta.

Cinco) Em quaisquer situações de aumento do capital social, os accionistas gozam do direito de preferência na proporção das acções que possuem, nos termos gerais.

ARTIGO SÉTIMO

(Acções)

Um) As acções serão tituladas ou escrituradas.

Dois) As acções tituladas, poderão revestir a forma de acções nominativas ou ao portador registadas, devendo as acções escriturais revestir sempre a forma de acções nominativas.

Três) As acções tituladas poderão a todo o tempo serem convertidas em acções escriturais, e vice-versa, desde que observados os requisitos fixados por lei.

Quatro) As acções, quando tituladas, serão representadas por títulos de uma, cinco, dez, vinte, cinquenta, cem, quinhentas, mil, dez mil, cem mil, ou um milhão de acções, a todo o tempo substituíveis por agrupamento ou subdivisão.

Cinco) O desdobramento dos títulos far-se-á a pedido dos accionistas, correndo por sua conta as respectivas despesas.

Seis) A sociedade poderá emitir, nos termos e condições estabelecidos em assembleia geral, todas as espécies de acções, incluindo acções preferenciais sem voto.

ARTIGO OITAVO

(Transmissão de acções)

Um) Os sócios gozam do direito de preferência sobre a transmissão, total ou parcial de acções, na proporção das suas respectivas participações.

Dois) Para efeitos do disposto no número anterior, o sócio que pretenda transmitir as suas acções, ou partes destas, deverá enviar, por carta dirigida ao presidente do conselho de administração, o respectivo projecto de venda, o qual deverá conter a identidade do adquirente, o preço e as condições ajustadas para a projectada transmissão, nomeadamente, as condições de pagamento, as garantias oferecidas e recebidas e a data da realização da transacção.

Três) Nos quinze dias seguintes à data em que houver recebido o projecto de venda, o conselho de administração deverá notificar, por escrito, os demais sócios para exercerem o seu direito de preferência.

Quatro) O direito de preferência é exercido pelo valor, prazo e restantes condições acordadas para a projectada transmissão, devendo o sócio, ou sócios que o pretendam fazer, notificar, por escrito, o sócio transmissor, no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da notificação prevista no número anterior, sob pena de caducidade.

Cinco) O regime previsto no presente artigo, não será aplicável às acções admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Moçambique, em relação às quais os sócios não gozarão do direito de preferência sobre a respectiva transmissão.

Seis) Os títulos das acções, bem como quaisquer alterações efectuadas nos mesmos serão assinados por dois membros do conselho de administração, cujas assinaturas poderão ser apostas por chancela ou meios tipográficos de impressão.

ARTIGO NONO

(Acções próprias)

Um) Por deliberação da assembleia geral, a sociedade poderá adquirir acções próprias,

bem como poderá onera-las, alienar ou praticar com as mesmas quaisquer outras operações em direito permitidas, respeitando sempre as disposições legais aplicáveis.

Dois) A deliberação da assembleia geral deve identificar o número de acções a adquirir, a alienar ou que por outra forma pretende dispor, a finalidade da operação, a identificação das partes e as respectivas contrapartidas e demais termos e condições da operação projectada.

Três) Enquanto pertencerem à sociedade as acções não conferem direito a voto, dividendo ou preferência, nem têm qualquer outro direito social, excepto o de participar em aumentos de capital social por incorporação de reservas, se a assembleia geral não deliberar o contrário.

Quatro) Na alienação de acções próprias, os sócios gozam do direito de preferência na proporção das suas respectivas participações a exercer nos termos do artigo oitavo dos presentes estatutos, com as necessárias adaptações.

Cinco) No relatório anual do conselho de administração, deve ser indicado o número de acções próprias adquiridas e alienadas ou oneradas, durante o exercício, bem como os respectivos motivos e condições, e o número de acções próprias detidas no final do exercício.

ARTIGO DÉCIMO

(Obrigações)

Um) A sociedade poderá, nos termos da lei e mediante deliberação do conselho de administração, emitir quaisquer modalidades ou tipos de obrigações.

Dois) Por simples deliberação do conselho de administração, ouvido o conselho fiscal, a sociedade poderá adquirir obrigações próprias, ficando suspensos os respectivos direitos enquanto as obrigações pertencerem à sociedade.

Três) A sociedade poderá praticar com as obrigações próprias todas e quaisquer operações em direito permitidas, que se mostrem convenientes ao interesse social, e nomeadamente proceder à conversão, nos casos legalmente previstos, ou amortização mediante deliberação do Conselho de Administração.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

(Prestações suplementares)

Podem ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital até ao valor do capital social, à data da deliberação, ficando os sócios obrigados na proporção, condições, prazos e montantes estabelecidos em assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

(Suprimentos)

Os sócios podem prestar suprimentos à sociedade, nos termos e condições estabelecidos pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO III

Dos órgãos sociais

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

(Órgãos sociais)

São órgãos da sociedade:

- a) A Assembleia Geral;
- b) O Conselho de Administração;
- c) O Conselho Fiscal ou Fiscal Único.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

(Eleição e mandato)

Um) Os membros dos órgãos sociais são eleitos pela Assembleia Geral da sociedade, podendo ser reeleitos uma ou mais vezes.

Dois) Ressaltando no que se refere ao mandato do Conselho Fiscal ou Fiscal Único, o mandato dos órgãos sociais é de quatro anos, contando-se como um ano completo, o ano da data de eleição.

Três) Os membros dos órgãos sociais permanecem em funções até à eleição de quem os deva substituir, salvo se renunciarem expressamente ao exercício do cargo ou forem destituídos.

Quatro) Salvo disposição legal expressa em contrário, os membros dos órgãos sociais podem ser sócios ou não, bem como podem ser eleitas pessoas colectivas para qualquer órgão da sociedade.

Cinco) No caso de ser eleita uma pessoa colectiva, esta deve designar uma pessoa singular para exercer o cargo em sua representação e comunicar o respectivo nome ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

(Remuneração e caução)

Um) As remunerações dos membros dos órgãos sociais serão fixadas por deliberação da Assembleia Geral, tomada nos mesmos termos da deliberação das respectivas nomeações.

Dois) A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração deve fixar ou dispensar a caução a prestar, conforme a lei em vigor.

SECÇÃO I

Da Assembleia Geral

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

(Âmbito)

A Assembleia Geral da sociedade representa o conjunto dos accionistas, e as suas deliberações são vinculativas para todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes, e para os restantes órgãos sociais, quando tomadas nos termos da lei e dos presentes estatutos.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

(Composição da Assembleia Geral)

Um) A Assembleia Geral é constituída pelos accionistas e pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.

Dois) A mesa da assembleia geral é composta por um Presidente e por um Secretário.

Três) Compete ao Presidente, convocar e dirigir as reuniões da Assembleia Geral, dar posse aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal ou Fiscal Único e assinar os termos de abertura e encerramento dos livros estatutários da sociedade, bem como do livro de autos da posse.

Quatro) Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, ainda que não sejam accionistas, deverão estar presentes nas reuniões da Assembleia Geral e deverão participar nos seus trabalhos, quando convocados, mas não têm nessa qualidade, direito a voto.

Cinco) Apenas terão direito a voto, os accionistas titulares de pelo menos, mil acções.

Seis) No caso de existirem acções em propriedade, os proprietários serão representados por um só deles e só esse poderá assistir e intervir nas reuniões de Assembleia Geral.

Sete) Os accionistas quando não possuam o número mínimo das acções exigidas nos termos do presente artigo, poderão agrupar-se por forma a completa-lo, devendo nesse caso fazer-se representar por um só accionista dos agrupados, cujo nome será indicado por carta dirigida ao presidente da mesa, com as assinaturas de todos devidamente reconhecidas pelo notário e entregue antes do início da sessão.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO

(Convocatória e reuniões da Assembleia Geral)

Um) A Assembleia Geral reunir-se-á em sessão ordinária uma vez em cada ano, dentro dos três após o final de cada exercício para:

- a) Aprovar relatório de gestão e as contas de exercício incluindo o balanço e demonstração de resultados, bem como o parecer do Conselho Fiscal ou Fiscal Único, sobre as mesamas, e deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- b) Eleger e destituir os membros da Mesa da Assembleia Geral, os administradores e os membros do Conselho Fiscal ou Fiscal Único;
- c) Deliberar sobre quaisquer alterações aos presentes estatutos;
- d) Deliberar sobre a emissão de obrigações;
- e) Deliberar sobre aumento, redução ou reintegração do capital social;

f) Deliberar sobre a criação de acções preferenciais;

g) Deliberar sobre a chamada e a restituição das prestações suplementares;

h) Deliberar sobre a fusão, cisão, transformação, dissolução, liquidação ou prorrogação da sociedade;

i) Deliberar sobre a propositura e a desistência de quaisquer acções contra os administradores ou contra membros de outros órgãos sociais;

j) Deliberar sobre a admissão a cotação na Bolsa de Valores das acções representativas do capital social da sociedade;

k) Deliberar sobre quaisquer outras matérias que não constem dos estatutos indicadas na respectiva convocatória.

Dois) Haverá reuniões extraordinárias sempre que o Presidente da Mesa o julgue necessário, ou quando a convocação seja requerida pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal ou fiscal único, ou por accionistas que representem pelo menos, a décima parte do capital social.

Três) Na primeira sessão da assembleia geral pode ser marcada desde logo uma segunda data para a realização da reunião, no caso de a assembleia geral não poder funcionar regularmente na data para a qual foi inicialmente convocada.

Quatro) As assembleias gerais serão convocadas por meio da publicação de anúncio num dos jornais de maior circulação no país e por escrito, aos accionistas, ambos com uma antecedência mínima de trinta dias de calendário rem relação à data prevista para a sua realização.

SECÇÃO II

Do Conselho de Administração

ARTIGO DÉCIMO NONO

(Conselho de administração)

Um) A administração e gestão da sociedade serão exercidos por um conselho de administração com um número de membros compreendido entre um mínimo de três, conforme deliberação da Assembleia Geral, um dos quais assumirá as funções de presidente.

Dois) Os administradores são eleitos por um período máximo de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição, por mais de uma vez.

Três) Quando algum administrador fique definitivamente impedido de participar nas reuniões do Conselho de Administração, deverão os accionistas na primeira assembleia geral seguinte, eleger um ou mais administradores, para exercerem funções até ao termo do mandato dos restantes administradores.

Quatro) Os administradores podem ser ou não accionistas da sociedade.

Cinco) Aos administradores será dispensada caução para o exercício do cargo, sem prejuízo da legislação aplicável.

ARTIGO VIGÉSIMO

(Competência do Conselho de Administração)

Um) Compete aos administradores exercer os mais amplos poderes, representando a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, praticando todos os demais actos tendentes à realização do objecto social que a lei e os presentes estatutos não reservem à assembleia geral.

Dois) O Conselho de Administração pode delegar num ou mais administradores os seus poderes a gestão corrente da sociedade, sem prejuízo das excepções previstas na lei.

Três) O Conselho de Administração pode constituir mandatários, através de procuração nos termos e para efeitos do disposto artigo quatrocentos e vinte do Código Comercial.

Quatro) Compete ao presidente do conselho de administração promover a execução das deliberações do conselho.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO

(Convocação das reuniões do Conselho de Administração)

Um) O conselho de administração reúne-se semestralmente e sempre que for convocado pelo seu presidente ou por pelo menos dois dos seus membros.

Dois) As convocatórias devem ser feitas por escrito, com pelo menos quarenta e oito horas de antecedência relativamente à data da reunião devendo incluir a ordem dos trabalhos e as demais indicações e elementos necessários à tomada de deliberações.

Três) As formalidades relativas a convocação das reuniões do conselho de administração, podem ser dispensadas pelo consentimento unânime de todos os administradores.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

(Reuniões e quórum)

Um) O conselho de administração reúne-se na sede social ou noutro local da localidade da sede, o qual deverá ser indicado na convocatória.

Dois) Por motivos especiais devidamente justificados, o presidente do Conselho de Administração poderá fixar um local diverso dos previstos no número anterior, que será indicado na respectiva convocatória.

Três) O Conselho de Administração não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros.

Quatro) Qualquer administrador temporariamente impedido de comparecer poderá fazer-se representar por outro administrador, mediante simples carta, fax ou telegrama endereçado ao presidente do conselho de administração.

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO

(Deliberações do Conselho de Administração)

Um) Para que o Conselho de Administração possa constituir-se e deliberar validamente será necessário que a maioria dos seus membros esteja presente ou devidamente representada.

Dois) Os membros do conselho de administração poderão fazer-se representar nas reuniões, por outro membro, mediante comunicação escrita dirigida ao presidente, bem como votar por correspondência.

Três) As deliberações são tomadas por maioria dos votos presentes ou representados, cabendo ao presidente em caso de empate, voto de qualidade.

Quatro) As deliberações do Conselho de Administração constarão de actas lavradas em livro próprio, assinadas por todos os administradores que tenham participado na reunião.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO

(Vinculação da sociedade)

Um) A sociedade fica obrigada:

- a) Pela assinatura conjunta de dois membros do conselho de administração;
- b) Pela assinatura do mandatário ao qual os administradores tenham conferido uma delegação de poderes de procurador, especialmente constituídos nos termos e limites específicos do respectivo mandato.

Dois) Nos actos e documentos de mero expediente é suficiente a assinatura de qualquer um dos administradores, ou do mandatário com poderes bastantes para o efeito.

SECÇÃO III

Do Conselho fiscal ou fiscal único

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO

(Órgão de fiscalização)

Um) A supervisão e fiscalização de todos os negócios da sociedade será confiada a um Conselho Fiscal ou a um Fiscal Único, que será uma sociedade de auditores de contas, conforme o que for deliberado pela Assembleia Geral.

Dois) Caso a Assembleia Geral deliberar confiar a uma sociedade de auditores de contas o exercício das funções de fiscalização, não procederá à eleição do Conselho Fiscal.

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO

(Composição)

Um) O conselho fiscal, quando exista, será composto por três membros efectivos e um membro suplente.

Dois) A Assembleia Geral que proceder à eleição do conselho fiscal indicará o respectivo presidente.

Três) Um dos membros efectivos e o membro suplente do Conselho Fiscal terão de ser auditores ou sociedade de auditores devidamente habilitados.

Quatro) Os membros do Conselho Fiscal e Fiscal Único são eleitos em Assembleia Geral ordinária, mantendo-se em funções até a Assembleia Geral ordinária seguinte.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO

(Funcionamento)

Um) O Conselho Fiscal quando exista, reúne-se trimestralmente e sempre que for convocado pelo presidente, pela maioria dos seus membros ou pelo conselho de Administração.

Dois) Para que o Conselho Fiscal possa reunir e deliberar validamente é necessário que esteja presente a maioria dos seus membros efectivos.

Três) As deliberações são tomadas por maioria dos votos presente, cabendo ao presidente em caso de empate, voto de qualidade.

Quatro) As reuniões do Conselho Fiscal poderão realizar-se na sede social ou em qualquer outro local previamente indicado no respectivo aviso convocatório.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO

(Actas das reuniões do Conselho Fiscal)

As actas das reuniões do Conselho Fiscal, serão registadas no respectivo livro de actas, devendo mencionar os membros presentes, as deliberações tomadas, bem como os factos mais relevantes verificados pelo Conselho Fiscal, e devem ser assinadas por todos os membros presentes.

CAPÍTULO IV

Das disposições diversas

ARTIGO VIGÉSIMO NONO

(Ano social)

Um) O ano social coincide com o ano civil.

Dois) O balanço e as contas dos resultados fechar-se-ão com referência a trinta e um de Dezembro de cada ano e serão submetidos à apreciação da Assembleia Geral.

ARTIGO TRIGÉSIMO

(Aplicação dos resultados)

Um) Dos lucros apurados em cada exercício deduzir-se-á, em primeiro lugar, a percentagem de cinco por cento para o fundo de reserva legal, não devendo ser inferior à quinta parte do capital social.

Dois) Cumprido o disposto no número anterior, a parte restante dos lucros terá a aplicação que for determinada pela Assembleia Geral.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO

(Dissolução)

A sociedade dissolve-se nos casos e nos termos previstos na lei e por deliberação expressa dos sócios.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO

(Liquidação)

Um) Declarada a dissolução da sociedade proceder-se-á a sua liquidação, gozando os liquidatários, nomeados pela assembleia geral, dos mais amplos poderes para o efeito.

Dois) Em caso de dissolução por acordo expresso dos sócios, todos eles serão os seus liquidatários e a partilha dos bens sociais e valores apurados proceder-se-á conforme deliberação da assembleia geral.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO

(Omissões)

Em tudo quanto fica omissa regularão as disposições legais do Código Comercial e demais legislação aplicável.

Maputo, vinte e oito de Abril de dois mil e catorze. — O Técnico, *Illegível*.

Bazama Consultoria e Negócios, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia cinco de Novembro de dois mil e treze, foi matriculada na Conservatória do Registo de Entidades Legais sob NUEL 100440563, a entidade legal supra, constituída entre:

Primeiro. Abel Joaquim Zico, natural de Dondo, província de Sofala, casado, residente no Bairro Malembwane (Nhampossa), cidade de Inhambane, Portador do Bilhete de Identidade n.º 080100097047P, emitido em três de Março de dois mil e dez, pela Direcção de Identificação Civil de Inhambane;

Segundo. Gouveia Dramane Sumale, natural de Quelimane, Distrito de Quelimane, província da Zambézia, residente no Bairro Liberdade dois, cidade de Inhambane, Portador do Bilhete de Identidade n.º 0801000138200A, emitido em um de Abril de dois mil e dez, pela Direcção de Identificação Civil de Inhambane, que se regerá pelas cláusulas e condições constantes dos seguintes artigos:

CAPÍTULO I

Da denominação, sede, duração e objecto

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação social

A sociedade adopta a denominação Bazama Consultoria e Negócios, Limitada, e é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada.

ARTIGO SEGUNDO

Sede

Um) A sociedade terá a sua sede na cidade de Inhambane, bairro Balane dois, podendo, por decisão da assembleia geral, mediante autorização das autoridades competentes, abrir e encerrar qualquer delegação, filial, sucursal, agência ou outra forma de representação no país e no estrangeiro, sempre que as circunstâncias o justificarem.

Dois) A sociedade poderá ainda mandar outras entidades públicas ou privadas para representá-la dentro ou fora do país.

ARTIGO TERCEIRO

Duração

A sociedade é constituída por tempo indeterminado.

ARTIGO QUARTO

Objecto

Um) A sociedade tem por objecto principal a prestação de serviços nas seguintes áreas;

- Consultoria diversa;
- Assessoria e contabilidade de empresas;
- Fornecimento de equipamento informático, de escritório e consumíveis diversos;
- Serviços de papelaria e livraria;
- Formação profissional;
- Serviços turísticos e similares.

Dois) Por deliberação da assembleia geral a empresa poderá ainda desenvolver outras actividades comerciais ou industriais desde que sejam permitidas por lei.

CAPÍTULO II

Das participações, capital social, suplementos, empréstimos e obrigações

ARTIGO QUINTO

Participação em outras sociedades

Por deliberação da assembleia geral, a sociedade poderá participar directa ou indirectamente no capital de outras sociedades, na sua gestão e ainda associar-se a outras entidades, mesmo que as mesmas desenvolvam actividades diferentes ou sejam regulamentadas por normas diferentes.

ARTIGO SEXTO

Capital social

Um) O capital social da empresa é de cem mil metcais, integralmente subscrito e realizado em dinheiro e equipamentos, correspondente a soma de duas quotas assim distribuídas:

- Abel Joaquim Zico, com uma quota no valor nominal de sessenta mil metcais, representativa de sessenta por cento, do capital social e ;

- Gouveia Dramane Sumale com uma quota no valor nominal de quarenta mil metcais, representativa de quarenta por cento, do capital social .

Dois) Por deliberação da assembleia geral, o capital social poderá ser aumentado e permitir a entrada de novos sócios, sempre que for necessário e em conformidade com as normas do direito comercial em vigor.

ARTIGO SÉTIMO

Prestações suplementares

Não serão exigidas aos sócios prestações suplementares, mas, os mesmos poderão fazer à sociedade os suprimentos de que ela carecer, nos termos e condições estabelecidas por deliberação tomada em assembleia geral.

ARTIGO OITAVO

Suprimentos

Um) A sociedade, observados os requisitos legais, poderá contrair empréstimos com entidades públicas ou instituições financeiras ou de créditos nacionais ou estrangeiras.

Dois) Os suprimentos, poderão ser emitidas nos termos da lei e por decisão da assembleia geral.

CAPÍTULO III

Da divisão e cessão de quotas

ARTIGO NONO

Divisão e cessão de quotas

Um) A divisão e cessão de quotas entre os sócios é livre.

Dois) A divisão e cessão de quotas a terceiros carecem de consentimento, por escrito e por deliberação da assembleia geral, da sociedade, gozando do direito de preferência em primeiro lugar a sociedade e em segundo os sócios, na proporção das respectivas quotas.

Três) O sócio que pretenda ceder a sua quota deverá comunicar esta intenção à sociedade, indicando os termos e condições da cedência e a identificação do potencial cessionário.

Quatro) No caso de nem a sociedade nem os sócios pretenderem usar o direito de preferência nos trinta dias subsequentes à colocação da quota a sua disposição, poderá o sócio cedente cede-la a quem entender nas condições em que a oferece.

Cinco) A divisão e cessão de quotas que ocorra sem a observância do estabelecido no presente artigo é nula e de nenhum efeito.

ARTIGO DÉCIMO

Amortização de quotas

Um) A sociedade pode, por deliberação da assembleia geral, efectuar a amortização de quotas nos seguintes casos:

- Por acordo entre os sócios;

- b) Se a quota tiver sido arrolada, penhorada ou sujeita a qualquer outra providência judicial;
- c) Em caso de falência do sócio;
- d) Recusando-se o sócio que pretenda ceder a sua quota a efectuar tal cessão em relação ao sócio ou sócios que tenham demonstrado interesse na sua aquisição.

Dois) Com excepção do previsto na alínea a) do número anterior, a amortização será efectuada pelo valor nominal da quota a amortizar.

CAPÍTULO IV

Dos órgãos sociais, administração, organização, competências e representação

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

O órgão de tomada de decisão da sociedade é a assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

Um) A assembleia geral é constituída por todos os sócios da empresa.

Dois) As reuniões da assembleia geral serão presididas pelo sócio maioritário e por um secretário.

Três) A assembleia geral reúne-se ordinariamente, pelo menos, uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que se mostre necessário ou por pedido do director executivo.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

Administração da sociedade

Um) A sociedade será administrada por um director executivo a ser designado em assembleia geral.

Dois) O director executivo terá o poder de gerir e prosseguir o objecto social da empresa, excepto aqueles poderes e competências que a lei ou estes estatutos reservam a assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

Organização da empresa

Um) A empresa deverá, de acordo com o disposto no artigo vinte e nove do Código Comercial, dispor de um livro que estabeleça de forma clara e fácil as suas operações comerciais e fortuna.

Dois) O livro de escrituração será determinada pela assembleia geral ou por que esta designar.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

Competências do director executivo

Compete ao director executivo:

- a) Administrar a sociedade no âmbito dos seus poderes e nos termos legais;
- b) Regular a gestão corrente da sociedade;

- c) Executar as decisões da assembleia geral;
- d) Exercer a inspecção superior de todos os serviços da sociedade.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

Representação da sociedade

Um) O director executivo tem todos poderes para representar a sociedade activa e passivamente, em juízo e fora dele, bem como desenvolver todas as acções relacionadas com o seu objecto social, que não estejam reservadas a assembleia geral por lei ou pelos estatutos.

Dois) Os poderes do director executivo serão deliberados e limitados pela assembleia geral.

Três) A sociedade obriga-se:

- a) Pela assinatura do sócio maioritário;
- b) Pela assinatura do director executivo;
- c) Pela assinatura do procurador devidamente mandatado.

CAPÍTULO V

Do exercício social, aplicação, dissolução, liquidação e omissões

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

Exercício social

Um) O exercício social coincide com o ano civil.

Dois) O balanço e conta de resultados serão encerrados com referência a trinta e um de Dezembro de cada ano e serão submetidos a assembleia geral para aprovação.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO

Um) Dos lucros líquidos apurados pelo balanço, deduzir-se-á em primeiro lugar a percentagem legalmente fixada para a constituição e reintegração do fundo de reserva legal enquanto esta não estiver integralmente realizada ou sempre que seja necessário reintegrá-la.

Dois) A restante parte dos lucros será aplicada nos termos que forem aprovados pela assembleia geral e nos termos da legislação aplicável.

ARTIGO DÉCIMO NONO

Dissolução da sociedade

A sociedade dissolve-se:

- a) Nos casos previstos por lei;
- b) Por deliberação da assembleia geral.

ARTIGO VIGÉSIMO

Liquidação

Um) A liquidação será extrajudicial, conforme seja deliberado pela assembleia geral.

Dois) Dissolvida a sociedade por acordo dos sócios e nos demais casos legais, todos os sócios serão liquidatários, e a liquidação e partilha procederá como acordarem.

Três) Na falta de acordo e se algum dos sócios assim o pretender, o activo social será lícitado na globalidade, com a obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor sócio oferecer em igualdade de condições.

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO

Todos os casos omissos serão regulados pelas disposições do Decreto – Lei número dois barra dois mil e cinco de vinte e sete de Dezembro e demais legislação aplicável em Moçambique.

Está conforme.

Conservatória dos Registos de Inhambane, cinco de Novembro de dois mil e treze.

— O Ajudante, *Ilegível*.

Sociedade Golden Crest Holding, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que no dia seis de Outubro de dois mil e treze, foi registada nesta Conservatória sob número cem milhões quatrocentos e cinco mil novecentos e três, oitenta e sete, a cargo de Macassute Lenco, Conservador Superior e Mestre em Ciências Jurídicas, e por deliberação da assembleia geral de trinta e um de Março de dois mil e catorze, alteram o artigo quarto, que passa a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO QUARTO

(Capital social)

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de quinhentos mil meticais, subscrito em duas quotas desiguais, sendo uma quota de quatrocentos e vinte e cinco mil meticais, equivalente a oitenta e cinco por cento do capital social, pertencente ao sócio António Alvarez Rodriguez da Silva e outra quota de setenta e cinco mil meticais, equivalente a quinze por cento do capital para a sócia Madeleine Espinosa Bonilla, respectivamente.

Nampula, aos nove de Maio de dois mil e catorze. — O Conservador, *Ilegível*.

Ethaia Consultoria – Sociedade Unipessoal, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de vinte e seis de Março de dois mil e catorze, lavrada de folhas cinco e seguintes do livro de notas para escrituras diversas número I traço sessenta e seis deste Cartório Notarial a cargo da conservadora, notária técnica Laura Pinto da Rocha, foi constituída uma sociedade unipessoal de responsabilidade limitada de Simão Manuel Beira Rodrigues Dias, nos termos constantes dos artigos seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO

Denominação

A sociedade adopta a denominação de Ethaia Consultoria – Sociedade Unipessoal, Limitada.

ARTIGO SEGUNDO

Sede

Um) A sociedade tem a sua sede na cidade de Nampula.

Dois) Por deliberação da assembleia geral pode a sede ser deslocada, dentro da mesma localidade ou para localidade diferente, podendo mesmo criar ou encerrar sucursais, filiais, agências ou outras formas de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO TERCEIRO

Duração

A duração da sociedade é por tempo indeterminado, contando-se a partir da data do registo da sociedade.

ARTIGO QUARTO

Objecto

O objecto da sociedade consiste:

- a) Elaboração de estudos e projectos nos sectores da água, águas residuais, resíduos sólidos e energia;
- b) Recolha, valorização e reciclagem de resíduos sólidos;
- c) Comercialização de materiais processados.

ARTIGO QUINTO

Capital social

O capital social é de vinte mil meticais, encontra-se integralmente subscrito e realizado em dinheiro e corresponde a uma única quota de igual valor, pertencente ao único sócio Simão Manuel Beira Rodrigues Dias.

ARTIGO SEXTO

Administração e representação

Um) A administração e representação da sociedade em juízo ou fora dele, activa ou passivamente, será exercida pelo único sócio com dispensa de caução, com ou sem remuneração, conforme decisão em assembleia geral.

Dois) Para vincular a sociedade é necessária e suficiente a assinatura do administrador ou de mandatário da sociedade, constituído para a prática de determinados actos ou categorias de actos.

ARTIGO SÉTIMO

Casos omissos

Em tudo o que fica omissos regular-se-á pelas disposições legais aplicáveis na República de Moçambique.

Está conforme.

Cartório Notarial de Nampula, aos vinte seis de Março de dois mil e catorze.
— A Conservadora, *Ilegível*.

Ocean Fresh, Limitada

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de dezassete de Dezembro do ano dois mil e treze, lavrada de folhas dezoito e seguintes, do livro de notas para escrituras diversas número I traço dezassete, da Conservatória dos Registos e Notariado de Nacala-Porto, a cargo de Amina Abdurramane Saide Adam-Bay, técnica, foi alterada o pacto da sociedade por quotas de responsabilidade limitada denominada Ocean

Fresh, Limitada, e que por via dessa alteração do pacto social, os artigos quinto, décimo sexto e décimo oitavo, que passam a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO QUINTO

(Capital social)

Um) O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro é de vinte mil meticais, correspondente à soma de duas quotas, uma de dezanove mil e oitocentos meticais, correspondente a noventa e nove por cento do capital social, pertencente à sócia Blu Bay International, Limited; e outra de duzentos meticais, correspondendo a um por cento do capital social, pertencente ao sócio Eugene Velakude Matikiti.

Dois) O capital social poderá ser aumentado por deliberação da assembleia geral, que determinará os termos e condições em que se efectuar o aumento.

Três) A deliberação sobre o aumento do capital social deverá indicar expressamente se são criadas novas quotas ou se apenas aumentado o valor das existentes.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

(Gerência)

A administração e representação da sociedade em juízo ou fora dele, activa ou passivamente, será exercida por todos os sócios, que desde já são nomeados administradores, com dispensa de caução, com ou sem remuneração conforme vier a ser definido em assembleia geral.

ARTIGO DÉCIMO OITAVO

(Modos de vinculação da sociedade)

Para obrigar a sociedade em todos os seus actos, documentos e contratos é necessária as assinaturas conjuntas dos administradores ou de um administrador e de mandatário da sociedade, constituído para a prática de determinados actos ou categorias de actos.

Está conforme.

Nacala-Porto, aos dezassete de Dezembro de dois mil e treze. — A Técnica, *Amina Abdurramane Saide Adam-Bay*.

FAÇA OS SEUS TRABALHOS GRÁFICOS NA INM, E. P. NOVOS EQUIPAMENTOS NOVOS SERVIÇOS DESIGN GRÁFICO AO SEU DISPOR

Nossos serviços:

- Maketização, Criação de Layouts e Logotipos;
- Impressão em Off-set e Digital;
- Encadernação e Restauração de Livros;
- Pastas de despachos, impressos e muito mais!

Preço das assinaturas do *Boletim da República* para o território nacional (*sem porte*):

- As três séries por ano 10.000,00MT
- As três séries por semestre 5.000,00MT
- Preço da assinatura anual:

- I 5.000,00MT
- II 2.500,00MT
- III 2.500,00MT

Preço da assinatura sem anual:

- I 2.500,00MT
- II 1.250,00MT
- III 1.250,00MT

Beira — Rua Correia de Brito, n.º 1529 – R/C
Tel.: 23 320905
Fax: 23 320908

Quelimane — Rua Samora Machel, n.º 1004,
Tel.: 24 218410 Fax: 24 218409

Brevemente em Pemba.

Preço — 73,50 MT

IMPrensa Nacional de Moçambique, E.P.